

# A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

DIRETOR PRESIDENTE:

João Batista de Magalhães

SECRETARIO.

José Faustino Filho

GERENTE:

João Batista de Matos

ANNO XXI

BRASIL — RIO DE JANEIRO, ARRIL DE 1934

N. 259

EDIÇÃO DE 48 PÁGINAS

## SUMARIO

### EDITORIAL

- Eis uma etapa vencida* ..... 177

### COLABORAÇÃO

- O rio Sinuoso — Cap. J. Lima Figueiredo ..... 180  
Notícia sobre a técnica do emprego da caixa de areia — Ten. Nelson de Carvalho ..... 181  
Correções do Tiro de tempo — 1º Ten. A. H. de Moraes ..... 183  
A tropa em face das ações aereas e a experiência de 1932 — Cap. Alcindo Pereira ..... 186  
A escrituração do Patrimônio do Exército — 1º Ten. Marcos João Reginato ..... 190  
Fichário do Capitão — Cap. Batista Gonçalves ..... 192  
A formação dos oficiais de Reserva — 1º Ten. Heitor Borges Fortes ..... 194  
O serviço de subsistência nas regiões militares — Cap. Valerio Braga ..... 195  
Fabrico mecanico de ferraduras — 1º Ten. Armando R. de Oliveira ..... 197  
O. C. P. O. R. e sua finalidade — Asp. Res. Murilo Otacema Pessoa ..... 210  
A cadencia nas marchas militares — Ten. Basílio Magno ..... 213  
O elemento terreno nos operações militares — Major Ascanio Viana ..... 214  
O Centenário de von Schlieffen — 1.º Ten. Hen. Oscar Wiederspanh ..... 219

### SUGESTÕES

- Sugestões sobre R. D. G. T. G. — Cap. A. Castro Nascimento ..... 201  
A lei de uniformes e sua execução ..... 202

### ATOS OFICIAIS

- Instruções para a matrícula na E. E. M. ..... 204

### DA REDAÇÃO

- O princípio das promoções ..... 189  
"A Cavalaria" ..... 199  
Ação dos raios sobre os aviões em vôo ..... 200  
Bibliografia ..... 209  
A formação dos chefes ..... 203  
A Russia Soviética na realidade ..... 211  
Boletim da Confederação Colombofíla Brasileira, C. C. B. ..... 1

# A DEFESA NACIONAL

## GRUPO DE ADMINISTRAÇÃO

*Direc'oria:* — Presidente - J. B. Magalhães; Secretario - José Faustino Filho  
e Gerente - J. B. Matos.

*Conselho de Administração:* - Gervasio Duncan, Renato B. Nunes, Emilio Ribas Junior,  
Arthur Carnaúba, Alexandre Chaves e Lamartine Paes Leme.

## CORPO DE REDATORES

Redator-chefe — Major José Faustino Filho — Redatores das armas: Infantaria — Major Tristão Araripe; Cavalaria — Major Orozimbo Martins Pereira; Artilharia — Cap. Olivio de Oliveira Bastos Engenharia — Major Heitor Bustamante; Aviação — Ten. Cel. Ajalmar Vieira Mascarenhas; Serviço de Saúde — Cap. A. Gentil Basilio Alves; Intendência — Major Raul Dias Sant'Anna; Veterinária — 1º Ten. Armando Rabello de Oliveira.

## AUXILIARES

Das armas - Inf.<sup>a</sup> Capitão J. B. Matos, J. B. Rangel, Segundo Vianna, H. Castelo Branco,  
Alexandre Chaves e Nilo Guerreiro; Cav.<sup>a</sup> Cap. Lacerdo C. Teles; Eng. Cap. Figueiredo.

Dos Serviços - Int.<sup>a</sup> 1.º Ten. José Salles.

## CORPO DE REPRESENTANTES

### Estabelecimentos e Repartições Militares

M. G. — Major Rodrigues Ribas  
E. M. E. — Cap. Pery Beviláqua  
1º Gr. Regiões — Ten. Moziul  
D. P. G. — 1º Ten. Toscano de Brito  
D. P. E. — 1º Ten. Toscano de Brito  
Dir. M. B. — Ten. Abda Reis  
Dir. Eng. — Major Moraes Carneiro  
Dir. Av. — Cap. Godofredo Vidal  
Dir. Remonta — Cap. Drogenes A. Dias dos Santos  
Dir. I. G. — Ten. José Salles  
S. G. E. — Cap. Pedro Michelena  
Serv. Geogr. — Cap. Castello Branco  
Serv. Radio — Ten. Juracy Campelo  
Dist. A. Costa — Cap. Ary Silveira  
Q. G. 1<sup>a</sup> R. M. — Ten. Romão Leal  
Q. G. 2<sup>a</sup> R. M. — Cap. Gilberto Reis  
Q. G. 3<sup>a</sup> R. M. — Cap. Carlos Anailio  
Q. G. 4<sup>a</sup> R. M. — Cap. Oscar Costa  
Q. G. 6<sup>a</sup> R. M. — Major Lopes da Costa  
Q. G. 7<sup>a</sup> R. M. — Major I. José Veríssimo  
Q. G. 8<sup>a</sup> R. M. — Cap. Edgardino Pinta  
Q. G. Cir. Militar — Cap. Olivio Bastos  
M. M. F. — Cap. Jurandir Palma Cabral  
E. E. M. — Cap. Luiz Pinheiro

E. I. — Cap. J. B. Matos  
E. I. — Cap. J. B. Matos  
E. A. Ten. Luiz Batista Pereira  
E. C. — Cap. Armando Ancora  
E. E. — Cap. Luiz Betamio  
E. Técnica — Cap. Jandir Galvão  
E. Av. — Cap. Arquimedes Dora  
E. M. — Ten. Alexino Bitencourt  
E. E. de Física — Major Raul Vasconcelos  
E. Int. — Cap. E. José Granja  
E. Vet. E. — Cap. Armando Oliveira  
C. A. S. I. — Ten. Hugo Faria  
C. M. R. J. — Cap. Milton de Sousa  
C. M. P. A. — Cap. Hugo Silav  
C. M. C. — Cap. Djalma Baima  
F. C. A. G. — Ten. Brito Junior  
F. P. S. F. — Cap. Pompeu Monte  
F. P. A. — Ten. João Carlos Ribeiro  
Serv. Subs. — Ten. Claudio Moraes Rego

## TROPA

### INFANTARIA

Btl. Escola — Ten. Augusto Presgrave  
Btl. Guardas — Ten. Francisco M. Rolim  
1º R. I. — Cap. Fernandes Guedes  
2º R. I. — Ten. Roberto de Pessoa  
3º R. I. — Ten. Antero de Almeida  
4º R. I. — Ten. Paulo A. Miranda  
I/5º R. I. — Cap. Rafael F. Guimarães  
III/5º R. I. — Alcides P. Coelho  
I/6º R. I. — Cap. Armando Moraes  
6º R. I. — Ten. Ary Ruch  
7º R. I. — Cap. Gilberto V. Carvalho  
8º R. I. — Ten. Jacintho Godoy  
9º R. I. — Ten. Nicolau Fico  
I/9º R. I. — Ten. Edson Vignoli  
10º R. I. —  
11º R. I. — Ten. Ajax Corrêa  
12º R. I. — Cap. Nilo Chaves  
I/ 13º R. I. — Ten. Djaima Cravo

13º R. I. — Ten. Armando Alvim  
1º B. C. — Cap. Nizo Montezuma  
2º B. C. — Ten. Almeida Magalhães  
3º B. C. — Ten. Moacyr Rezende  
4º B. C. — Ten. Nelson de Carvalho  
6º B. C. — Ten. Ituriel Nascimento  
7º B. C. — Ten. Nelson do Carmo  
8º B. C. — Ten. Gelci Brun  
9º B. C. — Ten. Domingos J. Filho  
10º B. C. — Ten. Ary Lopes  
13º B. C. — Ten. Eduardo Regis  
14º B. C. — Cap. Barata de Azevedo  
15º B. C. — Ten. João da Cruz Albernaz  
16º B. C. — Ten. Arlindo P. de Figueiredo  
17º B. C. — Ten. Miguel Mozzilli  
18º B. C. — Ten. Delio Lobo Viana  
19º B. C. — Ten. Murilo B. Moreira

MINISTÉRIO DA GUERRA

# CONFEDERAÇÃO COLOMBOFILA BRASILEIRA

C R I A D A  
PELO DECRETO  
N. 22.894  
DE 6 DE JULHO DE 1933



REGULAMENTADA  
PELO DECRETO  
N. 23.905 DE 22 DE  
FEVEREIRO DE 1934.

BOLETIM

OFICIAL

ANO I

ABRIL - 1934

N. 1

## Sessão de instalação da Confederação Colombófila Brasileira, (C. C. B.)

A Confederação Colombófila Brasileira criada por Decreto do Chefe do Governo Provisorio, n. 22.894 de 6 de Julho de 1933 e regulamentada conforme manda o Decreto n. 23.905 de 22 de Fevereiro de 1934, inicia hoje sua atividade pratica, com esta primeira sessão de Diretoria nomeada conforme o dito Regulamento, para exercer seu mandato até o dia 6 de Julho de 1935, de cujos cargos tomam posse os Snrs.:

Ten. Cel. Amaro Soares Bittencourt, Diretor do Serviço Telegrafico do Exercito, Presidente;

Major Nestor Rodrigues Silva, Diretor do Centro de Instruções de Transmissões, Vice-Presidente militar;

Dr. Roberto de Freitas Lima, Presidente civil;

1.º Ten. Rodrigo Octavio Jordão Rainos, 1.º Secretario;

Braulio Ribeiro de Macedo Soares, 1.º Tesoureiro;

Dr. Leonidio Ribeiro, 2.º Tesoureiro;

Dr. Antonio Gomes de Mattos, 2.º Secretario;

### COMISSÃO PARA ORGANISAR INSTRUÇÕES SOBRE EXPOSIÇÕES

Dr. Roberto de Freitas Lima, Presidente;  
Dr. Leonidio Ribeiro e Jorge Rodrigues da Silveira, Vogais.

### COMISSÃO PARA ORGANISAR INSTRUÇÕES SOBRE CONCURSOS

Dr. Roberto de Freitas Lima, Presidente;  
Dr. Benjamin da Fonseca Rangel e Dr. Antonio Gomes de Mattos, Vogais.

A Diretoria da Confederação Colombófila Brasileira, cuja fundação e o resultado da propaganda e de concursos patrióticos esclarecidos, cumpre o dever, de agradecer em nome da colombófila brasileira, neste ato inaugural, a todos que concorreram para que viesse era a ser uma realidade, entre os quais, os exmos Snrs.:

Dr. Getulio Vargas, Chefe do Governo Provisorio;

Generais de Divisão: Augusto Ignacio do Espírito Santo Cardozo, Pedro Aurelio de Goes Monteiro, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, Francisco Ramos de Andrade Neves, Chefe do Estado Maior do Exercito;

Generais de Brigada: Pantaleão da Silva Pessoa, Chefe do Estado Maior da Presidencia, Benedicto Olimpio da Silveira, Sub-Chefe do Estado Maior do Exercito.

O Regulamento atual da C. C. B., é o resultado dos trabalhos da comissão constituída pelos Snrs.: Ten. Cel. Francisco Gil Castello Branco, Chefe da 2.ª secção do 1.º M. E.; Major Luiz Procopio de Souza Pinto, então Diretor do Serviço Telegrafico do Exercito; Dr. Roberto de Freitas Lima, Pre-

sidente do Clube Colombofilo Carioca. Esta comissão foi designada em Agosto de 1933, pelo General de Divisão Augusto Ignacio do Espírito Santo Cardozo, então Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, por proposta do Chefe do Estado Maior do Exército, a qual tomado por base o ante-projeto de regulamento para a C. C. B., apresentado pelo Dr. Roberto de Freitas Lima ao Chefe do E. M. E. em 3 de Outubro de 1933, deu por findo seus trabalhos em 17 de Fevereiro de 1934. Para constar lavrou-se a presente ata por mim 1.º Ten. Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1.º Secretário, escrita e assinada com todos os membros da Diretoria para que sirva de termo de posse, e pelas demais pessoas presentes que quizerem subscrever.

Rio de Janeiro 8 de Março de 1934.

(a.) Cel. José Osorio.

Ten. Cel. Amaro Soares Bittencourt.  
Luiz M. Llames, Delegado da Federação Colombofila Argentina.

Braulio Ribeiro de Macedo Soares,  
Major Nestor Rodrigues Silva.

Major Luiz Procopio de Souza Pinto  
Dr. Antonio Gomes de Mattos.

Dr. Benjamin da Fonseca Rangel.  
1.º Ten. Rodrigo Octavio Jordão Ramos.

Dr. Roberto de Freitas Lima.

Jorge Rodrigues da Silveira.

Dr. Leonidio Ribeiro.

---

#### ATA DA PRIMEIRA SESSÃO DE DIRETORIA DA CONFEDERAÇÃO COLOMBOFILA BRASILEIRA

A's dezesseis horas do dia 8 de Março de 1934, reuniu-se em sua sede a Diretoria da Confederação Colombofila Brasileira, composta dos Snrs.: Ten. Cel. Amaro Soares Bittencourt, Presidente; Major Nestor Rodrigues da Silveira, Vice-Presidente militar; Dr. Roberto de Freitas Lima, Vice-Presidente civil; 1.º Ten. Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1.º Secretário; Dr. Antonio Gomes de Mattos, 2.º Secretário; Braulio Ribeiro de Macedo Soares, 1.º Tesoureiro; Benjamin da Fonseca Rangel e Jorge Rodrigues da Silveira. Por motivo plenamente justificado faltou o Dr. Leonidio Ribeiro, 2.º Tesoureiro.

Estando presente em maioria os membros, a Diretoria passou a deliberar. Usando da palavra o Snr. Presidente, fez uma preleção sobre o valor da colombofilia aplicada aos serviços de transmissões e ligação entre a vanguarda, retaguarda e Quartel General. Salientou o Snr. Presidente, o arduo trabalho, abnegação e desinteresse que demonstrou o Dr. Roberto de Freitas Lima, propondo que, de acordo com o Art. n.º 13 letra S, fosse lançado em Ata um voto de louvor ao digno Vice-Presidente civil, o que foi unanimemente aprovado. Usando da palavra o Dr. Roberto de Freitas Lima, agradeceu e pediu que fosse extensivo aos outros Diretores o voto que acabava de ser apurado, o que foi recusado após haver falado novamente o Snr. Presidente. Em seguida pediu a palavra o Dr. Luiz M. Llames, representante e delegado da Federação Colombofila Argentina, que transmitiu os votos de felicidade e prosperidade da Colombofilia Argentina, em nome da qual punha ao inteiro dispor da sua Co-irmã, os elementos que dispunha. Agradecendo o Dr. Roberto de Freitas Lima, pronunciou um belíssimo discurso, terminando pedindo que todos se levantassem em homenagem de respeito à nobre República Argentina e à sua Federação Colombofila, e ainda que fosse enviado um ofício à F. C. A., agradecendo a medalha e gentilezas oferecidas a C. C. B. O Snr. Presidente propôz que de acordo com o Regulamento fossem marcados os dias de reunião, ficando assentado as primeiras e terceiras Quintas-feiras de cada mês, às dezessete horas, sendo que em caso de feriado, fosse realizada no dia imediato às mesmas horas.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão da qual eu 1.º Secretário, 1.º Ten. Rodrigo Octavio Jordão Ramos levaria a presente ata, que vai assinada por mim justamente com todos os membros presentes.

Rio de Janeiro 15 de Março de 1934.

(a.) 1.º Ten. Rodrigo Octavio Jordão Ramos.

Ten. Cel. Amaro Soares Bittencourt.  
Major Nestor Rodrigues Silva.  
Dr. Roberto de Freitas Lima.  
Dr. Antonio Gomes de Mattos.  
Jorge Rodrigues da Silveira.  
Braulio Ribeiro de Macedo Soares.  
Benjamin da Fonseca Rangel.

## ATA DA SEGUNDA SESSÃO DE DIRETORIA DA CONFEDERAÇÃO COLOMBOFILA BRASILEIRA

Às dezeseis horas do dia 15 de Março de 1934, reuniu-se em sua sede a Diretoria da Confederação Colombofila Brasileira, composta dos Srs.:

Ten. Cel. Amaro Soares Bittencourt, Presidente; Major Nestor Rodrigues Silva, Vice-Presidente militar; Dr. Roberto de Freitas Lima, Vice-Presidente civil 1.º Ten. Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1.º Secretario; Dr. Antonio Gomes de Matos, 2.º Secretario; Braulio Ribeiro de Macedo Soares, 1.º Tesoureiro; Jorge Rodrigues da Silveira, vogal sobre exposições; ausente o Dr. Leônido Ribeiro, 2.º Tesoureiro. Estando presente em maioria os membros, a Diretoria passou a deliberar. Aberta a sessão pelo Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente civil justificando preliminarmente a urgencia da aquisição dos livros para a lavratura das Atas e de registro de comparecimento, declara não ter encontrado os mesmos na Praça, com as dimensões constantes do Regulamento, motivo pelo qual adquiriu e presenteou a C. C. B., o livro de atas com as dimensões de 20 por 41, com 200 folhas e o de presença com 24 por 33, também com 200 folhas. Diz que não consta do Regulamento a adoção do livro de presença, propõe, entretanto seu uso tendo em vista constar do mesmo Regulamento, perderem o mandato os Diretores Civis, que faltarem três vezes consecutivas á reuniões de Diretoria sem motivo plenamente justificado, parágrafo 1.º do Art. n. 8, o que foi aprovado. O Sr. Vice-Presidente civil diz que o Art. n. 12 letra J do Regulamento cogita de requisições de passagens para os condutores de pombos, e frete gratuito ás embalagens, e nesse sentido propõe seja designada uma comissão para entendimento a respeito com os Diretores das Estradas de Ferro, Central do Brasil e Leonoldina Railway; tendo o Sr. Presidente designado o Sr. Vice-Presidente civil e 1.º Tesoureiro. De acordo com a letra H do Art. n. 13, propõe o Sr. Vice-Presidente civil seja dirigido um ofício ao Chefe de Polícia, no sentido de ser pedido a Seccão de Porte de Armas da Polícia, o endereço das pessoas que possuem armas de caca, afim de serem as mesmas notificadas no sentido de não atirarem em pombos; bem como oficiar ao Centro de Caçadores do Distrito Federal,

no mesmo sentido. Acha o Sr. Vice-Presidente civil que esse apelo extensivo a todos os caçadores, poderá ainda ser feito em folhetos e lançados, para maior eficiencia de propaganda, pelos nossos aviadores militares; propõe sejam impressos para esse fim 100.000 (cem mil) folhetos, cujos modelos apresentou, sendo aprovado. O Sr. Vice-Presidente civil, tendo em vista a letra M do Art. n. 13, que dispõe sobre a manutenção de uma Revista propria, ou contratar uma existente para orgão oficial da C. C. B., propõe seja escolhida a "A Defesa Nacional", editada no Quartel General, devendo ser oficiado a mesma afim de saber quais as condições em que poderá aceitar, o que foi aprovado. O Sr. Vice-Presidente civil, pede autorização para abrir concurrencia dos livros destinados a Tesouraria e Secretaria, como sejam: o Diário, o Caixa, o Borrador, o Copiador, o de Entradas e Saídas de Material e o de Atas, em numero de dez volumes cada; o que é aprovado. O Sr. Presidente consulta sobre a existencia de verba para esse fim, e autoriza a concurrencia, apresentando-se modelos dos mesmos. O Sr. Presidente, pede retificar o voto de louvor que propôz ao Dr. Roberto de Freitas Lima, Vice-Presidente civil, para o seguinte: Salientou o Sr. Presidente, o arduo trabalho, abnegação e desinteresse que demonstrou o Dr. Roberto de Freitas Lima, na criação e regulamentação da Confederação Colombofila Brasileira, propondo que, de acordo com o Art. n. 13 letra S, fosse lançado em Ata um voto de louvor em separado, ao digno Vice-Presidente civil, o que foi unanimemente aprovado. O Sr. Vice-Presidente militar, pede retificação de seu nome na Ata anterior para Major Nestor Rodrigues Silva. Propõe o Sr. Presidente sejam os Regulamentos da C. C. B., que estão sendo impressos na Imprensa Nacional, vendidos por preço modico, sendo gratuitamente distribuídos sómente tres exemplares ás Entidades filiadas, e devidamente carimbados com a palavra "gratis". Em virtude da proposta do Sr. Jorge Rodrigues da Silveira, fica resolvido seja o numerario da C. C. B. depositado na Caixa Económica, tendo em vista usufruir juros. Por proposta do Sr. Presidente fica resolvido, que as sessões de Diretoria sejam realizadas ás dezeseis horas das primeiras e terceiras Quintas-feiras de cada mês. Propõe o Sr. Vice-Presidente civil, ser enviado um ofício a Associação Brasileira de Imprensa e

outro a Confederação Brasileira de Radio, no sentido de contribuir para a proteção e divulgação da columbofilia no Brasil; o que é aprovado. Ainda por proposta do Snr. Vice-Presidente civil, ficou determinado que fosse enviado um ofício às entidades conhecidas: Clube Colombofilo Carioca, Sociedade Brasileira de Avicultura, Sociedade Colonobifila Luso-Brasileira, todas no Distrito Federal, e Sociedade Colonobifila Brasil, Sociedade Colonobifila Paulista, em São Paulo, Capital, no sentido que as mesmas acelerem o mais possível a legalização de suas situações em face do Regulamento da C. C. B.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão ás dezoito horas, da qual eu 1.<sup>º</sup> Secretario, 1.<sup>º</sup> Ten. Rodrigo Octavio Jordão Ramos lavrei a presente ata, que vai assinada por mim juntamente com todos os membros presentes.

Rio de Janeiro 5 de Abril de 1934.

(a.) 1.<sup>º</sup> Ten. Rodrigo Octavio Jordão Ramos.

Ten. Cel. Amaro Soares Bittencourt  
Major Nestor Rodrigues Silva.  
Dr. Roberto de Freitas Lima.  
Dr. Antonio Gomes de Mattos.  
Bráulio Ribeiro de Macedo Soares.  
Jorge Rodrigues da Silveira.

Rio de Janeiro — Em 20-3-1934. — N. 4. Do Presidente da Confederação Colonobifila Brasileira. — Ao Snr. Diretor da Revista "A Defesa Nacional". — Assunto: Comunicação.

I — Necessitando a Confederação Colonobifila Brasileira de dar ampla divulgação das decisões tomadas em suas reuniões de Diretoria, como dos conhecimentos sobre columbofilia, deseja saber das condições para ser efetuado um contrato com "A Defesa Nacional", tornando-a orgão oficial da C. C. B. conforme o artigo 13, letra m de seu Regulamento. Amaro Soares Bittencourt, Ten. Cel. Presidente.

I — Em resposta ao ofício n. 4 de 20 do corrente dessa Confederação no qual consultais em que condições a "A Defesa Nacional" pode ser orgão oficial da C. C. B. cumpre-me informar que esta revista está pronta a cooperar para o desenvolvimento dessa sociedade sob as seguintes condições:

- a) publicará gratuitamente uma página da matéria que fôr enviada pela C. C. B.
- b) cobrará o custo da publicação que exceder a essa página;
- c) a C. C. B. designará um representante de "A Defesa Nacional" junto a si;
- d) a C. C. B. se compromete a tomar 10 (dez) assinaturas.

J. B. Magalhães,  
Presidente.

Rio de Janeiro — Em 7 Abril 1934 — N. 12 — Do Presidente da Confederação Colonobifila Brasileira. — Ao Diretor Presidente de "A Defesa Nacional" — Assunto: Comunicação.

Cumpre-me informar ter a Diretoria da Confederação Colonobifila Brasileira, em sessão realizada a 5 de Abril, resolvido:

- I — Aceitar as condições propostas em carta datada de 24 de Março pp. sob as letras a, b, e c;
- II — Designar o Dr. Roberto de Freitas Lima, Vice-Presidente civil, representante de "A Defesa Nacional", junto a si;
- III — Não aceitar a condição constante da letra d, em vista de terem todos os criadores e entidades colonobifilas necessidade de assinar a "A Defesa Nacional", uma vez tornada orgão oficial da Confederação Colonobifila Brasileira, dada as publicações das resoluções tomadas por sua Diretoria.

Aguardo V. decisão, afim de remeter a matéria que já dispomos para ser publicada. — Amaro S. Bittencourt, Presidente Ten. Cel.

### — AVISO —

O Boletim Oficial da Confederação Colonobifila Brasileira sairá sempre com numeração distinta e no final de "A DEFESA NACIONAL" afim de poder ser colecionada a parte pelos seus associados. No final de cada ano sairá um sumário da publicada com o respetivo índice.

# A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

DIRETOR PRESIDENTE:

João Batista de Magalhães

SECRETARIO:

José Faustino Filho

GERENTE:

João Batista de Matos

ANNO XXI

BRASIL — RIO DE JANEIRO, ARRIL DE 1934

N. 239

## EDITORIAL

## EIS UMA ETAPA VENCIDA!

«Il faut aboutir!»

(Foch)

“Il faut d'abord, faire le tour des gens, comme d'une maison, pour voir ce qu'ils valent.”

FOCH.

“Ce commandant est très intelligent; il a une très grande valeur, puisqu'il professe à l'école de guerre; s'il vient de me montrer qu'il a du caractère, il aura de la peine à porter les étoiles”.

(Gen. A. Boucher — L'Art de Vaincre)....

“Il faut étudier à fond les questions.”

FOCH.

Um Exercito é hoje mais que ontem um organismo extremamente complexo. E' cada vez mais um organismo vivo em que a alma é tudo.

Não lhe bastam, mais, porém, as simples formulas da *coragem heroica*, do combate peito a peito, dos choques de formações *massivas*, das linhas cerradas de atiradores ou das cargas épicas de uma cavalaria audaciosa. A industria, dando-lhe maravilhosos e multiplos meios de ataque e de defesa, aumentou consideravelmente os encargos do espirito.

A's unidades de combate cada vez menos densas, cada vez mais diluídas; os deslocamentos e transportes cada vez mais rápidos e

A grande falta é que vós outros oficiais perdeis o tempo com frivolidades e não pensais **verdadeiramente a serio**, em vossa profissão; esta é a causa de todos os erros que cometéis e que seriam muito perigosos em face do inimigo. Sapateiros e alfaiates feitos generais não cometem maiores faltas. Essas insuficiencias são comuns a varios regimentos, ao de Zaremba, Thadden, Keller, Erlach e Haager!

Porque? E' que os oficiais cumprem seus deveres segundo a lei do menor esforço.

(Frederico, o Grande — Crítica das manobras da Siberia — citado por Ernest Judet).

“La politique avait travaillé pendant des années qu'on sait à tuer dans l'Armée le gout des responsabilités qui est à base de l'esprit de décision. Nous avions vu mettre systématiquement à l'écart nombre de brillants officiers parce qu'ils ne se montraient suffisamment souples.”

(Gen. Serrigny — Réflex sur l'Art de la Guerre).

amplos; as distâncias de ataque cada vez maiores; as batalhas e combates mais duráveis, alargados no tempo, em superfície e em altura, exigem da alma do soldado transformações em consequência, evolução, aperfeiçoamentos. A proporção que a inteligencia humana vai assim transformando a guerra em virtude dos meios que lhe vai concedendo, o homem, em si, a importancia do individuo, da conduta individual, da ação de cada qual no combate ou na batalha, torna-se cada vez mais sensível.

A proporção que decresce a *subordinação material*, o enquadramento cerrado e estreito das formações compactas, e mais *autonomo*

se faz o combatente, mais difícil se torna a coordenação, no tempo e no espaço, que só se obtém por espirito amplo e uma mentalidade geral uniforme.

E', portanto, cada vez mais difícil o papel do soldado no combate — tanto do que manda como do que obedece.

A importancia do fator moral aumenta com o desenvolvimento dos recursos materiais. E' uma verdade á la *Palisse*, mas *La Palisse* dizia Foch, era seu maior amigo...

O *heroismo* torna-se cada vez mais anônimo e a *subordinação* cada vez mais completa, porém, *voluntaria*. A abnegação prepondera.

A proporção que aumenta o *poder material* dos homens, é maior se torna a *importância do moral*, mais e mais a guerra se reduz á uma — *luta entre duas vontades contrárias!*

Oh! mas essa *vontade* só existe, só pode existir, se resulta da *confiança*, convenientemente esclarecida.

- no homem,
- no material..

pelo conhecimento que se tem do valor e das possibilidades, de um e outro.

Essa *vontade*, certo, requer qualidades intrínsecas, mas é menos um dom da natureza que um produto do *estudo*, da *meditação* do *saber*, do *trabalho* e da *educação*.

Não depende só do individuo embora dele dependa em magna parte. E' uma consequencia do ambiente. Que pode fazer um chefe que sabe ser sua tropa incapaz? Que não tem confiança nos subordinados?

Que faz no combate uma bôa tropa, contra a vontade disciplinada e confiante de um adversario bem preparado e comandado, uma tropa que não confia no *valor* de seu chefe?

Na guerra o argumento unico são os fatos, os *resultados*. Quem fôr batido poderá explicar com mil razões de bôa logica seu insucesso, usar dos mais subtis argumentos e das mais vibrantes contestações orais ou escritas, dos mais bêlos recursos da retórica e da dialetica, as consequencias resultarão apenas de sua derrota, a *vontade do adversario* será obedecida.

A unica lei — é *vencer ou perder*.

E' preciso, então, que o homem entre em guerra preparado para sofrer ou aplicar essa lei.

Esse é, deve ser, o fundamento de sua

*instrução* e de sua *educação* em *tempo de paz* e tambem da ação sobre todas as cousas que interessam a guerra, por parte dos que tem os encargos de preparar a nação para essa eventualidade.

Em uns ou em outros, qualquer que seja a grandeza do raio da sua esfera de ação, é necessário haver sempre, em consequencia

- amor profundo pela verdade;
- conhecimento exato das realidades;
- sentimento da relatividade;
- sentimento da oportunidade;
- gosto pela ação e espirito de iniciativa;
- gosto pelo estudo e habito da meditação;
- vontade constante de progredir.

Nada de subtilezas ou "finesses", tudo muito simples, o mais simples que fôr possível.

A guerra é assim, tanto no que concerne ao soldado como ao comandante em chefe! E' preciso, porém, distinguir. A esfera de ação do primeiro se mede por metros, sua arma é o fusil, a granada, a baioneta...; a do segundo méde-se por centenas de quilometros, sua arma são todos os recursos de que a Nação pôde dispor!

Então, entre a *vontade de vencer* do soldado e a *vontade de vencer* do general é considerável a diferença!

Para passar duma a outra ha toda uma escala de valores intermediarios, á preparar minuciosamente.

Eis aí qual deve ser a maior preocupação na paz para preparar a vitória na guerra: constituir uma hierarquia de valores, de grados de instrução, de caracteres educados, de *vontades de vencer*.

"La valeur des cadres constitue la clef de voûte de l'edifice. Toute organisation humaine du reste, en est là. Sur le champ de bataille, cependant, plus que partout ailleurs, l'action personnelle du chef prime tout. Combien des fois n'a-t-il suffit de changer deux ou trois officiers dans un régiment pour en modifier totalement l'esprit!"

Assim se exprime o General Serrigny em suas "Reflexions sur l'Art de la Guerre". Assim é em toda parte.

E' preciso, porém, que a necessidade de substituir oficiais num regimento, para fazê-lo readquirir a confiança em si e torna-lo capaz de vencer, não vá além de dois ou tres, na hora da ação!

E' legitimo, portanto, que no momento em que é decretada uma nova Lei de Promoções "A Defesa Nacional" que ha duas decadas faz campanha tenaz para a remoção do maior obice ao nosso progresso, para que pudessemos sair dessa *preparação militar ficticia* com que nos iludimos e em que vivemos, assinale com a maxima satisfação esse *fato promissor*.

E' o ataque direto ao nosso *problema fundamental* que se inicia. E' a conquista de um primeiro objetivo no avanço para a frente, um lance na senda do progresso real, no sentido da conquista de nossa eficiencia militar.

Está quebrada a tenaz e formidavel resistencia que a *ignorancia, a rotina, a moleza, o zeticismo, o fatalismo...* opunham á ação creadora!

Certo, não é tudo, não foi posto o inimigo em derrota; apenas retraiu-se! Deixou mesmo alguns *nucleos* organizados e que se mantem no campo de batalha, denunciando sua intenção de continuar a lutar. Não importa, porém, o mais difícil foi conseguido, a resistencia foi quebrada!

E' preciso não recuar, reajustar os fogos, continuar a avançar, rebater os *contra-ataques!*

"Cesar não tomava um instante de repouso após uma vitoria e perseguia seu inimigo com mais furia e impetuosidade que quando no momento mesmo do combate. (Machiavelli — A Arte da Guerra) ..

Eis uma etapa vencida, mas é apenas uma etapa!

Não se julgue que a simples decretação da lei satisfaz. Ela terá que ser executada, e dessa execução depende a abundancia dos resultados.

Seu mecanismo, porém, é tal e os principios que traduz são tão concordes com a verdade, que quaisquer que sejam as insuficiencias dos executores iniciais, desde logo sensivel melhoria se ha de operar.

Podem ainda haver erros de julgamento, mas ha limites ao arbitrio, ha controle, ha responsabilidades morais indisfarçaveis!

Ela, por si só, recomenda á estima do Exercito os que teem as responsabilidades de seus destinos, os que tiveram compreensao e energia bastante para fazer realidade uma velha aspiração; para cumular a grave, a maior lacuna de nosso mecanismo militar.

Tem defeitos que chocam, que contradizem o espirito que a ditou, mas a maior parte deles e destinado á uma ação limitada no tempo. Vê-se bem, por esses mesmos defeitos, quanto era grande a necessidade dessa lei, e quão fortes as resistencias a vencer!

Com a "Lei de Movimento dos Quadros" e com a "Lei de Promoções", a mentalidade do Exercito evoluirá no sentido da *verdade profissional*, do combate ás graciosas e meras influencias individuais. Doravante, o individuo começa a ceder terreno á coletividade e portanto a lucrar em sua propria dignidade!

Eis uma grande etapa vencida!



## O C O M A N D O

**Na guerra, mais que alhures, a ordem é necessaria, porque assegura a coordenação de esforço e permite a manobra.**

**Os exercitos sempre se basearam nela, fator basico do sucesso. A vitoria consiste apenas em desorganizar o adversario.**

**Hoje, que o mecanismo da guerra se ampliou ao infinito, ela é mais necessaria do que nunca.**

**A organisação do comando é a criação da ordem, pelo estabelecimento da hierarquia e a designação dos diversos chefes nessa hierarquia com delimitação estreita de atribuições. SO' ASSIM SE EVITAM ATRITOS, CHOQUES E DESRESPEITOS RECIPROCIOS QUE DESTRUEM RAPIDAMENTE O ORGANISMO MILITAR.**

# O RIO SINUOSO

Pelo Cap. LIMA FIGUEIREDO

Segundo EUCLIDES DA CUNHA, que explorou o PURUS, em companhia do peruviano PEDRO ALEXANDRE BUENANO, os últimos manadeiros do ribeirão PUCANI, seu principal formador, ficam "na serraria deprimida e sem nome que separa as maiores bacias hidrográficas da terra". Esta serra é chamada "da Contamana", por alguns estudiosos, e separa a bacia do PURUS da do UCAIALE.

Da sua foz no SOLIMÕES aos últimos manadeiros do PUCANI se percorrem 3.210 quilômetros, o que torna o PURUS um dos maiores rios do globo, apesar de ser um simples afluente do AMAZONAS.

É um dos mais sinuosos rios do mundo, principalmente, no seu curso inferior, onde sua pouca velocidade faz com que o seu curso mude constantemente no terreno de aluvião, por ele mesmo formado.

A tortuosidade e a variabilidade do leito do PURUS são justificáveis. A sua velocidade muito forte nas cabeceiras, vai diminuindo sucessivamente, à medida que se aproxima da foz, onde quasi se extingue.

Faltando ás suas aguas o "elan" necessário para ir diretamente em seu caminho, elas divagam, pelos terrenos inconsistentes da planicie, bastando mesmo um simples tronco para desviar o empuxo da massa líquida de uma margem contra a outra.

Havendo pouca coësão da terra, os efeitos de erosão são enormes e o curso do rio é desviado.

Diz, a este respeito, EUCLIDES DA CUNHA, o grande observador das leis régias da natureza: "A indecisa arqueadura, que logo se forma, circularmente, se acentua, e, à medida que aumenta vai tornando mais violentos os ataques da componente centrifuga da correnteza que lhe solapa a concavidade crescente, fazendo que em poucos anos todo o rio se afaste, lateralmente, do primitivo rumo. Mas como este se traçou adscrito aos pontos determinantes de um perfil de equilíbrio inviolável, aquele desvio nunca é uma bifurcação, ou definitiva mudança. O rio, depois de rasgar o amplo ciclo de erosão, procura volver ao antigo canal, como quem contornou apenas um obstáculo encontrado no caminho".

"O circulo por onde ele se alonga tende a fechar-se. De sorte que toda a área de terrenos aorângidos se transmuda em verdadeira península, ligada por um istmo tão delgado, ás vezes, que o caminhante o atravessa em minutos, enquanto gasta um dia inteiro de viagem, embarcado, para prolongar o contorno da terra quasi insulada. Por fim esta se destaca, ilhando-se de todo. No sobrevir de uma enchente, o PURUS despedeça a fragil barreira do istmo, e retoma, de golpe o primitivo curso, deixando á margem, a relembrar o desvio por onde vagou, um lago anular, não raro ampiissimo. Prosegue. Reproduz adiante outros meandros caprichosos, completados sempre pela criação dos mesmos lagos ou "sacados".

"E assim vai — perpetuamente oscilante aos lados de seu eixo invariável — num ritmo perfeito, refletindo o jogar das leis mecânicas capazes de se sintetizarem numa fórmula que seria a tradução analítica do curioso movimento pendular sobre um plano de nível".

"Desta maneira ali se resolve naturalmente um dos mais sérios problemas de hidráulica fluvial".

"De fato, aqueles lagos são verdadeiros diques, funcionando com um duplo efeito: de um lado impedem as inundações devastadoras, absorvendo os excessos das cheias transbordantes; de outro lado, regulam o regimen das aguas, durante as grandes estiagens, em que se abrem por si mesmo, automaticamente, estourando, para usar uma expressão local, e restituindo ao rio empobrecido da vazante, parte das massas líquidas que economizaram".

São esses lagos verdadeiros presentes que, entre muitos outros, a Natureza prodigalizou ao nosso Brasil.

A Inglaterra para regular as cheias do NILO, que é um Deus para os egípcios, gastou somas fabulosas, construindo diques, que representam em tamanho e quantidade um "ax" dos nossos.

Os navegantes do rio, levando em conta sua capacidade de navegação, dividem o PURUS em três secções: o baixo que vai da foz principal ate seu afluente TAPAUÁ; o médio, dêsse ponto a confluencia do MAMOREA'-GRANDE; o alto, dai ás cabeceiras.

A divisão seguida pelos geógrafos, baseada na declividade é a seguinte: o baixo, a partir da sua foz até á do ACRE; o alto, dai até ás nascentes.

Há duas estações características no PURUS o inverno e o verão. Durante o inverno, o rio se acha cheio e no verão quasi seco. Notando-se de 4 em 4 anos uma enchente devastadora.

As cheias começam invariavelmente no começo de Outubro, tornando-se, entretanto, mais sensíveis de Novembro em diante.

Durante a época da enchente há diferentes planos de volume d'água — alternativas de pequenas cheias e vazantes.

A vazante principia invariavelmente em Abril, acentuando-se em Maio, ficando os lugares mais rundos, acima de Lábrea, sómente com uma braça d'água.

O PURUS é navegável por pequenos "gaiolas", durante a cheia, até Cocama, no PERU e, durante a vazante somente até a Boca do Acre.

No período de cheia os "gaiolas" navegam, no Acre até Cobija, na Bolívia, e, no Iaco, até Sena Madureira.

O PURUS desagua aos 3°45' de latitude Sul, por quatro bocas, sendo três — o canal Paratari, o Cuchiúá e o Cuiuaná — verdadeiras paranas que não permitem a navegação no tempo de verão e se confundem, nessa época, com o imenso igapó existente nas margens.

O primeiro nome do PURUS foi "INANAPURI", sendo designado pelos portugueses, por PERUS, em virtude da poderosa tribo deste nome que habitava ás margens do caudaloso rio.

Os PERUS se tornaram notáveis pelos seus obstinados jejuns expiatorios, morrendo muitos de fraqueza, principalmente, quando caiam prisioneiros.

Por aqui, vemos que, a guerra da fome, que tanto prestígio empresta ao maestro GANDHI, não é cousa nova...

# Noticia sobre a tecnica do emprego da caixa de areia

## TRADUÇÃO

(duma obra do Ten. Cel. Gerin, do exercito francez)

Pelo Ten. Nelson de Carvalho, do 4.<sup>a</sup> B. C.

I — Para os exercicios que não ultrapassem o quadro do regimento, as dimensões duma caixa de areia, segundo o regulamento provisorio (1,m50x0,m40) são suficientes; pode-se mesmo reduzir a altura para 30 centimetros nos casos em que se queira uma caixa transportavel. Em caso contrario, pode-se-lhe aumentar a largura e o comprimento, o que permitirá o estudo dum maior variedade de temas e o desenvolvimento duma situação dada sobre muitos quilometros de profundidade, tornando assim o ensinamento mais geral. Em um curso uma tal caixa será particularmente util, devendo-se, porém, ter então o cuidado de não lhe dar uma largura superior a 1,m50 para que a modelagem no centro não apresente dificuldades. (A titulo de exemplo: costuma-se empregar nos cursos militares, uma caixa de 4,msx1,m45x0,m40. O plano neia obtido permite representar — na escala de 1|10.000 uma superficie de 40x15 quilometros; na de 1|4.000 uma outra de 16x6 quilometros. Conseguem-se assim estudos de situações de divisão as mais variadas).

E' indispensavel que a caixa fique apoiada diretamente no solo, sem nenhum artificio de sustentação (pés, por exemplo), sem o que o relevo correrá o risco de não ser visto por aqueles que não estiverem proximos aos bordos da caixa e de pé. Ora, é necessário que: — 1º — todos possam ver; 2º — que todos se possam sentar; 3º — que em torno da caixa fique um espaço suficiente á circulação do diretor e de seus arguidos.

II — A caixa deve ser enchida até aos dois terços da altura de areia fina e bem lavada para que, no se a molhar para a moldagem, não forme morrões. Por outro lado a areia de grãos grossos deve ser rejeitada por

que dificulta o trabalho e conserva mal o modelado.

III — Para modelar um relevo o processo seguinte satisfaz: trabalhar primeiramente a seco — nivelar a areia para obter uma superficie plana uniforme;

Se o relevo a obter apresenta sensiveis diferenças de altitudes de uma região para outra (por exemplo, zonas montanhosas, contiguas a outras planas) é vantajoso não nivelar toda a superficie inicial; far-se-ão, ao contrario, intumescencias nas partes em que deverão ser figuradas as zonas montanhosas.

— Traçar, com um estilete as linhas de crista do relevo a modelar; realizar o modelado por alto, calcando a areia nos intervalos que separam as ditas linhas. Aperfeiçoar esse primeiro trabalho de modo a ir obtendo a devida proporção entre as diferentes alturas, dando ás vertentes a inclinação e a forma desejadas. (Não se ater rigorosamente ás cotas reais: sobreelevar os perfis numa proporção variavel com o terreno e o objetivo do exercicio, tendo o cuidado, porém, de bem resguardar as proporções entre as diferentes alturas do movimento do terreno a representar). Sobre o relevo assim obtido, espargir agua com um bico de regador, sustentando-o de uma certa altura, e de modo a que a agua escorra das cristas. Não abusar dela para que não empose com prejuizo da rendição do trabalho.

IV — Os detalhes de planimetria são em seguida representados segundo as habilidades de cada um, mas sempre de modo simples: musgo, fitas, barbantes coloridos, cartões recortados ou colados, para as construções, etc. Deve se dar ao trabalho um cunho de realidade tanto maior quanto menor for a cultura geral daqueles a que se destina. Seu exito depende, sobretudo, da impressão de realidade concreta que o relevo

apresente. Não se poupe, pois, paciencia e arte na representação dos acidentes naturaes, obras de arte, habitações, construções de um modo geral, etc. Quanto mais verdadeiro fôr o aspecto da planimetria tanto melhor impressão cauasrá o plano relevo. Esses detalhes devem ser executados rigorosamente na escala adotada, não só para sua verosimilhança como tambem para o desenrolar do exercicio e, principalmente, para efecto das avaliações de distancias, só assim possiveis.

Resulta daí que será erronea a utilização dos mesmos figurativos em escalas diferentes daquela para que foram arranjados. Com a continuaçao obter-se-ão nas unidades jogos de figurativos apropriados para cada uma das escalas de que se servem habitualmente.

As arvores isoladas devem ser representadas por meio de arbusticulos naturais que serão plantados na areia enquanto que as superficies esverdeadas o serão por musgo esfarinhado ou por pós esverdeados, qualquer que seja sua natureza.

A riqueza da representação planimetrica varia com a escala e com o exercicio que se quer executar.

Assim, para o estudo de unidades importantes pouco ou nenhum detalhe, tendo os nucleos de habitação, em tal caso, representação generalizada. Já para os exercicios de batalhão ou companhia necessário se torna uma representação mais apurada; nos de pelotão, grupo de combate e patrulhas será então necessário chegar aos muros, ás sebes, aos montes de pedra, aos valados das estradas, ás fracas dobras do terreno, etc.

V — Adota-se, para cada exercicio, a escala que se desejar. Constróe-se-a, depois, numa regoa ou cartão forte para efecto da medição das distancias no decorrer do exer-

cicio. Para comodidade de trabalho convem que se disponha de um jogo de regoas de madeira, graduadas nas escalas mais comuns. Com regoas lisas dos dois lados, um jogo de quatro darão oito escalas diferentes, permitindo todas as variedades de exercícios.

A regoa deve ter cerca de 60 centimetros de comprimento. Destes, 50 se destinam a graduação propriamente dita e os restantes 10 centimetros para neles ser escrita a escala correspondente:

1/20.000	0	250 ms.	500 ms.	750 ms.	1000 ms.
< 10 cms. >	<	—	50 cms.	—	>

Segue-se, a titulo de exemplo, o valor de 50 centimetros de regoa (para um relevo considerado):

1 500 . . . . .	cerca de 250 ms. de terreno	—
1 1.000 . . . . .	500 ms.	—
1 2.000 . . . . .	1km.	—
1 3.000 . . . . .	1km. 500	—
1 4.000 . . . . .	2kms.	—
1 6.000 . . . . .	3kms.	—
1 8.000 . . . . .	4kms.	—
1 10.000 . . . . .	5kms.	—

VI — Os diversos elementos da unidade a fazer manobrar são figurados por pequenos cartões (recortados segundo figuras geometricas). Essas figuras obedecem a uma convenção quanto á sua forma e ainda levam um simbolo do elemento figurado. As unidades são diferenciadas entre si pelas cores dos cartões.

Os figurativos assim obtidos são atravessados pelo centro por um alfinete que tem por fim fixa-lo na areia ou numa prancheta de madeira tenra ou mesmo cartão forte, quando não em uso.

Biblioteca de  
"A Defesa Nacional"

## "Notas sobre o Emprego da Artilharia"

DO MAJOR INACIO JOSE VERRISSIMO, é livro indispensavel na biblioteca do oficial de qualquer arma.

SECÇÃO DE  
ARTILHARIA

## Correções do tiro de tempo

Pelo 1.º Ten. Ant. H. A. de Moraes.

Além das correções feitas no caso do tiro percutente afim de que a trajetória correspondente ao ponto médio passe pelo pé do objetivo temos de fazer outras no tempo de combustão do mixto fuzível, para compensar a deformação da trajetória perturbada e também para corrigir as variações da velocidade de combustão do mesmo.

As causas que influem na deformação da trajetória, aumentando ou diminuindo a sua duração de trajeto, são:

dvo, Wx, d& e dp.

As causas que determinaram as variações na velocidade de combustão do mixto são: dh e d8.

As correções devidas a diferença de peso

do projétil (dp) são desprezadas por serem insignificantes.

Essas correções podem ser feitas sobre a distância corrigida ou sobre a distância topográfica.

Algumas tabelas de tiro nos dão as correções em função da distância topográfica, outras da corrigida.

As correções devidas ao sítio não são levadas em conta porque se admite que nas vizinhanças do plano horizontal que passa pela boca da peça, as curvas equievente são verticais.

As nossas tabelas do 75 Sch. Do e do 155 C. Sch. nos dão as correções em função da distância corrigida e a do 75 St. Chamond tem por argumento a distância topográfica.

Os elementos representados variam com a natureza do exercício, ou melhor, da unidade exercitada. Assim, para trabalhar os candidatos a cabo, cabos e comandantes de grupo, é necessário figurar cada um dos combatentes do grupo; para o caso de batalhão bastará figurar coletivamente os pelotões, as seções de metralhadoras, os grupos de comando, as seções de engenhos; num exercício de divisão figurar-se-ão os batalhões (ou companhias), os grupos de artilharia (ou baterias), os órgãos de comando, etc.

Cada unidade pôde rapidamente e facilmente constituir um jogo completo e variado de figurativos apropriados à natureza de seus exercícios.

VII — Não se indicarão nunca num plano relevo as cotas numéricas do terreno, os limites de zona de ação, as linhas de objetivos ou de defesa, as direções, etc. Tomar como regra absoluta "não representar no plano relevo aquilo que não seja sensível na realidade".

Em consequência desse princípio essencial, não serão figurados, dos elementos inimigos, senão aqueles que efetivamente pudessem ser percebidos pelo executante, como, por exemplo, algumas de suas armas e, sobretudo, seu fogo. Este será figurado pelo centro da zona batida pelos projéteis salpicando-se, nos lugares e momentos desejados, nôs (gis pulverizado, sal, farinha, etc.) coloridos conforme o gênero de fogo desejado (balas de metralhadoras, obuzes, gaz, etc.). Para bem realizar essa salpicagem será vantajoso o emprego de saleiros do tipo "Cebros".

VIII — Deve-se empregar nas figurações a maior habilidade em conseguir-lhes verosimilhança. Entretanto, os excessos devem ser evitados, cuidadosamente, pois, do contrário: 1º, atravancar-se-ia o plano relevo com detalhes inuteis que prejudicariam a facilidade e a clareza da demonstração e, 2º, furtar-se-ia ao processo sua qualidade essencial, a simplicidade.

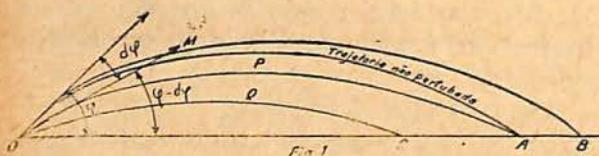
### 1.º) — CASO DA DISTANCIA CORRIGIDA

Para fixar idéas suponhamos um dvo + 10.

Para uma distancia topografica OA, a trajetória correspondente terá um alcance maior e será OB.

Haverá, portanto, necessidade de corrigir essa diferença de alcance.

O angulo corrigido será ( $\&-d\&$ ) e a trajetória correspondente será OPA. E' a trajetória real.



Si as condições do estabelecimento das tabélas fossem realizadas, o angulo corrigido ( $\&-d\&$ ) teria um alcance OC e a trajetória seria \* OQC. E' a trajetória das tabélas.

Evidentemente a trajetória real, OPA, envolvendo a trajetória das tabelas, OQC, terá uma duração de trajéto maior que esta.

Então podemos escrever:

Trajetória real: —  $T + dT$ .

Trajetória das tabélas: —  $T$ .

$dT$ , será por conseguinte a correção a introduzir no evento afim de que o projétil arrerente no pé do objetivo. O seu sentido, naturalmente, será função da variação do dvo. No caso considerado ele é positivo ( $+dT$ ).

Nós podemos introduzir essa correção  $dT$  quer no evento quer no corretor.

A tabéla do 75 Sch. Do (pg. 37) nos dá as correções do corretor em milesimos.

A tabéla do 155 C. Sch. (pg. 84) nos dá as correções a introduzir no evento em segundos e decimos de segundo.

### 2.º) Caso da DISTANCIA TOPOGRAFICA

Si considerarmos uma distancia topográfica OA (fig 2) e um dvo + 10, o projétil atirado segundo um angulo & terá um alcance OB, mas devemos fazer uma correção

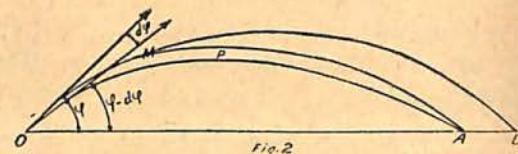
$d\&$  no angulo & afim de corrigir a variação de alcance AB.

A trajetória real será OPA, sendo ( $\&-d\&$ ) o angulo corrigido.

Si as condições do estabelecimento das tabélas fossem realizadas, o projétil atirado segundo um angulo & descreveria a trajetória OMA, mas vimos que devido à variação de um dvo + 10, a trajetória real será OPA.

E' evidente que a trajetória OMA envolve a trajetória OPA e em consequencia a duração de trajéto desta ultima é menor que a da primeira.

Quer dizer que si entrarmos nas tabélas com o argumento OA (distancia topográfica), vamos encontrar uma duração de trajéto T, correspondente á trajetória envolvente, OMA, mas acabamos de ver que a trajetória real OPA é envolvida e, portanto, de duração de trajéto menor.



Nesse caso a correção a introduzir será negativa, isto é, teremos de diminuir a duração de trajéto da trajetória OMA, de uma quantidade  $dT$  proveniente de um dvo + 10.

Pelo exposto vê-se que, quando se toma como argumento a distancia corrigida, as correções a introduzir no evento são de sinal contrário ás que se fazem quando se toma por argumento a distancia topográfica.

O mesmo raciocínio que fizemos para o dvo pode ser aplicado ás demais causas de deformação da trajetória (Wx, dpi e dp).

As correções  $dh$  e  $dO$  NÃO mudam de sentido quando se emprega como argumento as distâncias corrigida ou topográfica.

### EXEMPLOS.

### DISTANCIA CORRIGIDA

#### Canhão de 155 C. Sch.

Distância topográfica — 4.000 ms.

Schrapnell — Carga 3.

dp —  $\times 100$ .

Temperatura dos cartuchos —  $\times 18^\circ$

Temperatura do ar —  $\times 16^\circ$

Pressão —  $759 \text{ m/m}$

Wx —  $\times 5$

$d\& = +4$

A distancia corrigida será:

Elementos	Correções
dp + 100	— 4,1
dvo + 1,4	— 42,0
dio + 5	+ 2,0
Wx + 5	— 40,0

Correção total 84 ms.

Distancia corrigida 3916 ms.

As correções do tiro de tempo serão:

Elementos	Correções
dvo + 1,4	+ 0,8 1
dio + 0,9004	— 0,8 0024
Wx + 5	+ 0,8 015
dh + 9	+ 0,8 16
dO + 3	+ 0,8 048

Correção total — 0,8 3204

O evento de altura nula será 19,83 + 0,83 = 19,66

## 2.º) DISTANCIA CORRIGIDA

*Canhão de 75 Sch. Do.*

Distancia topografica — 4.000 ms.

Shrapnell —

Peso do Projectil + 200 grs.

Temperatura do ar + 20º

Pressão baromeirica 762 m/m ) dio + 28

Temperatura — + 23º

Wx — 5

A distancia corrigida será:

Elementos	Correções
dvo — 0,3	+ 4
dio + 28	+ 18
Wx — 5	+ 47
dp + 200	+ 32

Correção total + 101 ms.

Distancia corrigida: — 4100 ms.

As correções a introduzir no corrector serão:

Elementos	Correções
dvo — 0,3	+ 0,15
dio + 28	+ 0,28
Wx — 5	+ 1
dh + 2	— 0,4
dO — 2,5	+ 0,5

Correção total + 1,57

O corrector de altura tipo será: 54 + 1 = 55.

Si quizessemos graduar a espoleta á mão, teremos: Evento de altura tipo: 11,6 — 0,81 = 11,5

## 3.º) CASO DA DISTANCIA TOPOGRAFICA.

*Canhão de 75 St Chamoud. Mod. 1920.*

Distancia topografica 4000 ms.

Shrapnell

Peso do projectil + 100 grs.

Temperatura do ar — 30º

Pressão barometrica — 758 m/m ) dO — 15

Temperatura dos cartuchos — + 32º

Wx + 5

Sendo as tabelas desse material organizadas de modo a nos dar as correções em função da distancia topografica, não ha necessidade de determinar a distancia corrigida.

Então teremos:

Elementos	Correções
dvo + 2,5	+ 0,5
dio — 15	+ 0,45
Wx + 5	+ 1,5
dh + 8	— 0,8
dO + 8	— 0,8

Correção total a introduzir no corrector: — + 1

O corrector de altura nula será: 20 + = 21

O evento de altura nula será: 11,5 — 0,1 = 11,4

Acham-se a venda:

# Mementos de ordens de Infantaria pelo Major José Faustino Filho

com Prefacio do Major Ignacio José Verissimo

**PREÇO: 1º FASCICULO . . . . . 3\$000**

» 2º . . . . . 1\$500

**SECÇÃO DE  
AVIACÃO**

# A Tropa em face das ações aereas e a experiência de 1932

**Cap. ALCINDO PEREIRA**

O maravilhoso progresso da aviação após a grande guerra de 1914, colocou-a entre as mais poderosas armas de combate á disposição dos Exercitos modernos.

Na precisão do relevantíssimo papel que lhe está reservado nas lutas futuras, as grandes potências disputam entre si a primazia do poder aéreo, e os países de menores recursos militares, não pouparam sacrifícios para possuir-la á altura das necessidades da propria defesa.

Todos sentem-lhe a ameaça latente no já considerável e sempre crescente raio de ação, irrestrinigível por obstáculos naturais, e na impressionante capacidade destruidora.

E' iniludivelmente um serio problema a enfrentar, quer sob o ponto de vista de "ação", isto é, um problema cuja solução deve atender paralelamente ao desenvolvimento do poder ofensivo aéreo e ás medidas de proteção e defesa anti-aéreas correspondentes.

Essa é a orientação seguida pelos países militarmente bem organizados. A medida que aumentam e aperfeiçoam os recursos de ataque, ampliam e metodizam os meios de defesa opositos, extendendo-lhes a ação até á população civil.

Entre nós a questão tem sido tratada de forma unilateral. A nossa aviação, recentemente reorganizada, com o material renovado e com a instrução em constante progresso, está em fase de franca e real prosperidade. A parte anti-aérea, porém, permanece praticamente esquecida.

E' evidente o perigoso desequilibrio dessa situação — aptos para o ataque e impotentes para a defesa —, passível de lamentaveis consequencias.

A experiência dos acontecimentos revolucionários de 1932, já nos fez sentir, em pequena amostra, as desvantagens desse desequilibrio.

As ações aéreas e anti-aéreas então desenroladas, vistas pelo prisma reduzido da luta empreendida, permitem conclusões que amplias à escala da guerra futura, constituem, sem dúvida, uteis e valiosos ensinamentos.

Tentaremos o exame dessas lições vividas,

desenvolvendo considerações e esmiuçando fatos, que permitam ressaltar os erros e as falhas, cuja reprodução cumpre evitar, sob pena de maiores danos.

A eclosão do referido movimento armado, surpreendeu a tropa em estado de quasi absoluta impotencia contra os ataques do ar; faltavam-lhe os meios materiais adequados e essenciais eram, neste particular, a instrução e a disciplina.

Aos primeiros contatos com a aviação adversa, evidenciaram-se logo as deficiencias.

A aplicação dos preceitos e medidas regulamentares, aliás muito simples, não se originava de reflexos de instrução, mas era a resultante de imposição violenta dos atos de guerra e como tal eivada de erros e vacilações com a constante característica da inopportunidade.

Ao invés de prevenir, remediava-se.

A improvisação e a astúcia utilizadas para suprir as faltas, quando não pecavam por impropriedade, mal conseguiam encobri-las.

A tropa desconhecendo os verdadeiros efeitos dos fogos aéreos e sentindo a fraca eficiencia das armas em mão, para contrabate-los acusara grande sensibilidade nervosa: denota-se nos momentos criticos, impressões variáveis entre o temor excessivo, com riscos e ameaças de panico, e a despreocupação imprudente, com certos e inuteis sacrifícios de vidas.

O nervosismo manifestava-se ás vezes, por viva e desordenada fuzilaria, indice de grave indisciplina de fogo e causa de oneroso desperdício de munição.

Instruções e recomendações ás tropas recém-chegadas e mesmo ás veteranas ao teatro Sul de operações afirmavam e reiteravam as disposições regulamentares para a defesa e proteção anti-aérea.

Havia abusos e descuidos a combater. Era comum, por prosápia, desdenhar os perigos do ar, desobedecer ás normas disciplinares de proteção. Desenfiar-se dos tiros e das vistos era por um preconceito absurdo, arriscar-se á pécha de covarde.

Rara a vez que uma bravura desta natureza ou a imprudencia de um "incredulo" não trazia como resultado o castigo inflexivel de uma explosão violenta, com a perda de algumas vidas. Era alias o unico argumento que decidia á comprensão e á obediencia dos referidos preceitos.

Esse conjunto de faltas, "perfeitamente evitaveis", dava maior vulto aos perigos do ar; constituia precioso auxiliar do adversario que, explorando-os com habilidade podia obter apreciaveis resultados diréttamente sobre a tropa deprimindo-lhe fortemente o moral.

Ao lado desses fatores, outros de ordem geral, "inevitaveis", concorriam tambem para ampliar ou restringir as possibilidades aéreas adversas. Entre os de maior influencia, citaremos o aspéto topográfico da região e o gráu de movimentação da tropa.

No setor Sul, ao qual nos referimos em particular, as operações desenrolaram-se óra em zona de matas densas, óra em terrenos de vegetação rareada e escassa, óra ainda em campos totalmente descobertos, e caracterizaram-se por duas fases bem nítidas.

Uma, de rápidos e incessantes deslocamentos de tropas, segundo o eixo-ferroviário e circunvizinhanças, devido ás facilidades de transporte. Outro, de movimentos lentos e demorados em virtude do afastamento progressivo do eixo principal de comunicações, pelas maiores dificuldades de penetração, provenientes da natureza da região, escassez e deficiencia de caminhos.

Dessas circunstancias resultavam alternativas mais ou menos favoraveis ás ações da aviação adversa. Na primeira fase sua atenção se concentrava mais sobre os transportes ferroviários e desembarques, então objéttivos mais vulneraveis.

Todavia, os danos materiais produzidos não eram de molde a embaraçar a vida e o avanço do Destacamento; causavam apenas temores e inquietações origem de ligeiros retardamentos nos transportes.

Na fase de maior estabilidade da tropa houve a metodisação geral dos serviços e um desenvolvimento apreciavel da rede-rodoviária, com grande intensificação do movimento de combóios e de tropas, cujo efetivo crescia diariamente. Se por um lado ficava favorecida a ação dos aviões adversarios pelo aumento do numero de seus objéttivos, óra mais estaveis,

mais faceis de localisar e identificar por outro lado podia a defesa ser melhor cuidade e em maior escala. Esta fase caracterisou-se por um recrudescimento da atividade aérea adversa, não obstante o contrabalanço da nossa aviação, já mais eficiente.

Dentro das possibilidades existentes a defesa anti-aérea foi exercitada desde o inicio das operações.

O emprego das metralhadoras pesadas (a arma mais adequada que existia) contra os aviões foi aos poucos se sistematizando.

Seções foram especialmente designadas para essa missão. Seus resultados praticos, porém, eram quasi nulos; faltavam-lhes o "material de pontaria apropriado e a instrução especializada" para tão difícil tiro.

Satisfitas que fossem estas condições, ainda assim, muito aleatorios seriam os resultados, pois, bem sabemos que o alcance eficaz dessa arma no tiro contra-avião — 1.000 m. — é atualmente ineficiente dadas as modernas possibilidades da aviação.

Se a maioria das vezes os aviadores se mantinham além dessa altura, talvez pelo efeito moral dos fogos de terra, não faltaram entretanto, audaciosos para afrontarem impunemente a 300 ms. e menos nossa precaria defesa, metralhando com violencia homens e animais que lhes ficassem á vista.

Nos lugares muito expostos, em que a dessimulação era difícil ou impossível, e a permanencia obrigada, o unico recurso era o abrigo subterraneo. E êles surgiram por toda a parte, mau grado a aversão votada dos trabalhadores de sapa.

Não apresentavam essas obras, porém, em sua grande maioria, as garantias necessarias a uma conveniente proteção. Os abrigos á prova eram raros; a regra era um fôssio mais ou menos profundo, fracamente coberto, protegendo apenas contra os estilhaços e com inumeros inconvenientes. Entrada única, baixa e estreita, obrigando a flexões forçadas do tronco e como consequencia inevitável: o atropelo nos momentos criticos de entrar, maximé quando o "sinal de avião" era dado pela explosão da primeira bomba. A' saída, as mesmas dificuldades, se tudo corresse favoravelmente, permanecendo intacto o abrigo. Mas, imaginem-se as consequencias no caso de abalar-se a coberta protetora ou de ser entupida, pelo revol-

vimento de terras adjacentes, a unica abertura existente!

No interior do abrigo, deficiencia de capacidade e falta de ventilação. Ao cabo de alguns minutos, a permanencia dentro dessas excavações superlotadas, tornava-se insuportável; a posição flexionada e o ar irrespirável causavam mal-estar e vertigens. Essa tortura durava sempre de dez a vinte minutos. E que minutos!...

Qualquer explosão na circunvisinhança, lançando poeira e gazes dentro do abrigo, agravava de modo inevitável as condições internas.

Os poucos solidos, em boas condições técnicas, eram em regra obra da engenharia, com seus recursos em material e pessoal especializados. É como escapa à missão desta arma, preparar abrigos para as demais e para os serviços, cumpre que estes estejam habilitados a executá-los com seus próprios meios.

Tais trabalhos "devem ser feitos por todos" indistintamente e "qualquer que seja a permanência no local". Muitas unidades, por saberem demorar apenas um dia ou dois em dado lugar, nada faziam, sob pretexto de que não iriam aproveitar o trabalho; "não valia a pena tanto esforço". Mas aqui também se aplica, por analogia, "e por extensão a todas as armas o que prescreve" o art. 236 do R.E.C.I., 2.<sup>a</sup> parte: "no DECURSO DO ATAQUE, QUALQUER FRAÇÃO MOMENTANEAMENTE DETIDA, LANÇA MÃO DE SUA FERRAMENTA PARA MELHORAR AS COBERTAS NATURAIS DO SOLO, CRIAR ABRIGOS, INDIVIDUAIS OU ELEMENTOS DE TRINCHEIRAS; AS FRAÇÕES QUE VEM DEPOIS APROVEITAM OS TRABALHOS ESBOÇADOS E APERFEIÇOAM-NOS".

Ora, ha localidades que, por serem pontos de passagem sucessiva de inúmeros corpos de tropa e formações de serviços, com paradas mais ou menos longas, precisam ser dotadas de grande numero de abrigos, afim de que os recém-chegados não fiquem à mercê das máquinas aéreas. E quem deverá construir-los? Não ha tropas especiais para tal fim. E' indispensável que cada unidade ao chegar, meta mãos a obra com decisão.

Se não conseguir concluir-las, fa-lo-ão as que se seguirem. No fim de certo tempo haverá conservá-las.

Mas, a realização desse preceito não é tão fácil, como enunciá-lo. Exige energia e decisão dos chefes e compreensão de todos. Mais de uma vez vimos tropas que se haviam descuidado dessas medidas, correrem na hora do perigo, tumultuariamente, para os poucos abrigos pertencentes aos elementos e formações instalados na localidade, desalojando-os e tornando precária a propria segurança pela aglomeração inevitável.

Nas posições de combate sempre notámos maior cuidado com as medidas de proteção, aliás, facilitada pela diluição da tropa no terreno e pelo disfarce, forçadas pela hostilidade permanente do adversário.

Nas zonas de retaguarda e de interior mais procuradas pela aviação, "é que se deve proceder com maior rigor". Nestas os grandes e variaveis intervalos entre os ataques aéreos, estimulam a despreocupação e as facilidades que cumpre reprimir.

Nas regiões em que as povoações são pouco numerosas e muito afastadas uma das outras, em que as habitações de campo são isoladas e raras, e em que as estradas e caminhos escasseiam, ficam as tropas naturalmente mais vulneráveis às vistas e aos fogos aéreos. Com efeito, uma série de circunstâncias contribue para formar aglomerações, inevitáveis às vezes, de difícil dissimulação. Depois de algum tempo de campanha ha uma tendência natural das tropas, de estacionarem nas localidades ou suas imediações com o fito de melhorar as condições de vida, embora passageiramente, pois, é nas localidades que em regra se instalam os órgãos de serviço provedores, pela natural convergência das rodovias e ferrovias; é nas localidades que se encontra algum conforto para homens e animais, capaz de reerguer-lhes as forças físicas e ipso-fato, morais.

O mesmo acontece em escala menor às fazendas ou casas isoladas de campo, que por se acharem situadas em regra, nos pontos da região que melhores condições de vida oferecem, tornam-se preferidas para estacionamento da tropa ou localização de serviços.

A escassez de caminhos constitui também outro fator de aumento dos perigos do ar.

A existência às vezes de uma única estrada, ligando a frente de operações ao ponto terminal (ou estação) da via-ferrea, o que não é raro, ocasiona dificuldades a um transito

intenso de comboios e colunas de tropas, com congestionamentos prejudiciais.

O único meio de remediar tais inconvenientes e reduzir os riscos de ataques aéreos, "é uma rigorosa disciplina" de marcha e de estacionamento aplicadas a tropas e órgãos de serviços indistintamente.

Já não nos referimos aos deslocamentos em sigilo de tropas para efeitos de surpresa, pois, neste caso o rigor tem de ser levado ao extremo, sob pena de fracasso certo.

"Escapar ás vistas e aos fogos da aviação" é regra muito repetida nos regulamentos e mesmo vulgarizada na tropa, mas, de aplicação ainda mal compreendida e um tanto desdenhada, sobretudo nas marchas e estacionamentos.

E essa indispensável disciplina é parte imanente da instrução, devendo como esta ser aprendida regularmente em tempo de paz. Precisa tornar-se tanto quanto possível reflexa, para que sua execução se processe automaticamente, sem vacilações nem retardamentos, que não mais permite a rapidez de ação dos aviões modernos.

E' sabido que os ensinamentos, bem aprendidos em tempo de paz, aplicam-se com facilidade e proveito na guerra.

No teatro de operações já não ha mais possibilidades de ministrá-la.

As mil e uma atribulações de campanha, desviam as atenções para a solução de problemas mais importantes no momento. Em regra a tropa é empregada tal qual vem do interior. Ha sempre "fome" de efetivos, que não admitem

te protelações no emprego das unidades recém-chegadas.

E' verdade, que a experiência ensinar-lhes á muitas coisas, sempre á custa de pesados sacrifícios. Mas tal processo não pode ser consentido: é malbaratar vidas, gastar prematuramente energias, é abater cedo o moral da tropa com perdas inuteis, é preparar a sua falta nos momentos críticos, em que o fator efetivos é sempre preponderante.

Em resumo, podemos dizer que a pequena experiência de guerra por que passamos foi bastante para mostrar á evidencia, no que concerne á defesa e proteção anti-aéreas, o nosso inacreditável desaparelhamento material e a inadmissível insuficiencia da instrução e disciplina.

Si as consequencias de tais falhas foram relativamente insignificantes, apenas o devemos á fraqueza do adversario. Mas, o mesmo não acontecerá por certo, se amanhã tivermos de enfrentar um inimigo forte e instruído.

Cumpre saná-las, sem perda de tempo, considerando sempre o imprevisto da irrupção das lutas armadas.

Urge o aparelhamento material do Exército no que se relaciona com este palpitante aspeto da guerra.

Preservar na inércia atual é preparar insensivelmente horas amargas de dor e de luto, não só para elementos combatentes, sim também para a população civil inerme, cuja defesa nos está afeta.

8-III-934.

## O PRINCIPIO DAS PROMOÇÕES

O grau de *imaginação* necessário para comandar não é evidentemente o mesmo em todos os escalões da hierarquia. Nos escalões inferiores a previsão é muito restrita. Já, um comandante de divisão, si quer desempenhar seu papel, precisa encarar, antes de iniciar uma operação, a sucessão de acontecimentos que se devem produzir, para poder estabelecer um plano racional e a ele adaptar em tempo útil os meios de que dispõe.

Um comandante em chefe, hoje deve

prever, com meses, anos de antecedência os acontecimentos, tendo em consideração as massas de homens com que lida, as toneladas de material que a menor mudança no armamento, comporta! Portanto, ninguém deve ascender ao escalão supremo se não possuir — *faculdade criadora*. E por isso é necessário, em tempo de paz, estudar seriamente as possibilidades de nossos oficiais e proceder-nos escalões intermediários as seleções necessárias.

(General Serrigny - *Reflex sur l'Art de La Guerre*).

**SECÇÃO DE  
INTENDENCIA**

# A ESCRITURAÇÃO DO PATRIMONIO DO EXERCITO

Pelo 1.º Ten. Cont. MARCOS JOÃO REGINATO

No momento em que se evidam esforços, em todos os sectores, para dotar o Exercito de elementos que o tornem cada vez mais eficiente — é oportuno se proceder a uma reorganização na escrituração atinente ao material e fundos em geral.

A administração, por mais insignificante que seja, não se exerce sem que se registre, convenientemente, as alterações e movimentos operados sobre os valores, representados pelo material e fundos. E esse registo cresce de importância na razão direta do valor dos bens administrados.

Desnecessário será encarecer o vulto do patrimônio do Exercito, constituído do acervo do material e fundos geridos pelos Serviços de Intendência, Material Belico, Engenharia, Saúde, Veterinária, Remonta, Aviação, corpos de tropa e outras unidades militares.

E o valor desse copioso material aumenta, consideravelmente, quando se constata que a maior parte é de origem estrangeira.

Mas, não obstante os onus que trazem ao Tesouro Nacional as substituições, reformas e aumento do material, não existe um sistema de escrituração geral que permita se conhecer de modo exato, verdadeiro e pronto a situação do patrimônio do Exercito.

A alta administração da guerra tem diligenciado no sentido de estabelecer métodos de escrituração que convenham à administração militar, salvaguardando os interesses do serviço e do Tesouro Nacional, indicando clara e precisamente a situação de qualquer material ou gestão financeira. Mas, apesar do interesse dispensado, a escrituração em vigor na administração do Exercito deixa muito a desejar.

Há métodos de escrituração em uso na administração militar que datam de muitas décadas.

Em 1910, foram condensados em um livro os modelos e instruções para a escrituração dos corpos arregimentados, ficando revogados os mandados adotar em 25 de Julho de 1889 e 8 de Fevereiro de 1896.

No decurso deste tempo, muitas foram as alterações introduzidas na escrituração geral em consequência da criação de novos serviços e ampliação de outros; bem como em virtude de disposições regulamentares e dispositivos de leis.

As Diretorias dos Serviços, de conformidade com o que dispõe o § 1º do Art. 125 do Regulamento para Administração dos Corpos de Tropa e Estabelecimentos Militares, têm organizado modelos e instruções para o registro do material e fundos que lhes estão afetos.

Com a vigência do Código de Contabilidade, que atribuiu à Contadoria Central da República a organização das instruções e modelos, para a escrituração dos bens moveis da União, foram estabelecidos processos de escrituração pelo método das partidas dobradas, fundamentados nas instruções e modelos mandados adotar na Contabilidade Pública pelo Decreto n. 13.746 de 3 de Setembro de 1919, para uso em alguns serviços.

A escrituração deve, de modo absoluto, adaptar-se às exigências da administração, e não a administração às exigências da escrituração.

O fato das Diretorias dos Serviços organizarem as instruções e modelos, para a escrituração do material e fundos, que lhes estão afetos, sem que HOUVESSE DISPOSIÇÕES GERAIS REGULANDO A MATERIA, deu como resultado serem o material e fundos de cada serviço registados por métodos diferentes. E essa multiplicidade de métodos de registo na administração do Exercito acarreta sérios inconvenientes: em primeiro lugar, e flagrantemente contraria à ética militar, em que tudo obedece à uniformidade — pessoal e material. Em segundo lugar traz embaraços à administração, desvirtuando a finalidade da escrita, que deve ser comum nos corpos de tropas e estabelecimentos militares, daquela forma obrigados a manter tais métodos de escrituração, quantos forem os Serviços que os abastecem.

E muitas vezes os que têm a seu cargo o registo do material administrado pelo corpo de tropa ou estabelecimento militar, atendendo a coerência que há em certos modelos adotados por determinados serviços, utilizam-nos para outro, visto se trataram de documentos comuns e do mesmo efeito. Mau grado são os documentos impugnados, por não serem os adotados pelo respectivo Serviço, não obstante esses modelos reunirem mais detalhes e apresentarem mais clareza.

Do exposto, vê-se como é indispensável encarregar a necessidade urgente que há em se reorganizar a escrituração geral do Exercito, atinente ao material e fundos.

A escrituração do patrimônio do Exercito, na sua estrutura, deverá ser uma única, porque os valores administrados pelos diferentes Serviços e outros órgãos abastecedores, industriais e fabris do Exercito são como vimos de duas ordens: material e fundos.

Não obstante o material variar na espécie — o fim e o emprego são comuns em todas as administrações do Exercito.

A classificação mais genérica do material compreende — material permanente e material de consumo e transformação. E todos os serviços quaisquer que sejam suas atribuições têm material das duas naturezas.

A escrituração se destina a registar, convenientemente, as alterações e movimentos, que se operam sobre o material e fundos, assim é de estranhar que existam inúmeros métodos para registrar duas ordens de valores na administração militar.

Para evidenciar, categoricamente, as divergências existentes na adoção de modelos e instruções para a escrituração administrativa, basta citar de passagem — as folhas de vencimentos, os pedidos de material, as guias de remessas, as guias de recolhimento, os mapas carga, os termos de abertura, verificação e exame, os balancetes, os balanços gerais, os mapas de movimento diário e outros modelos que apesar de serem comuns a todos os Serviços, cada Serviço adota um tipo diferente. E a variação é de tal ordem que dentro de um mesmo Serviço os estabelecimentos usam modelos diferentes para um mesmo fim e diferentes também são os métodos de escrituração.

Seria ocioso dizer que os MODELOS COMUNS A TODOS OS SERVIÇOS DEVIAM SER ESTANDARDIZADOS.

E essa uniformidade se impõe cada vez mais em face da aparelhagem que se está imprimindo ao Exercito, o que implica no aumento considerável do seu patrimônio, devendo salientar-se o caráter comercial que vai dia a dia tomando mais vulto, nos diferentes setores, reclamando não só um método de escrita compatível com a gestão como também processos de fiscalização e controle.

A despeito dos inúmeros métodos de escrituração em uso na administração militar não ha um só que satisfaça as exigências da administração e aos interesses do Tesouro Nacional. Os processos de registo são deficientíssimos; as suas principais características são a imprecisão, a obscuridade e a confusão. E estes fatores geram gravíssimos males à administração em geral.

A falta de precisão e clareza nos registos dos fatos que implicam no aumento ou diminuição do patrimônio do Exercito, em qualquer que seja a administração, induz os responsáveis pelos bens que administraram a usarem dêles como lhes ditar a consciência.

Uma escrita perfeita, que evidencia a qualquer momento, de modo claro e real o estado de qualquer administração, é um meio seguro para se evitarem maquiavações dolosas; é um grande coeficiente de ordem, um grande coeficiente de progresso, um grande coeficiente de moralidade; é uma bússola indicando a cada momento o rumo que está seguindo a administração.

A falta de uma escrituração coerente na administração dos bens pertencentes ao Exercito tem originado os mais desagradáveis fatos que consignam os anais da Justiça Militar. E para evidenciar esses males basta lembrar as denúncias e acusações infundadas que, constantemente, são levantadas contra diretores, chefes de serviços, comandantes de corpos e outros oficiais que têm estado à frente das administrações ou têm gerido valores, como infiéis ao cumprimento do dever, malbaratando os bens ou consumindo em proveito próprio ou de outros.

Estes fatos dão lugar a que se exponham oficiais de comprovada honestidade á situação humilhante de serem afastados das suas funções como deshonestos e prevaricadores. Enquanto prossegue o inquerito afim de se conhecer a VERDADE permanecem os acusados sob uma atmosfera de oprobio aos olhos dos menos avisados.

Mas eis que o inquerito chega á parte mais delicada — vai ser examinada a escrituração — que constitue a mais eloquente e insuspeita testemunha — os peritos se desdobram, fazem ginástica para no final de tudo concluirão por julgarem a escrituração deficiente. E não se pôde apurar a VERDADE porque a suspeita encontra base numa escrituração, obscura, imprecisa e confusa.

Do exposto se verifica que o sistema de escrituração em uso no Exercito, atinente ao material e fundos, é de tal ordem que não permite se evidencie de modo claro e exato a retidão mantida na administração por aqueles que presam a sua honrabilidade e que collocam acima de tudo a dignidade de seu nome.

Uma reforma na escrituração geral do Exercito se impõe assim de modo incontestável. E ela deve ser de molde a poder expurgar-se da administração militar o regimen da irresponsabilidade, oriundo da falta de FISCALIZAÇÃO e CONTROLE que o sistema atual de escrituração não permite.

A escrituração deverá ser feita de forma que as autoridades encarregadas da fiscalização sejam as autoridades encarregadas da fiscalização sejam as primeiras a se manifestarem sempre que o material ou fundos não estejam sendo empregados de acordo com os interesses do serviço ou do Tesouro Nacional.

Somente uma escrita clara, precisa e exata poderá salvaguardar os interesses da União e evitar que se levantem acusações infundadas contra os que diretamente ou indiretamente administraram bens pertencentes à Fazenda Nacional.

# ASPETOS GEOGRAFICOS SUL AMERICANOS

Pelo Major  
MARIO TRAVASSOS

Prefacio de  
PANDIÁ CALOGERAS

A VENDA NESTA REDAÇÃO

Preço 5\$000

Assinantes: 4\$000

Socios: 3\$000

**SEÇÃO DE**  
**INFANTARIA**

# “FICHARIO DO CAPITÃO”

### **Quadro controlo da situação diaria da Companhia**

Pelo Cap. BAPTISTA GONÇALVES

Vamos expôr neste trabalho a construção de um quadro que denominamos "Quadro controle da situação da companhia" e com o qual ficará o capitão em condições de em qualquer momento saber a situação da unidade que comanda. Como veremos trata-se de um quadro que alterado diariamente lhe dará indicações referentes:



Não se trata de um quadro teórico destinado a receber elogios, mas de um ótimo auxiliar do comando sancionado pela prática de um ano, com ótimos resultados e em uma unidade de grande efetivo como seja o Batalhão Escola.

## MATERIAL.

O material necessário para a sua construção é o seguinte:

- quadro de madeira ou alumínio de 41 cm. x 30 cm. x 1 cm.
  - pregos de 1 cm 5
  - fichas circulares de ósso, papelão ou alumínio de cor branca com 1 cm 5 de diâmetro.
  - fichas semi-circulares de cores diversas, 1 cm. 5 de diâmetro.

As fichas a empregar serão as comumente usadas nos jogos de cartas.

## CONFECCÃO DO OUADRO

Não apresenta nenhuma dificuldade. De-  
pois de cortado de acordo com as dimensões

indicadas mais adiante colocam-se os prégos distanciados como indicamos adiante. O seu numero e disposição serão tirados da 1.<sup>a</sup> parte do R. E. C. I. e segundo o efetivo e formação indicadas.

## MOVIMENTAÇÃO DO QUADRO

Pronto o quadro trata-se então de colocar as fichas de conformidade com a organização da Secção Extranumeraria, dos pelotões e dentro destes segundo a distribuição dos homens pelos grupos de combate.

Para isto na parte inferior da ficha circular escrevemos a tinta ou a lapis o numero do sargento, cabo ou soldado e a distribuimos pelos suportes conforme o lugar que deve ocupar no grupo, a praça a quem a mesma corresponde, levando-se em consideração a função que exerce: comandante de grupo, cabo fuzileiro, 1.<sup>º</sup> municiador, etc., etc.

Si a Companhia não estiver com o seu efectivo completo, não serão colocadas as fichas que indicariam a existencia e função dos elementos que faltam.

Feita então a colocação das fichas, levando em conta o efetivo da Companhia, passamos após a indicar a situação em que se encontram cada uma das praças que a compõem. Quanto ás praças que não têm alterações deixamos as fichas circulares, em branco; para as outras utilizaremos as fichas semi-circulares, convencionando uma cor para cada especie de alteração, e com elas cubrimos as primeiras. Isto se consegue porque sendo ambas furadas na parte superior, quando se coloca a ficha semi-circular sobre a inteira, a parte inferior da segunda fica descoberta, deixando á vista o numero da praça.

Executadas as ações acima enumeradas, nada mais teremos do que trazer em dia, o quadro, movimentando após a saída do Boletim e, assim, poderá em qualquer momento dar o capitão informações sobre a situação da sua unidade dispensando o manuseio do pecúlio e da relação de alterações.

# BATALHÃO ESCOLA

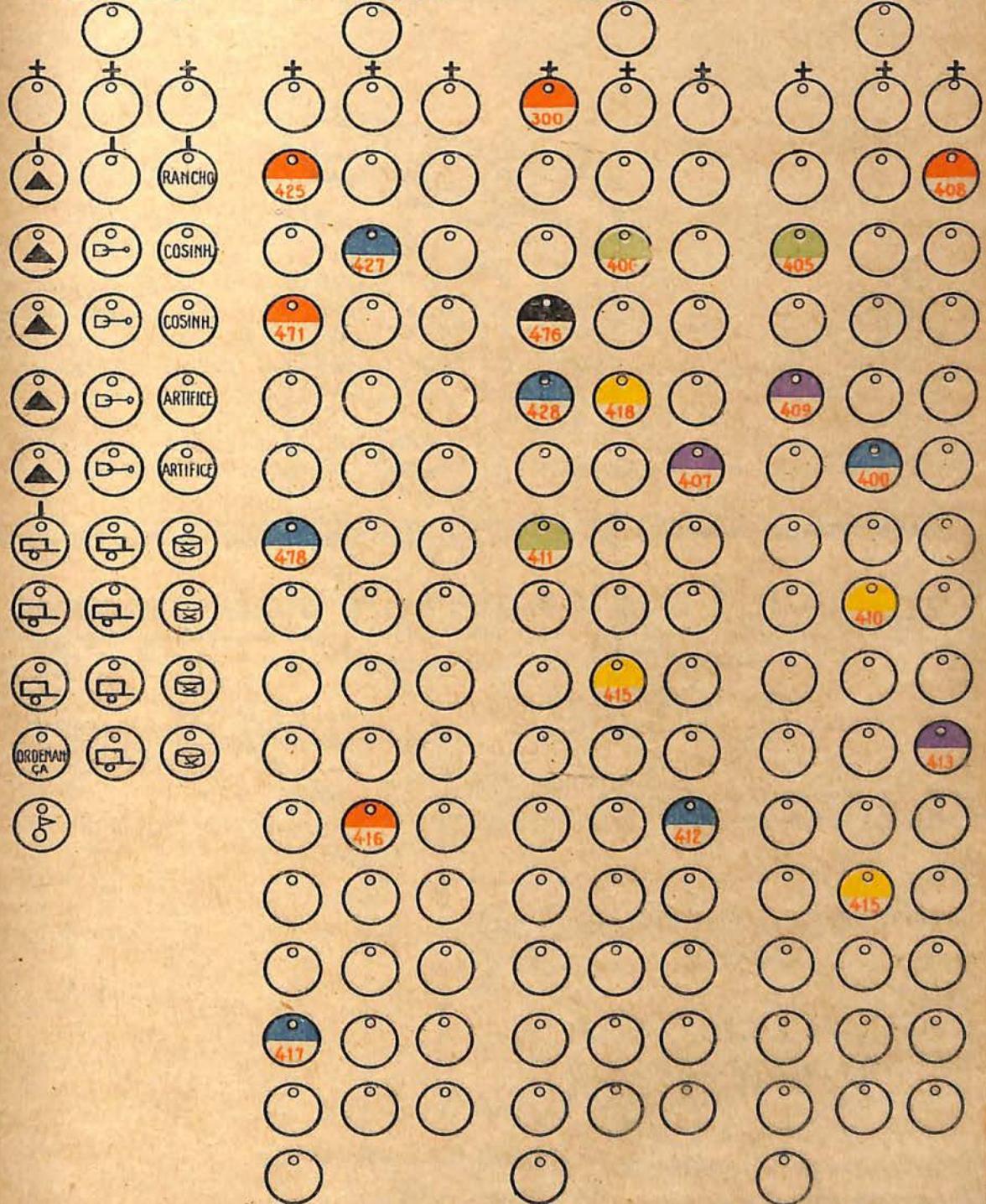
## Quadro controle da situação diaria da companhia

Sec. Extra

3º Pelotão

1º Pelotão

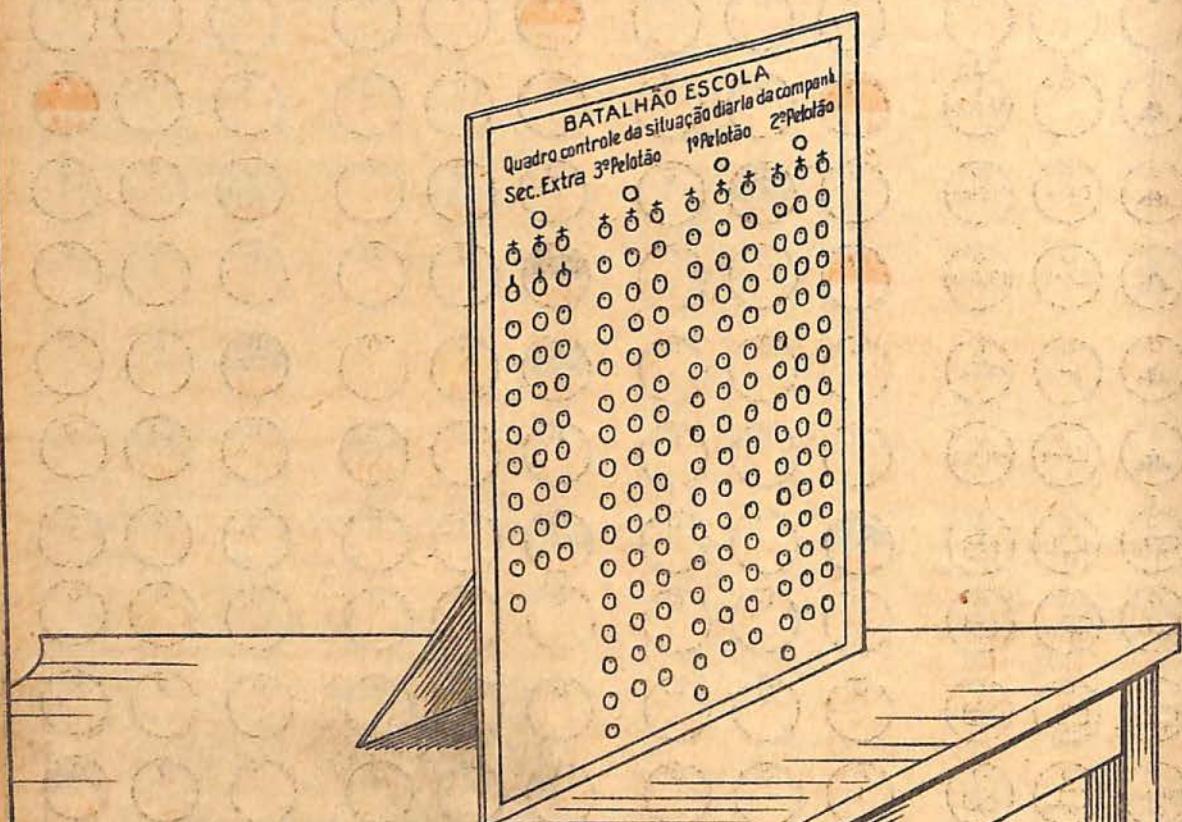
**2º Pelotão**



A 10383 BAHIA TAB

# SITUAÇÃO DO QUADRO SOBRE A MESA

## DE TRABALHO



### MEDIDAS PARA O CONJUNTO DO QUADRO

Largura do quadro	30 ents.
Altura	41 ents.
Distância entre as fichas extremas	26 ents
contada dos centros das fichas.	26 ents
Distância entre 2 fichas consecutivas sentido da larg. <sup>a</sup> altura	2 ents.
Intervalo entre os pelotões	3 ents
Diametro das fichas	1 ents

A titulo de exemplo indicamos as cores abaixo para a indicação das alterações mais comuns na Companhia:

Verde — Empregados } internos  
externos

Amarelo — Baixados } ao hospital  
D. C. Campo Bello  
S. H. de Itatiaia

Vermelho — Baixado á enfermaria

Preto — Prêso de correção

Azul — Detido

Rôxo — Em diversos destinos . .

Outras convenções podem tambem ser adotadas para designar as praças desarranchadas, casadas e as que pernoitam fóra; tudo isto no entretanto, fica ao criterio e gosto de cada um.

No que diz respeito ao tamanho do quadro poderá o mesmo ser aumentado, para que pos-

sa conter as indicações referentes aos animais e viaturas, ou diminuído, desde que se utilize fichas de menor diametro.

Quanto a sua colocação poderá ser colocado sobre a mesa do comando ou ser fixado na parede.

A fig. 2 dá uma idéia do que seja o que acabamos de expôr. Nela vemos a partir da esquerda para a direita a Sec. Extra, 1.<sup>º</sup> pelotão, 2.<sup>º</sup> e 3.<sup>º</sup> com as seguintes alterações:

Sec. Extra: nenhuma alteração.

3. <sup>º</sup> pelotão	{ Baixado a enfermaria 425-471-416 Detidos 427-478-417
1. <sup>º</sup> pelotão	{ Baixados } ao hospital 418 - 415 á enfermaria 300 Detidos 412-428 Preso 476 Empregados 406 - 411 Em diversos destinos 407
2. <sup>º</sup> pelotão	{ Baixados } ao hospital 410 - 414 á enfermaria 408 Detido 400 Empregados 405 Em diversos destinos 409 - 413

## Banco dos Funcionarios Publicos

RUA DO CARMO, 59 - (Séde Propria)

**Capital . . . . . 10.000:000\$000**  
**Reservaas . . . . . 502:175\$138**

### CARTEIRA COMERCIAL

Caução de títulos de real valor — Hypotecas com amortização mensais  
Descontos de contas do Governo — Antichreses

#### TAXA PARA DEPOSITOS

c/c Limitada . . . . . 5 %

#### PRASO FIXO

6 meses . . . . .	6 %
9 meses . . . . .	7 1/2 %
12 meses . . . . .	8 1/2 %
Em 12 meses com renda mensal	8 %
Para os acionistas mais . . . . .	1/2 %

O Banco oferece aos depositantes inteira garantia, o dinheiro entregue á sua guarda é empregado em empréstimos aos funcionários publicos federais com assistencia do governo e cuja cobrança é por este efetuada por intermedio das suas repartições em consignações mensais, que constituem deposito publico.

### EXPEDIENTE ININTERRUPTO

(De 10 às 16 horas)

# A formação dos Oficiais de Reserva

I.º Ten. Heitor BORGES FORTES

As novas leis do Serviço Militar e do Ensino Militar contêm excelentes dispositivos visando canalizar para os Centros ou Escolas de Oficiais de Reserva um maior número de jovens brasileiros.

De fato, é de esperar que os futuros possuidores do "certificado de instrução militar preparatória" instituído para os estudantes de ensino secundário (inclusive Colégios Militares) aos quais se não dará mais a "caderneta de reservista", venham engrossar as fileiras dos caíetes dos C. P. O. R., cujo recrutamento se faz hoje, quasi exclusivamente, nos meios acadêmicos das Escolas de ensino superior.

Um ponto, porém, merece a atenção do Governo, pelas más consequências que vai acarretando: é a supressão do pagamento de vencimentos aos Aspirantes a Oficial de Reserva, quando em estágio nos corpos de tropa, para a nomeação ao posto de 2.º Tenente.

Os C. P. O. R. regionais devem possuir estatísticas das perdas de oficiais de reserva decorrentes dessa medida de emergência, capás de convencer aos chefes da conveniência de sua derrogação.

O numero de abnegados estagiários (pois êles se fardam, transportam, etc., por conta propria) foi diminuto, no ano findo.

A outra fonte de formação de oficiais de reserva prevista pela Lei do Ensino, resulta do aproveitamento de "certas praças do Exercito Ativo, mediante cursos especiais que

funcionarão nos corpos de tropa e eventualmente nas formações dos serviços".

Refere-se este dispositivo, naturalmente, aos sargentos de fileira (excepcionalmente soldados e cabos) aos quais se ministrará o curso de Comandante de Pelotão ou Secção.

Parece-nos que as disposições relativas a esta fonte do oficialato de reserva estão a merecer uma consolidação, pois o assunto é citado no R. I. S. G., para assegurar sómente aos sargentos possuidores dos curso de comandante de pelotão (ou secção) a promoção aos postos de 2.º e 1.º sargento e sargento-ajudante; no Decreto que criou o quadro de Sub-Tenentes, exigindo tal curso para os candidatos a este posto; nas Instruções complementares ao Regulamento do Corpo de Oficiais de Reserva, e em avisos e soluções de consultas diversos.

Neste momento, em que o quadro de Sub-Tenentes vai ter sua formação inicial, e inumeros sargentos aspiram melhorar sua situação, cremos ser oportuno fazer essa consolidação, restabelecendo em cada Região Militar, o Curso de Oficiais de Reserva, um para cada arma nela existente, visando o "aproveitamento de certas praças do Exercito Ativo", e assim teremos a regularização de muitas promoções feitas sem observância dos preceitos regulamentares, e a seleção necessária e indispensável para o preenchimento das vagas decorrentes das promoções ao novo posto da hierarquia militar.

Março 11, 1934.

---

BIBLIOTECA DE  
"A" •  
DEFESA NACIONAL"

---

A C H A M - S E N O P R E L O :

Regulamento de Continências  
Numenclatura do Fuzil "Mauzer"

# O SERVIÇO DE SUBSISTENCIAS NAS REGIÕES MILITARES

Pelo Cap. VALERIO BRAGA

## I — NECESSIDADE DO SERVIÇO

Como se sabe, compete ao Serviço de Intendencia, em tempo de guerra, além de outros misteres, "a organização, direção e execução do reaprovisionamento diário, em viveres e forragens, para todos os efetivos (homens e animais) que se acham sob a autoridade do comando em chefe e, eventualmente, providenciar para a alimentação dos contingentes da Marinha, prisioneiros de guerra e populações civis que, em certas circunstâncias, devem ser abastecidas de viveres pela autoridade militar."

Como pôde o Serviço de Intendencia, de um momento para outro, sem o tirocinio adquirido pelo funcionamento do serviço de subsistencias desde o tempo de paz, cumprir, na guerra, e imediatamente, logo nos primeiros dias da mobilização, arduas missões acima referidas?

No caso brasileiro acresce, ainda, que nós, infelizmente, não temos, ate a presente data, o Serviço de Reabastecimento Nacional perfeitamente organizado. Si o possuissemos, competeria somente ao serviço de subsistencias receber os fornecimentos, segundo as condições de tempo e lugar previamente determinadas, estabelecidas no plano de reabastecimento militar e, então, só lhe caberia a tarefa de conserva-los, transforma-los e distribui-los às tropas ou às populações.

Não estando, ainda, funcionando o Serviço de Reabastecimento Nacional, impõe-se a criação, nas Regiões e Circunscrições Militares, do serviço de subsistencias para o fornecimento de viveres e forragens e organizado de tal maneira que possa satisfazer, nas zonas territoriais correspondentes aos grandes comandos militares — e não por Estados — a título provisório, as finalidades a que se destinam as "Comissões Estaduais", constantes do ante-projeto, redigido em 1928, sobre o funcionamento do Reabastecimento Nacional.

Ao envéz de se criar, cada um regido por instruções proprias, sem coordenação entre si, serviços de subsistencias pelas Regiões e Circunscrição Militares, com atualmente se dá, somos de opinião que competia á D. I. G. a "estandardização" de tais órgãos

provedores, criando-os e fazendo-os funcionar em todo o território nacional, estabelecendo diretivas uniformes que os transformassem, também, em verdadeiras "Comissões Regionais", que seriam órgãos de estudo e preparação do Reabastecimento Nacional. (\*)

E mesmo que o S. R. N. estivesse em pleno funcionamento, o serviço de subsistencias só poderia, em guerra, realizar os seus objetivos — conservar, transformar e distribuir os fornecimentos — si existisse em atividade desde o tempo de paz, pois tais finalidades exigem um aparelhamento técnico e um pessoal especializado, que não podem ser improvisados de um momento para outro.

Infielmente nos não precisamos ir buscar no estrangeiro exemplos que nos venham demonstrar a que calamidades está sujeita uma tropa que avança sem ter previamente organizado um serviço de substancias capaz, provendo dos meios e do pessoal necessários a rea-

(\*) O S. S. M. acha-se atualmente em funcionamento, fornecendo viveres e forragens, nas 1.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> Regiões Militares e na Circunscrição Militar de Mato Grosso; nas 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> o Serviço só fornece forragens.

As "Instruções para o serviço de subsistencias militares da Primeira Região Militar" acham-se publicadas no "Diário Oficial" de 16 de Maio de 1933. Por estas instruções, o S. S. da 1.<sup>a</sup> R. M. é autônomo para todos os efeitos previstos nas disposições em vigor no Ministério da Guerra.

Tem uma organização toda especial, cabendo a chefia do Serviço a um Coronel ou Tenente-Coronel e a do Gabinete a um Tenente-Coronel ou Major; além da secretaria, contadora, almoxariado e serviços gerais, há no S. S. da 1.<sup>a</sup> R. M. duas seções, chefiadas, respectivamente, por um major, intendente de guerra.

Pelas "Instruções provisórias para reorganização do Serviço de Subsistência Militar, da 4.<sup>a</sup> Região Militar", publicadas no Boletim do Exército, n. 102, de 20 de Março de 1932, o Serviço é sujeito à fiscalização imediata da chefia do Serviço de Intendência Regional e por intermédio da mesma se entende com os escalões superiores.

Em consequência da autonomia administrativa do S. S. da 4.<sup>a</sup> Região, o S. I. R. — que, como se sabe, compreende duas seções, a 1.<sup>a</sup> e a 2.<sup>a</sup> seções, cada uma chefiada por um major — sofreu a seguinte modificação: todos os encargos da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> seções, que não se relacionavam com o serviço de subsistencias, passaram a ser desempenhados por um só chefe (um major), ficando o outro chefe (o outro major) sómente encarregado do S. S. M.

Vê-se, pois, que a organização do S. S. M. da 4.<sup>a</sup> R. M. é completamente diversa da que existe na 1.<sup>a</sup> R. M.

Nas 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> Regiões Militares, onde o S. S. só fornece forragens, as instruções que os regem são completamente diversas umas das outras.

lização da sua finalidade, porque a Retirada da Laguna e os horrores que sofreram os nossos soldados em Canudos, são, na nossa Historia, duas paginas negras, que nos vêm provar, com fatos concretos, a importância da organização do referido orgão provedor.

Já se foi o tempo em que se admitia que a "guerra alimenta a guerra". Hoje, com a luta de nações contra nações, ocupando-se nas atividades belicas milhões de individuos, dos quais, aliás, somente uma percentagem mínima atua na frente e com a agravante da tendência das guerras se prolongarem por longo tempo — apesar do emprego dos meios e armas modernas, terrivelmente mortíferas — mais se evidencia a necessidade de se organizar o Serviço de Reabastecimento, em todo o territorio nacional ou no mínimo, enquanto tal não for exequível, o Serviço de Subsistencias Militares nas sedes dos grandes comandos regionais e da Circunscrição Militar.

## II — VANTAGENS DO SERVIÇO

### I — *Vantagens Militares.*

a) Enquanto o S. R. M. não estiver em exercício, a maior vantagem do funcionamento do S. S. M. resulta justamente da sua possível utilização como orgão de estudo e preparação do Reabastecimento Nacional, fazendo com que o Exército tome constante contacto com os grandes emporios de produção, cuja capacidade fica conhecendo.

b) Obriga os corpos de tropa a se aparelharem do material e pessoal necessários ao funcionamento do rancho e cosinha e livra, assim, a tropa do regime da "ração preparada", feita sob a direção de um negociante estranho ao mecanismo militar e em geral dono de todos os utensílios usados no serviço.

c) Obriga a fazer-se um dos melhores exercícios para o êxito da guerra: o treinamento do pessoal militar nos serviços de rancho e cosinha.

d) Obriga a fixação de uma "etapa única", para toda a guarnição, estudada à luz da técnica alimentar e consentânea com os hábitos e recursos locais.

e) Com a centralização do Serviço e o emprego dos meios técnicos para a conservação dos viveres (silos, camaras de imunização de cereais, laboratorios bromatologicos e outros), fornece aos efetivos artigos de melhor qualidade e em quantidade suficiente para a sua

alimentação, fazendo com que, destarte, desapareçam neles doenças reais e outras consequentes da fome, como a "astenia geral", que não mais grassa na cavalaria da 1.<sup>a</sup> R. M. e nas demais zonas em que o S. S. M. está em funcionamento.

### 2 — *Vantagens economicas.*

a) Comprando-se diretamente dos produtores, em grandes quantidades e nos próprios locais da produção, evitando-se, assim, a majoração dos preços devida aos intermediarios, obtém-se fornecimentos em condições muito mais vantajosas, muito mais economicas. (\*\*)

b) Com a montagem dos estabelecimentos que o S. S. M. faz funcionar (frigoríficos, matadouros, postos agro-pecuarios, aviarios, fabricas de massas alimenticias, torrefações de café, padarias, ferrarias etc.) contribue o Exército para o aumento do valor do nosso patrimonio, ajudando, assim, o desenvolvimento do progresso nacional.

## III — CONCLUSÃO

a) A titulo provisório, antes da organização e funcionamento do S. R. N., deve-se criar, nas Regiões e Circunscrições Militares, o S. S. M., regido por instruções uniformes, para todo o territorio nacional, autonomo sob o ponto de vista administrativo e sob a fiscalização imediata da chefia do Serviço de Intendencia Regional ou da Circunscrição Militar.

b) Com o fim de "estandardizar" o Serviço, de orientá-lo no sentido da preparação geral e direta do reabastecimento nacional, será instalado, na Capital Federal, o Serviço de Subsistencias Militares, orgão de estudo, preparação e direção, que organizará as diretivas para os serviços de subsistencias regionais e da Circunscrição Militar, o qual, subordinado à D. I. G., exercerá a suprema chefia do mesmo serviço.

---

(\*\*) Só no quantitativo para forragens, em 1931, o Serviço Central de Subsistencias da 1.<sup>a</sup> Região Militar fez uma economia de mais de 2.500 contos de réis, apesar de se ter fixado tal quantitativo em 2\$200, ao envez de 4\$000 e até 6\$500, como chegou a ser anteriormente.

Com a etapa, em 1932, apurou-se, na 1.<sup>a</sup> Região Militar, uma economia de 2.132 contos de réis. O mesmo fato foi observado na Circunscrição Militar de Mato Grosso e nas demais Regiões Militares, onde se pôz em funcionamento o S. S. M. Na 3.<sup>a</sup> Região Militar, por exemplo, apesar de se ter descido o quantitativo de forragens de 3\$000 para 1\$500, mesmo assim, com a prática do novo sistema de reabastecimento, houve grandes economias.

**SECÇÃO DE  
VETERINARIA**

# Fábrico mecânico de ferraduras para o Exército

Pelo 1.º tenente vet.º ARMANDO RABELO DE OLIVEIRA

Sob esse título apresentaramos à Direção de Estudos da E. A. S. V. E., em Setembro de 31, por ocasião do nosso curso de aperfeiçoamento, um trabalho de subido interesse para a tropa, e que logrou merecer do então diretor técnico e saudoso mestre, Paul Dieulouard, um especial louvor, resolvendo o mesmo, após encarecer a matéria com seu projeto parecer, encaminha-lo ao E. M. E. para o devido estudo.

Assim, favorecida pelo bafejo de uma opinião mais autorizada, teve aquela idéia a mais formal aprovação, pelo muito de economia e rendimento que prometia ao Exército, uma vez que a novel industria, aventada nos moldes por que o fizeramos, viria sanar um grande mal, além de constituir o aparelho capaz de prover, efetivamente, as necessidades da tropa naquele ramo de manufatura.

Sob os auspícios desse justo critério, passamos logo a consultar os representantes de algumas empresas estrangeiras, tendo obtido de alguns, como da firma Helm Stoltz & Cia., informes muito completos sobre maquinaria para grande produção diária de ferraduras e cravos, mas de custo muito elevado e de excessivo rendimento para o que tinhemos em vista fosse criado. Recorrendo a industria americana conseguimos, mercê da obsequiosa solicitude de Mr. Pinkerton, consul americano nesta Capital, um catálogo da filial, em Madrid, das grandes empresas siderúrgicas "Bliss", no qual fomos encontrar aquilo que justamente procuravamos, isto é, maquinaria singela, de manejo simples e fácil transporte, constituída por 5 peças desmontáveis, com capacidade para produzir de 1.500 a 2.000 ferraduras em 10 horas de trabalho. Se não nos falha a memória, o custo de toda a aparelhagem, calculado ao cambio do dia, saia naquela época por quantia aproximada a 80 contos, cif.

Ora, sendo chefe da Missão Militar Brasileira encarregada da compra de material para o nosso Exército o General Leite de Castro que, como Ministro, teve ocasião de compulsar, demoradamente, toda a documen-

tação coligida a respeito, estamos certos de que, ao visitar as usinas europeas das "Empresas Bliss", tudo fará no sentido de atender áquele bem fundamentado estudo da veterinaria militar, que por esse modo quiz revelar o empenho que tem de ver assegurado ao cavalo da tropa esse material, de todo imprescindível, maximamente quando em serviço de guerra.

Vejamos, em seus pontos mais essenciais, o texto daquela nossa contribuição à causa do cavalo nacional.

Afigura-se-nos, como sendo medida da mais imperiosa necessidade uma remodelação completa no organismo funcional das oficinas de ferraria regimentais, não só para que venham a ser cumpridas as "Instruções" baixadas em 10 de dezembro de 1921, ainda em vigor, como para proporcionar a essa rude manufatura os meios de majorar seu rendimento, com reais vantagens para o Exército.

Por outro lado, não temos notícia da existência real de um estoque apreciável de "ferraduras de reserva", capaz de atender as necessidades dessa ordem, no caso de mobilização dos nossos efetivos de guerra. Penso mesmo poder afirmar que a "ferradura de mobilização", tal como prescreve o art. XIII daquelas "Instruções", nunca existiu nas unidades melhor aquinhoadas do nosso Exército, por isso que o veterinário nelas destacado nunca pôde dispôr, até ao presente, do conjunto de elementos requeridos para levar a bom termo aquele dispositivo regulamentar. E' que embora todos reconheçam, nas corporações montadas, a utilidade de um excelente corpo de ferradores, nunca deixou de haver da parte das sub-unidades, certa oposição ao recrutamento regular dos aprendizes da arte do ferrador, do que resulta quasi sempre a ausência de braços habilitados para desempenhar satisfatoriamente esse mistér. E se em algumas unidades chegámos a reunir 3 a 4.000 ferraduras de reserva, foi sempre a custa de medidas emulativas por nós engendrados que, raro, deram causa a graves malefícios físicos,

deixando quasi sempre os competidores resentidos na sua saúde, pelo rude esforço dispensado.

Efetivamente, é por demais ardua a tarefa dos nossos ferradores num regimento de cavalaria, particularmente nos meses em que o calor é asfixiante. Tudo por que se tem desvirtuado até hoje a letra expressa da legislação concernente. O espirito que ditou as "Instruções" que regem o Serviço de Ferragem nos corpos de Tropa e Estabelecimentos Militares quiz tornar obvia a noção de que a fabricação total das ferraduras a consumir no Exercito não deve ser obra das ferrarias regimentais que, mal providas, na sua generalidade, acarretam com aquele desiderato o emprego exaustivo do ferrador e um dispendio exagerado de carvão e materiais acessorios. Assim é que aquelas "Instruções" em seu art. 2º preceituam: "A aquisição de ferraduras para o Exercito será feita em grandes lotes, "pelo serviço de Intendencia da Guerra", que exigirá (dos fornecedores) a satisfação rigorosa dos caracteristicos dos tipos adotados". E mais adiante, no art. XII: "Os fornecimentos aos corpos e estabelecimentos do Exercito" serão feitos pela Intendencia da Guerra, mediante pedidos em que virão expressos os modelos e bitolas". Ainda mais abaixo, o art. 25 do cap. III, estatue: "Os comandantes de esquadrão, bateria, companhias farão, trimestralmente, o pedido das ferraduras necessárias para sua sub-unidade ..... "distribuindo-as aos ferradores, á medida das necessidades."

Eis ai bem esclarecido o erro em que de ha muito vimos incorrendo, e que constituiu por muito tempo a verdadeira causa da natural preferencia dos nossos habeis ferradores pelas oficinas civis, onde o malho e o martelo de palma não exigiam tão insistentemente, o emprego afincado das suas energias.

Ha mistér, portanto, prevenir o afastamento por prematura gasto ou desistencia, desses auxiliares preciosos do veterinario na tropa, criando-lhes situação menos exigente, tal como a que se acha delineada nos termos das "Instruções" que regulam esse genero de serviço nas unidades armadas.

E' chegado o tempo de nos aproveitarmos da experientia estrangeira, tambem neste ramo de manufatura. Na Europa, a fabricação mecanica da ferradura suplantou a manual por força das vantagens economicas de pron-

to evidenciadas. De um lado, o crescente preço da mão de obra, a dificuldade do recrutamento escolhido de aprendizes para o rude oficio, e do outro, o avançado grau de aperfeiçoamento e a enorme produtividade do sistema mecanico, tornou essa industria definitivamente vitoriosa em muitos países. Com isso não queremos dizer que se extinguiu, no Velho Mundo, a arte do ferrador; ao contrario, ela se aperfeiçoa dia a dia, visto ser no acabamento modelador da ferradura, posta em confronto com o casco a que se vai fixar, que a habilidade do operario se revela nitidamente. A fabricação mecanica veiu apenas poupar ao homem o maior esforço requerido para laminar o "traço", e dar-lhe o encurramento necessário, ficando a tarefa mais suave e também mais sutil ao encargo do ferrador. E', pois, um sistema mixto de fabricação que preconisamos para o serviço de ferraria militar. A' objeção de que a maior condensação do ferro forjado na bigorna oferece resistencia muito maior ao gasto, podemos obtemperar — com Tasset, professor de ferraria na Escola de Saumur — que a prática de algures já evidenciou devidamente que, tão só a qualidade do ferro, basta para demonstrar a inconsistencia do argumento.

Como rendimento economico tem-se registrado: o ganho no tempo, na redução de operarios, no consumo do agente calorigeno e, principalmente, no indice da produtividade. No tocante ao aprendizado a ser mantido permanentemente nos corpos de tropa, aproveitar-nos-á, sobremodo, o conselho esclarecido de Goyau, assim formulado: "Sob o ponto de vista da instrução dos ferradores, metade das ferraduras consumidas pelo Exercito, em tempo de paz, deverá ser forjada nas ferrarias regimentais". Não adotariamos, consequentemente, as maquinas de fabricação completa da ferradura, que constituem uma industria vultosa em alguns centros de produção estrangeira, como a manufatura de Sibut & Cia. de Amiens, as usinas Gauthier de Donan, que produziam cerca de 80.000 ferraduras diárias, em 1915, e a Sociedade Commercy ainda com maior produção. Também não nos aproveitariam os arqueadores, a que os franceses denominam: "cintreuses", maquinas de facil manejo e preço modico, de que ha inumeros tipos e modelos. Trabalhando com um desses engenhos, dois operarios amestrados podem fabricar 40 a 45 ferraduras no prazo de uma hora. O tipo de ar-

queador Vernet, pesando 115 quilogramas, era vendido antes da guerra por 170 francos, e muitos outros modelos poderiam ser aqui apontados, se não tivessemos dado preferencia aos de fabricação das Empresas Bliss.

O capitão veterinario Antonio José Hennig, da nossa então Escola Provisoria de Cavalaria, apresentará ás autoridades militares, ha cerca de dois anos, um projéto que visava á creacão, na Vila Militar, de uma vasta oficina de ferraria capaz de prover as necessidades do ferrageamento a todos os corpos da 1<sup>a</sup> Região. A idéa nos pareceu boa, apenas carecendo de maior elasticidade quanto ao objetivo provedor. Seria uma solução episódica e, como tal, falha no seu alcance economico, mórmente por não cogitar do fabrico mecanico.

De efetivo equino, muitas vezes maior é a guarnição militar do Rio Grande do Sul, e, no entanto, dela não cogitava o mencionado projeto. Se a Diretoria do Serviço de Veterinaria do Exercito tiver bem presente o quanto hão servido para evidenciar a precariedade dos nossos recursos neste assunto, os movimentos armados ocorridos nos dez

últimos anos, não protelará por maior tempo dar-lhe sistema mais concorrente com o grau de aperfeiçoamento que se faz por atingir, visando torna-lo mais e mais eficiente.

Feita a centralização do fabrico mecanico de ferraduras para o Exercito, distribuido por algumas fabricas, localizadas segundo preceitos de ordem tatica, a Chefia do Deposito Central de Material Veterinario seria o orgão naturalmente indicado para assumir a sua direção tecnico-administrativa. Esse departamento do Serviço de Veterinaria, hoje perfeitamente aparelhado para os fornecimentos que lhe são devidos, passaria a se empenhar com marcada relevancia na administração do novo sistema industrial.

Após a instalação da oficina mestra, na sede da 1<sup>a</sup> Região Militar, outras seriam criadas nas regiões onde o efetivo equino é numeroso, ficando cada uma destas sob a direção das chefias veterinarias regionais.

Com essa organisação, tornar-se-ia muito simplificado o serviço de ferrageamento normal nas corporações armadas e, sem duvida, devidamente assegurado o provimento a larga desse artigo nas contingencias da guerra.

# “A CAVALARIA”

ORGÃO DA ESCOLA DE CAVALARIA

Acaba de vir a luz, seu primeiro numero. Contendo 64 paginas de excelente materia, bem cuidada como se apresenta, ela tem certamente um promissor e fecunda futuro diante de si, perfeitamente assegurado.

“Cavalaria” é um ótimo sintoma além de tudo. Revela esse espirito sempre ardente e vivo, que não se abate e não esmorece apezar de todos os pezares, tão proprio de nosso Exercito!

Aparecendo justo no momento atual em que alviçareiras e umas andam todas as espeleis”, vem cheia dessa grande alma, dedpaçanças, porque evidentemente enveredamos por bôa senda, tal atestam “nossas novas leis”, vem cheia dessa grande alma, desse “espirito cavaleiro” que jamais fenêce e que é o recurso salvador das “grandes crises” dos campos de batalha!

“A Defesa Nacional” saúda ardentemente sua novél colega e faz-lhe os mais lisongeiros augurios. Ela vê em “Cavalaria” — seja-lhe permitida esta pequenina vaidade — um dos resultados de seus XXI de campanha em prôl dos progressos de nosso Exercito e da organisação eficiente de nossa defesa militar.

Até aqui, combatendo mais ou menos só, tem conseguido vencer todos os obstaculos e “impõe pela pertinacia” sua “vontade”. Douravante, tendo a seu lado “Cavalaria”, certo sua tarefa ser-lhe-á imensamente facilitada. E tanto mais que “Cavalaria” assim se apresenta:

“...orgulhosa e ufana de sua elevada missão, acolherá e difundirá as bôas idéas, disseminando os ensinamentos, os conselhos que a experienca e o conhecimento de cada um venha pôr ao alcance de todos.”

SECÇÃO DE  
AVIAÇÃO

## AÇÃO DOS RAIOS SOBRE AVIÕES EM VÔO

La "France Militaire", em seu numero de 7-XII-33, nos faz conhecer que segundo estatísticas alemãis é de 36 até o presente o número de aviões atingidos, em vôo, pelo raio, sendo que a Alemanha obtém o maior numero: 23 sobre 32. Justifica-se esta desfavorável proporção para a Alemanha, porque neste paiz o numero de vôos com o mau tempo é superior aos demais países.

Estes incidentes serviram para obter-se um certo numero de ensinamentos, cuja divulgação serve aos nossos pilotos, principalmente agora em que o tráfico do correio aéreo intensificou-se.

Os aparelhos atingidos pelos raios o foram de madeira, mixto ou metalico, sendo que na mór parte dos casos voavam os aviões atingidos com a antena desenvolvida, donde se conclue que isto aumenta os riscos das descargas eletricas.

Sómente em dois casos o pessoal sofreu uma ação sensivel: a da perda do conhecimento, fenomeno de parálisia de curta duração.

Em oito casos diferentes observou-se a magnetisação das partes de aço do aparelho, que repercutindo sobre a bussola a desregulou. Além disso um certo numero de fenomenos foi observado: deterioração do planador; traços de pisão nos radiadores; desregulação do motor; arrebentamento das janelas devido ás consideraveis pressões do ar; fusão da antena e do aparelho de radio. Constituiu-se ainda que os aparelhos construidos com madeira ou mixtos foram mais atingidos do que os inteiramente metalicos.

Decorrem desses acidentes os seguintes ensinamentos: proteger contra os efeitos do raio, todos os instrumentos de medidas e de navegação, segurança e de iluminação que se encontram a bordo; dispôr a antena de modo que o raio não invada o avião pondo em risco de vida os passageiros.

O maior perigo que poderá correr um avião em vôo será o do incendio pela ação do

raio, mas esta preocupação tem que ser posta de lado, pois até hoje tal incidente não se verificou como provam as estatísticas.

Tambem até hoje nenhum avião foi obrigado a aterrhar forçado pela ação do raio.

No que diz respeito ás condições meteorologicas que seriam de molde a favorecer as descargas eletricas foram feitas as seguintes observações:

— em 2 casos, o avião se encontrava nas proximidades de zonas empestadas;

— em 5 outros, quando atravessavam estas zonas;

— em 7 as descargas eletricas tiveram lugar em zonas de alta temperatura, zonas nitidamente tempestuosas e finalmente em 22 outros casos, não se constatou nenhuma descarga seja antes, seja após ter sido o avião atingido pelo raio.

Ainda que em:

— em 7 casos puderam os aviões atravessar as nuvens acossados por rajadas de chuva;

— em 10 encontraram granizo.

— em 16 partiam para atravessar tempestades de neve.

Sómente em um caso, o aviador percebeu a descarga pelo forte choque que esta produziu, tendo tido então a impressão de que o aparelho havia se chocado com um passaro grande, e só reconheceu a causa do choque quando verificou a destruição do posto de radio.

Prosegue "La France Militaire", a sua crónica com as seguintes palavras: Como se sabe, todo meio de transporte computa perigos que lhe são proprios, mas é preciso concluir das informações fornecidas pela estatística acima comunicada, que os perigos do vôo em avião são devidos mais ás rajadas, granizos e ás nuvens do que aos raios. A segurança do vôo em avião cresce cada dia, graças aos aperfeiçoamentos introduzidos nos aparelhos e sobretudo a "experiencias constantes do piloto".

mo não é bastante. E' necessário que saiba achar, por si mesmo, todos os principios de que tem necessidade».

## O CHEFE

«Eu desejaría que meu general conhecesse a fundo todos estes assuntos. Isso mes-

# SUGESTÕES

"As sugestões devem chegar á nossa redação até o dia 15 de cada mês com a assinatura do seu autor, a qual poderá não ser publicada se assim nos fôr pedido".

(Nota importante do numero 149/50 de 1926).

## SUGESTÕES SOBRE R. G. T. G.

Pelo cap. ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO,  
inspetor regional dos tiros da 6.<sup>a</sup> R. M.

I — Considerando que é função principal do inspetor regional de tiro, fiscalizar todo o serviço relativo ao tiro, instrução nas sociedades de tiro e estabelecimentos de ensino e associações onde hoje instrução militar, indo pessoalmente inspecionar nas sédes dos centros de instrução;

II — Considerando que o trabalho de burocracia na inspetoria absorve grande parte da atividade de inspetor de tiro, não permitindo o seu afastamento da séde, a não ser com grande prejuízo para o serviço, porque, em geral, o inspetor é substituído por outro oficial que não conhece o serviço;

III — Considerando que ha necessidade da assistencia continua e constante do inspetor de tiro no T. G. e E. I. M., afim de evitar irregularidades de toda sorte, não só na instrução, como na escrituração e vida econômica dos T. G.;

IV — Considerando que ha instrutores e conselhos deliberativos de C. I. M. que não cumprem as suas funções, estando quasi sempre afastados das vistas dirétas do inspetor;

V — Considerando que o artigo numero 86 do R. D. G. T. G. (numero 40) não cumprido, por esquecimento ou por desconhecimento do mesmo a quem de dever;

VI — Considerando que a pratica do serviço mostra que nas regiões militares que compreendem varios Estados da União se torna difícil a inspeção, não só devido á quasi impossibilidade no afastamento do inspetor, como ás despesas de correntes das viagens;

VII — Esta Inspetoria apresenta as seguintes sugestões:

a) ser nomeado um auxiliar para as inspeções

rias de tiro — 1º ou 2º tenente da arma de infantaria — a exemplo do que já foi feito no R. D. G. T. C. de 1920, visto ser necessário não só para auxiliar o serviço na séde da inspetoria: mapas, atas de exames, relações, programas de instrução e pedidos, como, principalmente, para fiscalizar a instrução, e durante a ausencia do inspetor ficaria o auxiliar e, vice-versa.

b) haver em cada Estado onde houvesse T. G. ou E. I. M., um tenente encarregado da fiscalização da instrução desses Centros, sendo considerado representante do inspetor de Tiro, na séde do corpo, não ficando afastado do Serviço da Troopa; esta medida traria economia e uma fiscalização mais continua;

c) ser a inspetoria dotada de verba para as inspeções, a exemplo do que foi pedido para os delegados de recrutamento. E' impossível um inspetor fiscalizar os seus centros de instrução com assiduidade, sem direito a diaria, visto em quasi todos os hoteis do interior se pagar a diaria de 15\$ a 20\$.

VIII — Justificação. — Esta Inspetoria apresenta as sugestões acima visto as inúmeras irregularidades que apareceram no ano passado e estão aparecendo no T. G. e E. I. M. desta Região, não só devido ao não cumprimento dos programas de instrução, como á dishonestade de alguns instrutores que registraram instruções sem as terem ministrado; estes fatos foram levados ao conhecimento do comandante da Região.

E' difícil ou impossível ao inspetor, na situação atual do regulamento, ser responsável pelo resultado da instrução e pelas irregularidades encontradas nos C. I. M.

# LEI DE UNIFORMES E SUA EXECUÇÃO

A confusão de uniformes, até 1931, era formidável; não se distinguia um aluno de um colégio qualquer, de um oficial de Força Pública Estadual e de um oficial do Exército.

A lei n.º 20.754 de 4 de Dezembro de 1931 veio acabar com essa anarquia, criando, conforme seu artigo 1º, um plano de uniformes para uso "exclusivo" dos oficiais e praças do Exército ativo.

A solução foi inteligente, deante da dificuldade e quicá impossibilidade de modificar todos os uniformes existentes neste vasto Brasil, mantendo distinto o uniforme do Exército. O legislador preferiu deixar que ficassem como estavam os demais uniformes e criou um plano completamente diferente para o Exército.

Essa solução teve três grandes inconvenientes:

- suprimiu certas peças do uniforme que já eram tradicionais;

- trouxe grandes despesas ao Governo, no tocante aos uniformes de praças;

- obrigou os oficiais e sargentos a despesas enormes para aquisição de uniformes, além de torná-los mais caros que os do antigo plano.

Entretanto as vantagens decorridas dessa mudança foram tão grandes que estes inconvenientes desapareceram por completo e desapareceriam mesmo que fossem ainda maiores.

A lei, no intuito de resguardar confusões, proibiu em seu artigo 2º a imitação de TIPOS, MODELOS, CORES, TONALIDADES, COMBINAÇÕES, INSIGNIAS DE POSTO, ADEREÇOS e FORMAS DE PEÇAS ACESSORIAS.

Como toda lei sem sanção é desvirtuada de valer, em seu artigo 6º, ela estabelece penalidades e no artigo 7º declara quais os indivíduos que deverão ser considerados como infractores.

Sabientemente organizada, a lei não parou ai; previu e determinou a fiscalização dos uniformes das demais corporações, prescrevendo:

- No seu artigo 4º que qualquer plano de uniformes a ser adotado seja previamente submetido à aprovação do Ministro da Guerra, salvo quando se tratar de uniformes da Marinha de Guerra;

- no artigo 5º, indica as autoridades que devem exercer fiscalização permanente;

- na sua regulamentação exige que qualquer oficial ou sargento pratique essa fiscalização.

Estabelecido o novo plano de uniformes, o estípite de imitação se fez sentir imediatamente e a febre de mudanças de uniforme se tornou epidemia.

No Rio de Janeiro, dentre os muitos colégios que ali existem, apenas uns dois ou três adotavam tunica de gola aberta, quasi todos, como o Exército, usavam tunica de gola em pé e fechada, até então os Diretores não tinham percebido que para o nosso clima era preferível a gola aberta.

Adotado o novo plano de uniformes em Dezembro de 1931, já em 1932, por ocasião da matrícula, vários colégios aboliam a gola em pé, adotando o modelo de gola aberta. Essa pequena modificação não traz confusão no uniforme de uso diário (brim caqui) porque o uniforme do Exército é verde oliva e a gola não é aberta; mas no uniforme cuja cor e tonalidade não pode ser "privilegio exclusivo" do Exército, o "modelo" poderá trazer confusões. E tanto pode que, dentro do próprio Exército, o modelo da tunica dos oficiais é diferente da dos sargentos e, por sua vez, o modelo da tunica das praças é diferente do dos outros dois.

Terá essa modificação, feita depois da promulgação da lei, até por colégios oficiais como o PEDRO II, sido aprovada pelo Ministro da Guerra?

Havia ainda uma pequena diferença nesses uniformes brancos de colégios — a falta do cinto;

essa, porém, tende a desaparecer. No dia da declaração de Aspirantes, na Escola Militar estava presente um aluno de um colégio, cujo uniforme branco tinha como complemento um boné azul e "um cinto azul". Eis aí uma completa imitação e a consequente confusão, prejudicial à disciplina do Exército.

Não são apenas os colégios que imitam os uniformes do Exército.

Uma Força Pública de Estado adotou um boné único azul, o qual ao longe, causa confusão com o boné do Exército que, apesar de cinzento escuro, tem um tom azulado. Essa mesma corporação adotou um suporte triangular, para as insignias de graduação das praças, perfeitamente igual ao do Exército. As divisas não são iguais, mas o suporte é (confusão de adereços). Porque não continua essa corporação com o tipo antigo de divisas?

Outra Força Pública Estadual, tratou de abrir as gólas de suas tunicas, imitando o modelo do Exército e ainda mais, segundo estamos informados adotou um cordão distintivo, para sua Escola de Formação de Oficiais, semelhante ao cordão com palmatoria "privativo" da Escola Militar, cujo uso não é permitido quer aos Cadetes da Aviação, tão Cadetes como os demais. Ora, se a estes Cadetes não é permitido o uso daquele cordão, naturalmente por não pertencerem à Escola Militar, como se pode justificar que uma outra corporação estranha ao Exército ativo use insignias semelhantes?

A ser real essa informação, urge uma providência das autoridades competentes.

Do estudo da lei se depreende o empenho do legislador no sentido de haver continua fiscalização na observância da lei, de modo a não permitir que as infrações anareçam e se avolumem, tornando o mal irremediável.

Entretanto para execução integral da lei seria conveniente que fossem responsabilizadas as autoridades militares que, tomando conhecimento de uma infração, ou não podendo ignorá-la por ser pública e notória, não agissem contra os infractores.

Essa responsabilidade devia ainda ser estendida aos oficiais e sargentos instrutores de corporações militares estaduais, corporações civis ou colégios, desde que procurassem adotar uniformes semelhantes ao do plano fixado para o Exército.

E lógico que, se até os vendedores e fabricantes de artigos militares são considerados infratores, também e sejam os oficiais do Exército, aos quais essa questão interessa de perto.

E' imprescindível que todos os oficiais encarem essa questão de uniformes, não como um caso de pequena importância, mas como essencial para a disciplina do Exército.

Assim é necessário:

- Andar rigorosamente uniformizado, desprezando as modas que alteram indevidamente o plano de uniformes, e dão mau exemplo aos subordinados;

- Chamar a atenção dos subordinados que estejam fóra do uniforme ou ferindo as regras de seu uso, em qualquer ocasião em que se apresente essa necessidade, embora discretamente, quando em público;

- Comunicar, em parte, ao respectivo Chefe, sempre que tenha visto um uniforme semelhante ao do Exército, indicando a corporação ou colégio que o adotou.

Só assim com este controle rigoroso de si mesmo e dos demais, poderemos ver respeitada a lei de uniformes do Exército e ter a certeza de que não voltaremos à anarquia de 1930.

# A FORMAÇÃO DOS CHEFES

*Palavras de FOCH  
a bordo do "Meuse"*

(Extraido da Revue de Deux Monde - artigo de J. ROUCH)

Agosto de 1920. Foch, Millerand, Destiker e Berthelot foram a Folkestone, na Inglaterra, para uma conferencia diplomatica. Embarcaram em Boulogne, a bordo do navio tender "Meuse", em que se achavam em exercícios anuais os alunos do 1.º ano da Escola Naval.

Foch, fumando o seu pequeno e legendario cachimbo, entretinha-se em palestra com Berthelot, Destiker e J. Rouch, enquanto o "Meuse", puxando 18 milhas, ia sulcando a Mancha, então tranquila como um lago.

Os aspirantes, à distancia, olhavam para o grupo. Foch os considera um momento e diz: "E' preciso que eu me entretenha um pouco com estes jovens". E dirige-se para o local em que eles se achavam.

Viu-se Foch, logo, rodeado pelos aspirantes. Interroga o Marechal, a alguns, sobre o que fazem a bordo, sobre o objeto da viagem, etc. Fala depois aos aspirantes nestes termos:

"Jovens, não sejam exclusivamente técnicos! Todos nos somos técnicos demais. Eu mesmo sou um técnico, visto que sou politécnico, e eis ai o meu defeito. E' muito necessário que existam escolas onde aprendam o lado técnico da nossa profissão. Mas essas escolas nada mais do que isso podem ensinar. E, isso não é uma grande cousa, e apenas o A B C do que vocês precisam.

Vocês estudam e aplicam o cálculo diferencial na Escola Naval. Eu também o estudo. Pensam vocês que me tem ele servido nos casos difíceis em que me tenho encontrado?

Vocês estudam torpedos. Eu não os estudei. Acreditam, porém, que aquele que conhece menor o mecanismo do torpedo sera quem, durante o combate, sabera melhor atacar o inimigo? Acreditam que o Almirante que conhece torpedos menor sera o que menor utilise os destroiers e submarinos? E, nato..."

Dirige-se Foch ao oficial de marinha Rouch, instrutor dos aspirantes, e diz:

"Rouch, não convença aos seus alunos que a técnica é o essencial".

Volvendo aos aspirantes, Foch prosegue:

"Compenetrem-se de que, deixando a Escola Naval, quando hajam assimilado todos os cursos teóricos e técnicos, ainda não sabem

efetivamente a profissão. Compenetrem-se ainda de que não serão mais do que oficiais sem eficiencia si se resolverem a ficar no exclusivo domínio técnico. Para ser um bom oficial, para chegar a ser chefe, é necessário conhecer o homem e a vida, e isto não se aprende na escola. Aprende-se aí a utilização do material, e se vocês acreditam que as guerras sómente se ganham com o material, estão enganados."

O Marechal se detém. Parece que então lhe sobrevém a visão da guerra futura. Neste momento está Foch cercado de estadistas e diplomatas — Millerand e outros — que vieram aumentar o grupo de aspirantes. Todos o escutam.

E o Marechal continua:

"E' preciso trabalhar, trabalhar sempre para se por a gente em dia, visto que os meios evoluem e as soluções são dia a dia diferentes. Fazer a proxima guerra com os processos da ultima, que utopia! Será preciso que o chefe improvise então novas soluções. Trabalhem, não deixem de trabalhar. As improvisações geniais nos campos de batalha não são mais do que o resultado de meditações anteriores."

Meus amigos, estudem a História, não tanto a história dos fatos como a história dos homens, porque só se pode conseguir uma migalha daquilo que é essencial estudando-a muito. E' essencial: a mentalidade dos chefes. Eu daria muito se pudesse seguir a vicissitudes do pensamento de Nelson; para conhecer todos os motivos que o agitaram quanto eu não daria!

Na Escola Militar, o curso de História deve ocupar o primeiro lugar, professado pelos melhores oficiais. E' preciso que os dirigentes contemplam Dixmude... Essa estrada de Dixmude a Nieuport... Esses fuzileiros navais cujas façanhas devem ser para vocês os mais belos exemplos... E' preciso que os dirigentes contemplam Dixmude!...

A juventude só se forma com os exemplos dos veteranos. O que constituiu o éxito de Nelson não foi a ciencia das suas manobras, não foi, como Rouch escreveu depois de Jarien de La Gravière, porque Nelson soubesse meteorologia. Não. Foi a sua vontade. Foi essa caldeira, sempre com pressão, que estava dentro dele!"

# Atos oficiais

O Chefe do Estado-Maior do Exército transmitem a esta Chefia, com o ofício n.º 6, de 3 de janeiro de 1934, a cópia das instruções para a matrícula na Escola de Estado-Maior aprovadas pelo Sr. Ministro da Guerra por despacho de 8 de novembro do ano próximo findo.

## INSTRUÇÕES PARA A MATRÍCULA NA ESCOLA DE ESTADO-MAIOR

### I

Art. 1º As presentes Instruções reunem e completam as diversas disposições que regulam a matrícula na Escola de Estado-Maior e entram em vigor para as matrículas a partir de 1935, inclusive.

### II

Art. 2º A matrícula na escola de Estado-Maior representa um primeiro grau de seleção entre os oficiais de todas as armas do Exército, dos postos de primeiro tenente a major, candidatos a pertencer ao Serviço de Estado-Maior e constitue o início do recrutamento normal dos oficiais necessários aos estados-maiores, bem como dos futuros chefes do Exército.

Art. 3º Este primeiro grau de seleção aqui referido tem por base o livre concurso entre oficiais que aspirem habilitar-se ao exercício das funções de estado-maior. O concurso se processa em três fases distintas:

- a) verificação das condições que todos os candidatos devem realizar para serem admitidos a fazer concurso;
- b) prestação das provas eliminatórias;
- c) prestação das provas de classificação.

### III

Art. 4º Para poder ser admitido ao concurso o candidato deve satisfazer às condições seguintes:

- a) ser oficial combatente de um dos postos de 1º tenente a major;
- b) ser maior de 26 anos e menor de 36 si 1º tenente ou capitão; menor de 40, si major; as idades máximas aqui fixadas referem-se à data do início das aulas, na Escola, no ano em que é terminado o concurso pelo candidato;
- c) ter de dois a três anos de serviço arregimentado, no mínimo, sendo:

— para 1º tenente: 2 anos em funções de instrutor;  
— para capitão e major: 3 anos, dos quais um em qualquer um dos postos ou nos dois postos, ou, ainda, terem tais tempos de serviço como instrutores de uma das seguintes: Escola Militar, Escola de Armas ou da extinta Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Aviação (para o da arma de aviação) e Centro de Preparação de Oficiais de Reserva, para os de qualquer arma. A função de instrutor aqui especificada, não deve ser de modo algum julgada com equivalência a de professor ou auxiliar de ensino;

- d) possuir robustez física necessária ao exercício das funções de estado-maior, comprovada por inspeção de saúde e por provas de cultura física;
- e) não ter nota que desabone sua conduta militar ou civil;
- f) ter o curso de aperfeiçoamento da arma;
- g) obter parecer favorável do Chefe do Estado-Maior do Exército, o qual tomará em consideração as informações da comissão de sindicância do Estado-Maior do Exército adiante mencionada e os julgamentos dos chefes sob cujas ordens serve o candidato.

### IV

Art. 5º Os oficiais que desejarem prestar concurso de admissão à Escola de Estado-Maior enviarão requerimentos ao Chefe do Estado-Maior do Exército, devendo esses requerimentos ingressar nos estados-maiores regionais até 1º de agosto de ano em que se inicia a realização do concurso e no Estado-Maior do Exército até 3 de setembro imediato, de modo que aí cheguem instruídos pelas autoridades a que estão subordinados os oficiais candidatos e outras competentes, com todos os esclarecimentos necessários, comprobatórios da satisfação das condições a que se refere o n.º 4, letras a a f, bem assim acompanhados das atas de inspeção de saúde procedidas nas guarnições ou regiões respectivas.

Todos os chefes de cada candidato externam sobre este e sobre sua pretensão o seu julgamento pessoal.

No Estado-Maior do Exército os requerimentos são entregues aos presidente da comissão de sindicância e, com o parecer deste, sobem à consideração do Chefe do Estado-Maior do Exército para decisão.

Este proporá então ao Ministro da Guerra os nomes dos que devam ser declarados aptos a prestar concurso.

Art. 6º A comissão de sindicância do Estado-Maior do Exército para o julgamento dos candidatos ao concurso será designada pelo respectivo Chefe em documento secreto dirigido ao presidente da referida comissão, tendo seu funcionamento o mesmo caráter.

A comissão compor-se-á de cinco membros dos quais dois serão professores ou adjuntos da Escola de Estado-Maior, três oficiais do Estado-Maior do Exército, dos quais um pelo menos da 3ª Secção, e um sub-chefe de Seção.

Os trabalhos da comissão terão por fim permitir apreciar o mais justamente possível o valor moral dos candidatos no ponto de vista da aptidão para as funções de estado-maior e verificar se satisfazem as demais condições de admissão ao concurso. Eles terão por base os documentos que acompanham os requerimentos e as investigações que a comissão julgar necessário proceder, sempre em caráter reservado. A comissão solicitará do Chefe do Estado-Maior do Exército todas as medidas que julgar necessárias para completar as informações conhecidas sobre os candidatos.

Os trabalhos da comissão encerrar-se-ão até 30 de outubro, o mais tardar, data em que seu presidente deverá apresentar seu relatório ao Chefe do Estado-Maior do Exército.

Art. 7º As informações que acompanham os requerimentos deverão indicar si o candidato satisfaz ou não as condições do n.º 4, letras a a f, e conter os julgamentos dos chefes sob os itens seguintes:

- a) condições que o oficial candidato realiza como oficial de tropa;
- 1. qualidade de instrutor.

2. capacidade de comando, compreendido ali expressivamente o ascendente moral sobre a tropa e a aptidão prática revelada por ele para o exercício do comando;

- b) condições que o caracterizam quanto:
- 1. às qualidades de caráter, apreciadas sob o ponto de vista da firmeza, da coragem, da perseverança e da calma ou sangue frio;

2. às qualidades de inteligência, apreciadas sob o ponto de vista da facilidade de compreensão, pronto discernimento sobre as questões submetidas ao seu exame, espírito de método, clareza e síntese na expressão;

3, às qualidades de educação militar e civil apreciadas em relação à sua conduta no meio militar e na sociedade em geral.

Art. 8º As informações aqui referidas serão prestadas conforme o modelo anexo. Elas deverão ser completadas por quaisquer outras suscetíveis de facilitar o julgamento sobre o valor moral, físico e intelectual dos candidatos, tais como: os atos de benemérida que hajam praticado, diplomas ou títulos acadêmicos que possuam, trabalhos militares, científicos, históricos, artísticos ou literários de que sejam autores, colaboradores, divulgadores ou tradutores; serviço em campanha, línguas estrangeiras que falem, escrevam ou apenas traduzam, etc.

Os requerimentos poderão ainda ser ilustrados pelos candidatos com a indicação de quaisquer títulos que os recomendem.

Art. 9º Declarada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército a aptidão dos candidatos à concursação, serão os requerimentos submetidos ao Ministro da Guerra, para os devidos fins. No caso favorável os candidatos passarão à disposição do Chefe do Estado-Maior do Exército nas sedes de Região ou Circunscrição Militar.

## V

Art. 10. As provas do concurso para admissão na Escola de Estado-Maior visam: primeiro, verificar se os candidatos preenchem condições indispensáveis à frequência com bom êxito do curso daquela escola; segundo, classificar os candidatos por ordem de merecimento, tendo em vista permitir recrutar para a Escola de Estado-Maior os mais aptos.

O concurso comporta provas eliminatórias e provas de classificação.

As provas eliminatórias visam certificar se os candidatos possuem o saber inerente a todo oficial de tropa e verificar se os mesmos tem capacidade suficiente para prestar as provas de classificação.

Estas provas são práticas e escritas.

§ 1º. As provas práticas versarão sobre:

- a) equitação, coeficiente 2;
- b) cultura física, coeficiente 1;
- c) armamento e tiro, coeficiente 1;
- d) topografia (oral ou gráfica), coeficiente 3.

§ 2º. As provas escritas versarão sobre:

- a) conhecimento dos regulamentos de uso corrente na vida arregimentada, coeficiente 3;
- b) legislação militar, coeficiente 3;
- c) emprêgo e tática das armas no combate, coeficiente 6;
- d) geografia e história do Brasil, coeficiente 5.

Art. 12. Todas provas eliminatórias se realizam, no inicio da 2ª quinzena do mês de novembro de cada ano, nas sedes dos comandos regionais, perante comissões constituídas pelos chefes dos estados-maiores respectivos, como presidente, e por mais dois oficiais de cada estado-maior regional.

As comissões acima terão atribuições de julgamento, definidas em instruções baixadas pelo Chefe do Estado-Maior do Exército antes do fim do mês de julho de cada ano.

Art. 13. Terminada a execução das provas eliminatórias os oficiais regressarão a seus corpos e aguardarão a decisão do Chefe do Estado-Maior do Exército, sobre o resultado das mesmas.

Art. 14. Findo os trabalhos, as comissões julgadoras regionais remeterão ao Estado-Maior do Exército, de modo a aí chegarem na primeira quinzena de dezembro:

a) uma ata, contendo o julgamento de cada candidato em cada prova, acompanhada de um relatório sucinto, expondo as circunstâncias que hajam revestido a execução das ditas provas;

b) o relatório acima conterá também apreciações sobre o valor de cada candidato;

c) as provas escritas e o resultado da prova prática de topografia, com os grados de julgamento da comissão.

Art. 15. No Estado-Maior do Exército, uma comissão nomeada pelo Chefe examinará as provas chegadas, e, após haver revisto e comparado os resultados obtidos em cada Região, levando em conta o conjunto de informações anteriormente conhecidas sobre cada concorrente, proporá ao Chefe do Estado-Maior do Exército, os nomes dos que devam ser submetidos às provas de classificação.

Parágrafo único. Nenhum candidato poderá ser admitido às provas de classificação sem que haja obtido, no resultado final das provas eliminatórias, pelo menos média geral cinco (5) e nenhum grau abaixo de quatro (4). Essa média e graus não podem ser considerados obtidos por arredondamento da média ou grau 4 ou 3, e fração forte.

Art. 16. Os candidatos julgados aptos a prestar as provas da segunda parte do concurso deverão ser mandados apresentar à Esc. de Estado-Maior até 15 de janeiro de cada ano.

Art. 17. As provas de classificação visam verificar se os candidatos estão em condições de fazer o curso da Escola de Estado-Maior e apurar o valor intrínseco dos mesmos. São organizadas de modo que não redundem em meras demonstrações de erudição. As provas serão escritas e orais. Versarão sobre assuntos de aplicação tática, história militar e cultura geral, conforme programa detalhado publicado pelo Estado-Maior do Exército no Boletim do Exército. Tal programa será modificado pelo Estado-Maior do Exército toda vez que seu Chefe julgar conveniente ou mediante proposição do comandante da Escola de Estado-Maior, aprovada por ele.

§ 1º. As provas escritas versarão sobre os seguintes assuntos:

- |                                       |         |
|---------------------------------------|---------|
| a) topografia . . . . .               | 1 prova |
| b) aplicação tática . . . . .         | 1 prova |
| c) história militar . . . . .         | 1 prova |
| d) cultura geral, compreendendo:      |         |
| — geografia . . . . .                 | 1 prova |
| — história da civilização . . . . .   | 1 prova |
| — línguas estrangeiras . . . . .      | 1 prova |
| — conhecimentos científicos . . . . . | 1 prova |

§ 2º. As provas orais versarão sobre:

- a) tática das armas 5 provas
- b) línguas estrangeiras 2 provas obrigatórias.

Art. 18. As provas de classificação se realizam a partir de 20 de janeiro, de modo que a 28 de fevereiro todos os trabalhos de exame estejam terminados. São feitas na sede da Escola de Estado-Maior, perante uma comissão nomeada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército logo após a terminação das provas eliminatórias. Desta comissão fazem parte: um dos sub-chefes do Estado-Maior do Exército, como presidente; dois professores da Escola de Estado-Maior; um Chefe de Secção e um oficial da 3ª Secção do Estado-Maior do Exército; além de um ou dois professores por idioma quando se tratar das provas de línguas.

Art. 19. Terminadas as provas, o presidente da comissão examinadora fará lavrar uma ata que assinará com os membros da comissão, consignando os resultados obtidos em cada prova (escrita e oral) e a classificação final dos candidatos.

A ata será remetida ao chefe do Estado-Maior do Exército com um relatório sucinto em que se fará umapanhado sobre todos os elementos relativos ao concurso, e uma apreciação sumária sobre as circunstâncias nela sobrevindas, as conclusões a que a comissão chegou quanto à execução das provas, valor dos programas, processo do exame

e seu grau de eficácia, estado de cultura da oficialidade e seu valor moral e profissional.

Parágrafo único. Serão considerados inhabilitados os concorrentes que obtiverem média inferior a cinco (5) ou grau inferior a quatro (4) em mais de um assunto. Relativamente a essa média e grau, tem aqui aplicação plena a observação final do art. 15.

Art. 20. Aprovada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército a classificação final dos candidatos, este proporá ao Ministro da Guerra, obedecendo à ordem descrecente de classificação, os que devem ser matriculados na Escola de Estado-Maior.

Os candidatos não classificados ou aqueles que por falta de vagas não hajam logrado matrícula regressarão a seus lugares de origem, terminado o concurso.

Art. 21. Para efeito de matrícula na Escola de Estado-Maior os concursos serão válidos pelo prazo de dois anos, caso seus programas não tennam mudado. Os candidatos aprovados e não matriculados, por falta de vagas, poderão concorrer a matrícula no ano seguinte, entrando na classificação geral com os graus que obtiveram no ano anterior e desde que continuem a satisfazer a todos os requisitos exigidos.

## VI

### Disposições transitórias

Art. 22. De acordo com a primeira parte do texto do art. 1º do decreto n. 22.276, de 29 de dezembro de 1932, é mantido até 1933, inclusive, o curso relativo à categoria B. da Escola de Estado-Maior, de conformidade com as condições atuais de funcionamento e matrícula, sem outra prorrogação.

Art. 23. Afim de permitir que oficiais superiores que deixaram de tirar o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais ou de sua arma, por circunstâncias superiores à sua vontade, possam ingressar, por concurso, na Esc. de Estado-Maior, fica até 1936 inclusive, dispensado esse requisito para a matrícula.

Art. 24. Igualmente, até 31 de dezembro de 1936, é dispensado o limite da idade exigido para matrícula no mesmo instituto de ensino, a todos os candidatos que houverem tido as suas matrículas nas Escolas de Armas transferidas por absoluta conveniência do serviço, uma vez que façam o concurso de que trata o regulamento, ressalvadas, porém, as disposições do decreto n. 22.276, de 29 de dezembro de 1932.

### ANEXO N. I

#### Organização dos concursos

##### I

#### DOS PROGRAMAS

##### A) Provas eliminatórias práticas

1. A prova de equitação terá por fim verificar a capacidade do oficial como cavaleiro. Compreenderá a conduta do cavalo, nas três andaduras (passo, troté e galope), em terreno variado; passagem de pequenos obstáculos naturais e realização de pequenos saltos em altura e largura.

2. A prova de educação física terá por fim verificar o estado de treinamento de cada candidato, de acordo com a sua idade.

A prova de material e emprego técnico terá em vista verificar: o conhecimento dos candidatos sobre as armas de fogo portáteis e as automáticas; sobre as munições e efeito do projétil; sobre o material de artilharia leve (para os artilheiros); sobre as noções elementares de balística, indispensáveis ao tiro; o estado de treinamento individual no tiro de pistola ou revolver, fuzil ou mosquetão (para todos os oficiais); no tiro do fuzil metralhadora

(para oficiais de infantaria, cavalaria e aviação); conhecimento dos materiais de ponte e de transmissão (para os oficiais de engenharia); conhecimento do material aéreo (para os oficiais de aviação).

4. A prova de topografia terá em vista verificar se os oficiais sabem se utilizar das cartas, se sabem completá-las; se conhecem as operações elementares de levantamento, utilizando pranchetas, bussoias, barômetro, clímetro, goniômetro; se são capazes de localizar no terreno pontos e direções escolhidos previamente na carta e vice-versa; se sabem fazer esboços panorâmicos e planimétricos no âmbito de uma ideia tática; se tem noções sobre o modelado do terreno.

##### B) Provas eliminatórias escritas

5. A prova de conhecimento dos regulamentos abrangera o R. I. S. G., R. I. Q. T., R. S. C., R. O. T., R. Trans., R. S. M. e R. E. F. em tudo que interessar até o escalão regimento.

6. A prova de legislação militar abrangera a organização geral do Exército em tempo de paz, as leis de promoções, matrícula, o código de justiça e código penal.

7. A prova de emprego e tática das armas no combate, comportara a solução de um tema de combate, no quadro das pequenas unidades, como sejam Esq. ou R. C. Cl., ou Btl. I., Bia. ou G. A. ou 75. Sec. ou Cia. Sap. Mund. Esqd. ou G. AV.

8. A prova de geografia e história do Brasil visará apurar os conhecimentos que os candidatos tem:

a) sobre a geografia do Brasil e da América do Sul;

b) sobre os aspectos geográficos do Brasil atual: físico, económico (notadamente comunicações e produções), euográfico e político-militar;

c) sobre a evolução histórica do Brasil: características do período colonial e principais fatos históricos desse período; preliminares do movimento da independência, período de D. João VI, tendência da política portuguesa em relação ao Brasil; independência do Brasil; organização do Império; guerras do Prata, causas e desenrolço; reinado de D. Pedro II; evolução da política abolicionista, guerra do Paraguai; propaganda republicana e proclamação da república; reações contra as ideias republicanas; organização da República.

##### C) Provas escritas de classificação

9. A prova de topografia terá por fim evidenciar a capacidade de análise do terreno, no ponto de vista de sua utilização militar pelo candidato. Ela será feita dando-se ao oficial uma situação tática relativa ao R. I. ou R. C., G. A., no âmbito da qual ele deverá mostrar como ve as propriedades do terreno em vista de uma ação ofensiva ou defensiva e a utilização que dele se poderá fazer num caso ou outro.

A prova de aplicação tática visa pôr em relevo sobretudo a capacidade de interpretação de uma situação tática, o conhecimento das propriedades das armas no combate, o espírito de decisão; a clareza, justeza e concisão na redação das decisões, orçamentos, partes, etc.

Nesta prova tratar-se-á de um problema tático no quadro da Divisão de Infantaria enquadrada ou isolada, compreendendo decisões, ordens, partes, etc., dos comandos subordinados, relativos ao emprego das armas consideradas em ligação ou isoladamente. Compreenderá de duas a quatro partes a serem desenvolvidas pelos candidatos. Deverá ser organizada sob a forma de uma situação que evolue de modo que cada parte compreenda fase diferente do combate. Cada parte deve ser resolvida pelos concorrentes separadamente, servindo

de base, em princípio, a solução pelo mesmo dada a que antecede. Poderá ser pedida a justificação de certas decisões ou ordens.

11. A prova de história militar visará apurar não tanto a erudição do concorrente mas, notadamente, sua capacidade de assimilação, de discernimento, método de análise e síntese.

Consistirá na exposição, pelo candidato, de duas questões pronosticadas no quadro do programa organizado pelo Estado-Maior do Exército. Uma das questões será obrigatoriamente de história militar do Brasil.

Poderá revestir a forma de uma ligeira memória sobre determinado assunto de história militar, sendo fornecidos os documentos necessários.

12. As provas de cultura geral compreenderão os seguintes assuntos:

a) geografia que versará sobre várias questões que revelem conhecimentos gerais sobre os diversos ramos da geografia. Das questões, uma será relativa à América; outra ao Brasil. Neste assunto levar-se-á em conta principalmente o método e concisão na exposição das soluções, de preferência à justeza dos conhecimentos.

b) história da civilização, usando, num quadro mais geral que o da história militar, apurar as mesmas qualidades que na prova daquela matéria:

c) línguas estrangeiras que versará sobre francês e espanhol obrigatoriamente; italiano, inglês ou alemão facultativamente. O trabalho consistirá na versão, para estas línguas, de trechos de prosa portuguesa moderna, sobre assuntos militares, científicos, históricos ou geográficos;

d) conhecimentos científicos que versará sobre questões organizadas para pôr em relevo a capacidade de julgamento e as qualidades do estilo do concorrente, o espírito de síntese, método e clareza. O trabalho a efetuar consistirá de um lado, na exposição dos elementos que caracterizam o problema proposto ou que lhe servem de base; de outro, no julgamento ou opinião pessoal do candidato sobre o assunto. A matéria para esta prova abrange: economia política, direito constitucional brasileiro, direito internacional, atualidades científicas que interessam a cultura militar moderna.

#### D) Provas orais de classificação

13. As provas de tática das armas comportarão, no quadro das pequenas unidades, uma situação tática para cada uma das armas: infantaria, artilharia, cavalaria, aviação e defesa anti-aérea, engenharia e transmissões. Estas cinco provas terão em vista verificar o grau de justeza e a precisão dos conhecimentos que o candidato possua sobre a organização e as propriedades das armas. No que se refere à aviação, a prova se restringe às missões de informação no quadro da Divisão de Infantaria.

14. As provas de línguas constarão de leitura e conversação sobre trechos escritos em francês e espanhol, obrigatoriamente; em italiano, inglês ou alemão, facultativamente.

#### II

#### Do julgamento e da execução das provas

15. O julgamento das provas será feito em graus de zero a dez.

O grau de cada prova será a média aritmética dos graus dados pelos diversos examinadores.

16. Para o julgamento das provas escritas de classificação, a cada matéria corresponderá um dos seguintes coeficientes:

Tática	10
História	6
Geografia	5
Línguas	3
Outros assuntos	2

Para o julgamento das provas orais de classificação, serão aplicados os coeficientes abaixo:

Infantaria	5
Artilharia	5
Cavalaria	4
Aviação e artilharia anti-aérea	4
Engenharia e transmissões	4
Línguas	2

17. A média geral das provas eliminatórias se obtém tomando a soma dos produtos dos graus de cada prova pelo respectivo coeficiente e dividindo-a pela soma dos coeficientes.

18. A classificação final dos concorrentes será dada pela resultante do número de pontos obtidos pela soma dos produtos dos graus das provas eliminatórias pelas respectivos coeficientes. Os resultados das provas facultativas também serão computados na soma acima, para apuração da classificação. Entretanto, a média final de cada concorrente deve sempre ser verificada no final das provas eliminatórias e das de classificação, para o fim de aplicação das prescrições contidas nos parágrafos únicos dos arts. 15 e 19.

19. A duração das provas de classificação será a seguinte:

#### 2) provas escritas:

	Horas
— topografia	2
— aplicação tática	6
— história militar	4
— cultura geral	
— geografia	4
história da civilização	4
— línguas estrangeiras	2
— conhecimentos científicos	3

#### b) provas orais:

— tática das armas	20 minutos cada prova
— línguas estrangeiras	15 minutos cada prova

22. Os pontos para as provas orais serão tirados à sorte no dia do exame, de modo que todos os candidatos disponham sempre do mesmo tempo para tomar conhecimento e estudar os que lhes correspondem.

23. Cada examinador lançará à margem de cada prova escrita o grau correspondente ao seu julgamento, seguida de sua rubrica.

Os graus das provas orais serão inicialmente secretos. Serão exarados em fichas correspondentes a cada examinador e a cada examinando e lançados numa urna fechada donde são retirados fundo o exame oral do dia para o cálculo do grau da prova oral de cada matéria.

#### ANEXO N. 2

#### Informações para o concurso de matrícula na Escola de Estado-Maior

Região Militar

#### I parte

Fólha de informações (pôsto e nome)	...
candidato à matrícula na Escola de Estado-Maior	
Corpo e arma	
Situação do oficial (arregimentado, etc.)	...
Idade	
Tempo de serviço arregimentado (em cada pôsto)	...
Total	...
Instrutor na Escola de	...
Curso de Aperfeiçoamento, em data de	...
com grau	
Tem nota que o desabone?	...
Qual?	...
Tem robustez física?	...
sim	( conforme ata de inspeção de saúde, anexa
não	( ... )

**Decisão do Chefe do Estado-Maior do Exército**

**II parte**

1º. Informações do chefe do corpo (ou estabelecimento) a que pertence o oficial.

A) Apreciação do oficial:

- a) como instrutor;
- b) como comandante;
- c) quanto à seu caráter;
- d) quanto à sua inteligência;
- e) quanto à sua educação militar e civil.

B — Comissões desempenhadas pelo oficial no corpo ou fora dêle:

Duração:

Desempenho.

C — Serviço em campanha:

Duração;

Combates;

Outras ocorrências;

Citações.

D — Provas públicas a que se tenha submetido e seu desempenho.

E — Obras ou trabalhos quaisquer de que seja autor, colaborador ou tradutor, com as indicações necessárias à verificação.

F — Que línguas estrangeiras fala e escreve ou traduz?

G — Sabe conduzir automóvel?

H — Tem prática de voar?

I — Que outro título alega em seu favor? (indicações para a verificação).

2º. Apreciação sumária do comandante concluindo por indicar explicitamente se em sua opinião o oficial tem ou não aptidão para o serviço de estado-maior.

3º. Julgamento do comandante da Brigada (ou autoridade correspondente).

4º. Julgamento do comandante da Região ou Circunscrição Militar (ou diretor ou chefe de Serviço).

5º. Julgamento da comissão de sindicâncias.

**ANEXO N. 3**

Quadro geral dos candidatos admitidos ao concurso para a matrícula na Escola de Estado-Maior

Posto	Armas	Nome	Corpo ou estabelecimento	Onde efetuam as provas eliminatórias	Observações

**ANEXO N. 4**

Quadro geral dos oficiais concorrentes às provas de classificação

Posto	Armas	Nome	Corpo ou estabelecimento	Nº das provas eliminatórias	Observações

**ANEXO N. 5**

Quadro geral dos oficiais habilitados à matrícula na Escola de Estado-Maior

Posto	Arma	Nome	Nota de classificação	Observações

**CURSO DE PREPARAÇÃO PARA A MATRÍCULA NA ESCOLA DE ESTADO-MAIOR**

**I**

Atendendo às dificuldades até agora manifestadas na preparação dos oficiais candidatos à concursa para a matrícula na Escola de Estado-Maior, e reais para muitos oficiais de valor, notadamente aqueles que servem em guarnições de poucos recursos, fica organizado no Estado-Maior do Exército um curso de preparação para o concurso de admissão àquela Escola.

**II**

O curso é instituído para facilitar o trabalho dos oficiais candidatos e é facultativo. Será efectuado de modo a não retirar dessa preparação suas principais características, de manifestação das possibilidades de esforço individual, de predisposição para o estudo, e de capacidade de trabalho dos pretendentes ao concurso.

Assim, a direção do curso deverá facilitar o trabalho dos oficiais por meio de respostas às consultas que estes formularem sobre assuntos dos programas das matérias do concurso; orientá-los sobre o estudo das diferentes questões e propor questões para o estudo e a meditação dos candidatos, indicando-lhes, também, fontes de consulta para o estudo das mesmas. É absolutamente vedado aos candidatos pertencentes ao curso formular ou propor estudos ou trabalhos para a direção do curso resolver.

**III**

O funcionamento deste curso ficará a cargo de uma direção especial, designada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército. A Chefia desta direção caberá ao Chefe da 3ª Secção do Estado-Maior do Exército. A direção compreenderá oficiais de todas as armas diplomados com curso de Estado-Maior, oficiais do Estado-Maior do Exército, alguns professores ou adjuntos da Escola de Estado-Maior e professores e instrutores das outras escolas do Exército.

Os membros da direção tem por dever colaborar na missão de preparo de candidatos à Escola de Estado-Maior, cumulativamente com as funções que normalmente exerçam. Serão postos à disposição do Chefe da 3ª Secção (Chefe do Curso), nos dias e horas determinados pelo Chefe do Esta-

do-Maior do Exército, não excedendo de 1 dia ou 6 horas por semana, senão eventualmente.

Dentre os membros da direção o Chefe do Estado-Maior do Exército designará um para exercer as funções de Sub-chefe do curso. O Chefe do curso incumbirá um dos oficiais de que dispõe para secretário, o qual caberá organizar e distribuir toda correspondência relativa ao mesmo.

Ao Chefe do curso de preparação cabe organizar as instruções pormenorizadas para o funcionamento do mesmo e orientar sua execução, submetendo-as à aprovação do Chefe do Estado-Maior do Exército.

O curso se efetuará mediante correspondência e terá a duração anual de seis meses, sendo a data de início do seu funcionamento marcada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército.

#### IV

Os oficiais inscritos no curso deverão tratar obrigatoriamente: dois temas de tática geral, dois temas de tática e emprego das armas e um estudo de cultura geral, o qual poderá comportar até três questões várias.

Os temas e o estudo serão remetidos por intermédio do comando sob cujas ordens serve o oficial, sendo a este entregues mediante recibo em que se mencionará a data da entrega. As soluções devem ser remetidas ao Chefe do Curso de Preparação com a menção da data em que foram encaminhadas e da data da expedição e conter ainda a designação da via postal.

Todos os trabalhos propostos devem indicar o prazo em que serão efetuados.

#### V

As inscrições no curso são efetuadas mediante requerimento dos candidatos, encaminhados ao Chefe do Estado-Maior do Exército e só poderão ser concedidas aos que satisfazam as condições de posto, de idade, tempo de serviço, arregimentado, ausência de notas desabonadoras e boas condições de saúde comprovada em inspeção médica, exigidas para matrícula na Escola de Estado-Maior.

A inscrição no Curso de Preparação não concede vantagens especiais para a matrícula na Escola de Estado-Maior nem implica em dispensa de obrigações a que está sujeito o oficial em sua vida militar corrente.

#### VI

A correspondência entre os oficiais inscritos e direção do curso de preparação tem o caráter de correspondência oficial e como tal deve ser expedida pelos corpos, repartições, etc., em que sirva o oficial.

#### VII

Aos oficiais inscritos o Curso de Preparação fornecerá cartas e publicações oficiais gratuitamente, ou para indenização, conforme o caso.

#### VIII

O oficial que sem motivo justificado faltar à apresentação dos trabalhos propostos será desligado do curso. O oficial não poderá ser admitido ao curso mais de uma vez. O número de candidatos não poderá exceder de 20 em cada ano.

No caso contrário, o Estado-Maior do Exército fará a seleção, recaindo a escolha sempre naqueles de maior idade.

#### IX

Todos os trabalhos obrigatórios apresentados pelos oficiais do curso (candidatos) serão a eles devolvidos depois de convenientemente corrigidos e anotados, exarando-se neles sempre uma apreciação de conjunto e os conselhos que convierem ao caso.

#### X

O Chefe do Curso de Preparação fará organizar, para ser publicada em Boletim do Exército e em outros órgãos de publicidade, uma bibliografia relativa aos programas das matérias do concurso. Essa bibliografia mencionará as partes dos regulamentos que interessam aos candidatos conhecer, bem como os elementos indispensáveis para que elas tenham conveniente conhecimento dos assuntos. Aal bibliografia deve ser completa e o menor numero possível e será constantemente revista.

#### XI

Encerrado o curso e no correr do mês seguinte seu diretor apresentará ao Chefe do Estado-Maior do Exército um relatório concernente ao mesmo, no qual apreciará a frequência, os resultados, o valor dos oficiais matriculados, etc., e proporá as modificações que julgar convenientes.

Por essa ocasião ele dará a conhecer aos oficiais inscritos sua impressão e julgamento relativamente à conduta dos mesmos e ao grau de aproveitamento, sem que este julgamento em nada influa sobre os resultados do concurso.

#### XII

No futuro a tarefa de preparação para o concurso de admissão à Escola de Estado-Maior poderá ser ampliada e será confiada aos estados-maiores regionais, sendo dirigida pelos oficiais diplomados e pelos estagiários saídos da Escola de Estado-Maior.

## BIBLIOGRAFIA

**REVISTA ALAS** — Número de Dezembro de 1933. — Órgão oficial da Associação Colombofílida Argentina.

Dedicado a nuestro director, ha visitato la reducción de Alas un ejemplar del manual colombofilo "Os Pombos Correlos e a Defesa Nacional", de que es autor el gran colombofilo brasileño dr. Roberto de Freitas Lima. Se trata de una obra escrita especialmente para los que se inicien en la práctica del atrayente deporte de las palomas mensajeras. Contiene todo cuanto es necesario para establecer un plantel y participar en los concursos con éxito.

Los diversos aspectos del trabajo a realizar, por parte del aficionado novel, son esbozados con sencillez y sentido práctico admirables que hacen a la obra sumamente recomendable.

El doctor Freitas Lima, señala el gran provecho y conveniencia de la difusión del deporte colombofilo en su país, relacionan dolos con la defensa nacional. Nos es particularmente grato destacar los elogios conceptos que se leen, dedicados a la colombofilia argentina, al señalar la importancia de la obra de la Federación Colombofilia Argentina y de su organo oficial, Alas.

En numeros proximos publicaremos algunas pasajes de la excelente obra del eminent colombofilo brasileño.

# O C. P. O. R. e sua finalidade

Pelo Aspte da Res. MURILO ATACEMA PESSOA

Nós, do centro ou da capital, ao cogitarmos de assuntos nacionais, temos realmente um defeito, faltando-nos a paixão da pequena pátria, e o senso da província, que são a mais funda raiz do apego á terra; em compensação, possuímos geralmente o senso da totalidade.

Talvez daí ter eu concluído, com o pensamento provocado pela visita feita há dias ao Casino do Centro de Preparação de Oficiais de Reserva, a formidável expressão coordenadora e a inegável influência desse Centro na mentalidade e nas diretrizes dos moços de hoje. E senti do seu convívio, transbordando de entusiasmo e de fé nesta hora singular, o contagio daquele báfo quente de idealismo construtor dos moços acadêmicos desta geração, acorrendo em massa ao chamado dos grandes chefes militares, num testemunho que ratifica a aceitação pronta e imediata do brado de convocação e amplia os horizontes largos do nosso porvir.

Sem quaisquer vantagens ou regalias para o fim de curso — e cabe aqui uma estranheza — os 800 cadetes, isto é, os 800 alunos deixam ver, no magnífico movimento de espontaneidade sadias e conscientes, o rastilho que provocará a modificação e a melhora.

— Eu seria idiota, se com pretensões de solucionar o problema nacional de imediatismo; mas deixa-me dizer, ainda que rapidamente, que o ensino dado á mocidade de um paiz, permite avaliar o que será o amanhã desse paiz — tanto mais a atuação evidente do C. P. O. R., que é um organismo vivo a se expandir mais e mais, nos demonstra que se abrem para nós os horizontes mais claros e que já agora o próprio experimentalismo pôde endossar.

Hoje, na agitação febril de mil conflitos e deante as necessidades e imposições que dominam a evolução do mundo contemporâneo, os povos que descurarem o aprimoramento educacional das suas unidades, tarde ou cedo correrão grave risco. E' por isso que cabe o entusiasmo maior nos aplausos pela formação desses Centros educacionais e instrutivos com as Regiões Militares do Paiz, na germinação de frutos que, sem eles, não seriam obtidos.

Já o grande pensador francês Taine, nas páginas notáveis da sua obra "Regimen Moderno",

reclamava da necessidade de outra educação e instrução para a juventude, diferentes das então cultivadas. Mesmo Gustavo Le Bon, no seu livro inimitável "Psicologia das multidões" e Paul Bourget, em "Além-Mar" — para citar tão só os que me ocorrem de pronto, observaram o indispensável de se as encarar de outra maneira, para no adolescente de então, mental, política e organicamente formar, o homem de amanhã.

E diz Taine: "o mancebo para se conservar de pé e realizar, deve aparecer equipado, exercitado e habituado á vida".

E' nesses Centros, pois, e nas suas instruções como debaixo do influxo dos seus princípios, que robustecendo o caráter e assim transformando o homem em instrumento de vitória nos arduos embates da vida, se celebra a comunhão tão reclamada pelos espíritos esclarecidos. E então retorno á idéia da coesão de que falei na impressão colhida da visita ao Centro de Preparação de Oficiais de Reserva, que para mim ajuda a solução de combate á dispersão crescente, que orienta e fornece o sentimento de unidade, que promove uma "subordinação consciente" nos moços de hoje e naturais condutores do futuro, e pela aceitação da maior liberdade mental, veicula o espírito e forma a noção de Progresso — fruto da Ordem, por sua vez nascida da Disciplina.

Os moços de hoje presentem a ação que lhes está reservada e correm á oportunidade e ao caminho que lhes apontam os dirigentes e chefes, agora e mais do que nunca, os verdadeiros. E o Centro desta capital é o índice seguro e brilhante dessa mocidade que sabe discernir entre o puro acadêmismo e o direito da força, num meio termo equilibrado e racional. Não lhes contentam gritos de personagens, sejam em simples teorias ou em puro esmagamento pela força armamentista, antes lhes interessa a condicionalidade racial, a ambiença, o grau cultural, a educação cívica e política, a nossa situação no concerto das nações armadas, etc., para a solução buscada do estudo e pela ação.

E repito: aí estão os Centros de Oficiais de Reserva, servidos pelos nossos universitários.

Fazendo deles, dos nossos futuros cultores do direito, dos nossos médicos, dos nossos bachareis em ciências políticas e econômicas, dos nossos engenheiros, arquitetos, agricultores, químicos, enfim

# A Russia Sovietica na realidade

A Russia explora oficialmente o turismo em beneficio da propaganda do regime, mas muito "principalmente como recurso economico".

A "inturista" é uma dependencia da "Guepêu" que recebe, "orienta", "fiscaliza" e "explora" o estrangeiro visitante curioso de ver para contar. O cliente da "inturista" só vê, porém, o que lhe mostram ou deixam ver, isto é, não toca siqueir de longe na realidade.

Os relatos dos clientes da Guepêu, diferem, portanto, consideravelmente de outros, feitos por estrangeiros ou nacionais que conhecem a Russia, porque lá vivem ou viveram algum tempo.

Tem assim particular interesse o que conta o correspondente do "Jornal Radical" inglez, "Guardian Manchester", chamado Malcolm Maggeridje.

Malcolm partiu para Moscovia entusiasmado pela revolução russa e cheio de simpatias pelas idéias novas.

La viveu 8 meses, ao cabo dos quais regressou publicando no "Morning-Post" uma serie de artigos em que nos da suas impressões de decepcionado.

Nesses trabalhos, examinando os resultados do plano "quinquenal" ele confessa que será impossivel daqui a mais alguns anos compreender como num dado instante tal tentativa "boishevista" pôde impressionar a ingenuidade de certos povos, principalmente, a alguns de seus "economistas" e "politicos".

Em ultima analise o plano quinquenal consistiu em, com a ajuda de tecnicos e capitais estrangeiros, montar usinas gigantescas, postas a funcionar pelo braço escravo, isto é, sob um regime de trabalho forçado.

Para obter dinheiro necessário à compra dos maquinismos "forçou-se a exportação" do trigo,

dos moços estudiosos da nossa terra — servidores da integridade da nação patria, o C. P. O. R. do Rio de Janeiro já hoje apresenta um resultado apreciável nos novos e competentes oficiais do Exercito Brasileiro, exercito que pela conformação e tamanho desta incomparável Patria precisa de uma Reserva eficiente e numerosa.

São oficiais das armas de Infantaria, Artilharia, e Cavalaria, oficiais de campo, oficiais conhecedores das mesmas aulas práticas leciona-

das madeiras, do petroleo, das peles, etc., por preços insignificantes.

Obtinha-se assim, como resultado, poder mostrar aos visitantes estrangeiros construções industriais formidaveis, explorando embora o trabalho de "prisioneiros", os quais produziam irresistivel admiração. Mas o resto da população vivia na miséria.

Os camponezes que constituem 90 % da população rebelaram-se, porém, contra o regime que os lançava em completa ruina e não obedeceram ás ordens e planos dos "camaradas" do governo.

Acoessados pela necessidade devoraram suas tropas e rebanhos, comeram os proprios cavalos, abandonaram a cultura dos campos "cujos produtos eram todos destinados á exportação".

O resultado é que começou tambem a faltar o alimento para os "camaradas" que trabalhavam nas usinas e fabricas do Estado.

Em consequencia foi-se obrigado a diminuir a exportação e a reduzir os efetivos empregados na industria.

Em Kharkov licenciaram-se 20.000 e em Moscou 500.000!

Esse enorme volume de "sem-trabalhos" não perturbou o poder sovietico. Ele resolveu o problema dando "passaportes" e banindo em massa!

Mas o ouro continua a ser precioso e a faltar.

Para obte-lo os "camaradas" do governo cream varios expedientes entre os quais é muito interessante o "Torgsin", armazens que só vendem suas mercadorias por "dinheiro estrangeiro".

Foi triste, resumindo, a experiência do "pla-

das na lendaria Escola Militar do Realengo, que de lá saem anualmente imbuidos dos mesmos principios sadios que esta ministra e consegue tão bem.

E' a ele, pois, nos seus dirigentes e comandados, que eu dirijo a minha saudação modesta, mas ardente e entusiasta — e nisso eu me glorio e me comovo, que me é dada a oportunidade feliz de, como Aspirante a Oficial da Reserva, lembrar esse espirito novo, que hoje vive no nosso Exercito para construir um Brasil melhor.

no quinquenal": — na cidade vive-se com dieta, o regime de meia ração, na expectativa terrível de ver faltar o pão de um dia para outro e de receber um "passaporte"...; na aldeia é mais terrível ainda a situação.

Assim a descreve textualmente Mister Malcolm:

— "Ide á Ulkrania ou ao Caucaso do Norte, paizes antes tão lindos e ferteis, aí encontrareis hoje um deserto. Os campos estão sujos de hervas daninhas e não se vê uma cabeça de gado, um só cavalo. As aldeias estão mortas. Os habitantes que ainda restam estão a sucumbir de fome. Si os interrogardes eles vos respondem que ha tres meses não têm pão e que se alimentam sómente de batatas e de alimentos sem valor.

Eles vos dirão quantos já morreram de fome e quantos estão prestes a desaparecer pela mesma razão, tambem quantos foram "fusilados" ou "exilados" pelo crime de haverem guardado trigo em suas casas!

Mas isto ninguem nos referirá se não estiver bem certo de não haver soldado algum perto ou se estiver presente qualquer desconhecido. Se por acaso no decorrer da conversa surge qualquer "figura comunista" eles vos dirão tudo ao contrario, afirmendo estarem perfeitamente satisfeitos e felizes!

"Vi com meus proprios olhos as condições em que se vive no Caucaso e na Ukrania. Ouvi de estrangeiros e de russos, mesmos de alguns comunistas que o mesmo se passa em toda Russia agricola".

E conta ainda Malcolm, que viu a India devastada pela colera, aldeias belgas arruinadas na guerra, mas que estas, passados os flagelos, puderam restaurar-se, ao passo que na Russia parece não haver, para ele, restauração possível, enquanto os soldados e agentes da Gepeu' seguirem as ordens que lhes dá a "ditadura proletaria".

De todos os poderes russos atuais o mais forte e curioso é a Gepeu'. Esta organização domina tudo.

Está instalada em Moscou, defronte ao "Comissariado dos Negocios Estrangeiros", compreendendo: uma prisão, diversos escritorios, um restaurante, um "local para execuções" e numerosos armazens com todas as mercadorias necessarias ao seu pessoal.

Os turistas não podem visitar suas instalações.

A maior parte de seus agentes é formada de individuos "anormais" e em grande numero estrangeiros. No presidio só ha dois nomes russos.

A Gepeu' é uma polícia de partido que já havendo, no cumprimento de sua missão, devorado quasi todos os "padres" e os anti-comunistas confessos, atira-se agora contra os proprios camponezes.

Malcolm observa que a revolução russa, que começou por uma luta de classes, continu'a a criar verdadeiras classes no paiz.

Agora, para deles, os que têm o poder constituiram-se numa verdadeira "classe" com privilegios e poderio tais como jámais houve no Mundo!

Terminando sua longa exposição, de que damos aqui resumidos extratos, Malcolm critica veementemente os visitantes estrangeiros, hóspedes da "Inturista", que vendo as coisas a "vol d'oiseau", sem falar o russo, entoam lisonjas aos sucessos do regime russo, enquanto que a "realidade" é extremamente dolorosa e pungente!"

## BIBLIOGRAFIA

### **"Boletim Veterinario do Exercito"**

Acha-se no seu 5.<sup>o</sup> numero o "Boletim Veterinario do Exercito", orgão de publicação mensal, organizado por um grupo de oficiais da Escola de Veterinario. Lançado, nos seus primeiros números, com a feição de simples documentário dos trabalhos realizados nos laboratorios da Escola, passou, sob esta nova denominação, a constituir um orgão de divulgação de assuntos de medicina veterinaria e ciencias afins.

Secundando a iniciativa tomada, de um ano a esta parte, pela "A Defesa Nacional", de manter uma secção de materia concernente á profissão veterinaria, o novo "Boletim de Medicina Veterinaria" vale por um atestado da mentalidade progressista que anima o corpo de veterinarios do Exercito.

# CADENCIA NAS MARCHAS MILITARES

Pelo Tenente BASILIO MAGNO

Na técnica e vulgar linguagem militar, cadencia exprime sempre movimentos, passos, na musica, porém, que é a linguagem dos "sons". cadencia subdivide-se em diversos titulos, que não ficam subordinados sómente a esse vocabulo, porque a repetição de sons ou movimentos que se sucedem dum modo regular ou medido; é repouso observado, de voz ou instrumento no fim duma frase musical; resolução dum acorde dissonante sobre acorde perfeito. Dai termos: "cadencia perfeita" da "dominando á tonica"; "cadencia plagale", da "4<sup>a</sup> aguda" e "5<sup>a</sup> grave", sendo estas 2 espécies com o verdadeiro caráter de conclusão próprio das cadencias.

Além das dominantes ou meia-cadencias, temos as cadencias "imperfeitas", "interruptas" ou "evitadas"; e a suspensão de ritmo passagem de acordes ou parálisia, casos estes também denominados cadencias; dai depreende-se então porque a musica é manifestação divina, tornando-se rainha das Belas-Artes.

Dela disseram: Leibnitz e Schopenhauer, o primeiro definindo-a pela matemática e o segundo, acresce a sua completa independência do mundo fenomenal, ignora-o em absoluto, de tal modo que continuaria a existir, mesmo quando o Universo já não existisse mais. — (Da Finalidade do Mundo, por Farias Brito).

Abordemos, agora, o nosso objetivo.

Ha tempos vimos partir em coluna de marcha, o 3º R. I., do seu quartel á Praia Vermelha. Tombelo e atraente destaque, o comando com seu estado-maior, logo após vinha a tropa, em cadencia tão uniforme e bem regulada, que despertaria a atenção do mais exigente apreciador ou mesmo conhecedor da matéria, pelo garbo e natural entusiasmo conservados até nas menores frações da composição daquela unidade.

Observemos, porém, que a cadencia só poderia ser atingida mais ou menos na altura do 2º btl., onde claramente se ouviam as bandas de musica, corneteiros e tambores, pela distância mesma de alguns milhares de metros.

Entre os últimos elementos vinha um tamborileiro indicando a cadencia da frente do regimento. Julgamos insuficiente um tambor para esse fim, quando com o trio completo; isto é, tarol, caixa de guerra e tambor preencheriam as condições precisas e ficaria mais elegante a formação

do que um só instrumento suscetível de acidentes, como sejam baixa na afinação, desconcerto na marcha e até mesmo arrebentação da pele do tambor.

No tocante à afinação, é muito conveniente no aprestar ou preparar, vulgo trastejar, esses instrumentos, tomar de banda de musica a diapasão, pelo tarol, que dará o "lá" da caixa de guerra, o "fá" e do tambor o "dó", contrariando o costume de cada um afinar, a seu gosto, sem base artística.

Se numa marcha, a distância entre o E. M. e a testa da unidade é de 30 ms., numa profundidade total de 3.000 metros, e, dado caso de redução na média da área ocupada pelo regimento, teríamos 1.515 ms., o que já é uma distância sofivelmente grande para nosso objetivo; como também são acrescidos intervalos entre o pessoal montado e o pedestre, fica difícil manter a cadencia.

Daí julgarmos que junto aos elementos finais da composição, seria bem aplicada e útil a providência, da colocação dos 3 tamborileiros indicadores da cadencia da frente ficando na ordem terária. Si marcham diversos regimentos, como sempre acontece nas paradas, um atrás do outro, são dispensáveis os tamboreiros de traz, mas neste caso torna-se necessário que as marchas tenham a mesma cadencia, que deve ser fixada para as marchas militares. Poderemos ainda apresentar outras causas variantes, que promovem a dispersão dos sons, direção de ventos, estado higrométrico do ar, etc. afim de justificar nossa opinião de melhor efeito e realce, buscando de tudo quanto é belo e sublime para as instituições militares brasileiras e sua divulgação pela "A Defesa Nacional", o que fica, porém, é o suficiente para que os distintos chefes do Exército possam corrigir uma falta, tornando realidade uma justa observação.

---

*"Estes tres guerreiros estavam cobertos de suas armas, que um grande hábito de as trazer consigo tornava tão leves e comodas como suas próprias vestes".*

---

*"As vezes acontece de repente o que se esperou inutilmente muitos anos".*

# O elemento terreno nas operações estratégicas

## ESTUDO SOBRE GEOGRAFIA MILITAR

Pelo Major ASCANIO VIANA

No sentido geográfico *terreno* é a superfície da terra considerada no complexo de suas formas planimétrica e altimétrica.

No estudo das operações táticas consideramo-lo sob o aspecto topográfico, porque o que interessa à tática são os observatórios, as posições de tiro e as cobertas contra o tiro, pois em última análise a manobra tem por fim ganhar a superioridade do fogo sobre o inimigo e explorá-la.

A manobra estratégica, porém, que consiste na concentração, repartição e movimento das massas de homens e materiais em vista da batalha, o que importa é a *região geográfica*, quanto à proteção que possa oferecer à reunião das tropas, facilidades para o seu transporte e seus elementos ulteriores, assim como os recursos de toda espécie que apresente para manter e conservar as forças combatentes.

A região geográfica, assunto da geografia militar, pode ser definida como sendo um conjunto de elementos geográficos que se apresentam coordenados em grupamentos homogêneos, dependendo a importância militar de cada um da sua posição relativa no conjunto.

Vê-se assim que a estratégia está tão intimamente ligada à geografia, como a tática à topografia, sendo o terreno um dos seus elementos mais positivos.

O estudo do terreno, sob o ponto de vista geográfico militar, interessa às operações estratégicas e sómente nesse sentido consideraremos aqui a influência por ele exercida na guerra.

---

Nem sempre a influência do terreno nas operações estratégicas foi encarada de um modo uniforme pelos mestres da guerra.

A doutrina austriaca do princípio do século XIX atribuía-lhe uma importância excepcional, a ponto de considerar como principal objetivo de uma campanha não tanto o exér-

cito inimigo, na sua procura para a decisão pela batalha, mas a ocupação ou a conquista das *posições estratégicas* onde, uma vez estabelecidos, os exercitos se imobilizavam.

Dava assim mais importância a posse de um acidente geográfico, que arbitrariamente revestia de um valor decisivo, ao que a destruição das forças adversas.

A inatividade de Schuwazemberg, em 1814, que dispôs de enorme superioridade numérica sobre os franceses, em vez de marchar diretamente sobre Paris, em cujo percurso se encontraria com o grosso das tropas de Napoleão, travando a batalha decisiva, preferiu dar uma grande volta por Basileia e Schatthausen e tomar como primeiro objetivo na França o planalto de Langres; Beneck, imobilizando o exército austriaco em 1800, na posição de Jasepnstadt, considerada como decisiva, onde se deixou envolver pelos prussianos, são exemplos bem tristes.

Napoleão, ao contrário, utilizava os acidentes do terreno, na manobra, em proveito dos deslocamentos de suas forças e em detrimento dos movimentos das do adversário.

Na maior parte de suas batalhas procurava ganhar o flanco estratégico do inimigo, ameaçando suas linhas de comunicações por uma marcha rápida e mascarada.

Servia-se então dos acidentes do terreno para mascarar a reunião de suas forças e o seu deslocamento lateral sobre as linhas de retirada do adversário, que assim ficava encerrado em um campo fechado onde se via forçado a aceitar a batalha decisiva em condições desvantajosas.

É típica a operação de Ulm, em que Napoleão reuniu o exército francês sobre o Reno e deslocou-o, mascarado pela Floresta Negra, sobre o flanco e retaguarda dos austriacos, cortando-os de todas suas fontes de recursos, antes de empenhar a batalha.

O grande mestre da guerra servia-se assim dos acidentes geográficos como meros auxiliares de suas manobras.

Pedia-lhes uma cobertura para sua liberdade de ação e um entrave para a do adversário.

O conceito do valor do terreno nas operações estratégicas deve então ser tomado num sentido relativo, segundo o qual seu aproveitamento exerce maior ou menor influência na destruição dos exércitos inimigos.

Conclui-se daí que o que interessa às operações estratégicas são os acidentes geográficos, que possam influir no deslocamento das massas que se quer mover, como as grandes linhas d'água, as florestas de extensão considerável, as montanhas, acidentes estes que lhes podem crear obstáculos ou oferecer proteção e bem assim as rãdes de comunicações que lhes facilitam o movimento.

---

Nas aulas referentes à forma do terreno vimos que no sentido da sua influência sobre as operações de guerra de grande envergadura, isto é, da maior ou menor dificuldade que possa ele apresentar aos deslocamentos das grandes massas de homens e materiais, o terreno apresenta dois tipos geográficos gerais: *terrenos planos* e *terrenos montanhosos*.

Os *terrenos planos* oferecem as zonas favoráveis ao desenvolvimento das operações, pois, além da sua acentuada praticabilidade tática, facilitam de modo notável as comunicações pela riqueza das rãdes ferro-viárias e rodoviárias, que geralmente apresentam, proporcionando também fartos recursos de produção quer animal, quer vegetal, pela frequência do *habitat* e boas condições climatológicas de que em regra são dotados.

Os obstáculos mais frequentes que esse tipo de terreno oferece não residem tanto na sua forma, mas nos cursos d'água regulares, lagos, pantanos, florestas, etc., que comumente o permeiam.

A ele podemos assimilar os terrenos ondulados, como os que apresenta em geral a região da campanha do Rio Grande do Sul.

Exemplo: as manobras de Taunemberg e Angerberg, em 1914, em que Ludendorff, aproveitando-se da praticabilidade das planícies e da excelente viabilidade da rede estrate-

gica ferro-viária da Prússia Oriental, manobra por linhas interiores e bate sucessivamente os exércitos russos do Nerev e do Niemen, separados pelo grande obstáculo dos lagos Mazurios.

---

Ao contrário dos terrenos planos, cujo principal característico é permitir o jogo das grandes massas e o desfecho de golpes rápidos e decisivos sobre o grosso das tropas adversas, os terrenos montanhosos considerados no seu conjunto e no seu valor absoluto, são os menos aptos para o desenvolvimento de operações de grande envergadura.

Concorrem para isso:

- a aspera acentuada do relevo do solo e consequentemente a sua precária viabilidade, traduzida na escassez das vias de comunicações que, quando se apresentam em sentido paralelo, servem a vales diferentes, ficando assim, em regra, isoladas uma das outras por elevações de difícil acesso, que dificultam ou mesmo impedem as ligações laterais;

- as passagens estreitas e às vezes obrigatorias, formadas por desfiladeiros e garantas de flancos escarpados e cobertos de matas;

- as florestas espessas;
- a escassez de recursos de toda sorte;
- o rigor das condições climatológicas.

Essas condições são muito propícias à defensiva, prestando-se vantajosamente às emboscadas, a ações isoladas, sem ligações precisas com os vizinhos, mas impróprias ao campo da batalha de um exército que pretenda desencadear uma ofensiva energica, procurando resultados rápidos e decisivos.

A montanha encerra o conceito do domínio quer pela vista, quer pelo fogo.

Quem não estiver de posse das alturas, dificilmente se moverá nos vales.

Com quanto muitas vezes os relevos ofereçam zonas de maior praticabilidade nas suas encostas, o elemento da montanha que apresenta, na pluralidade dos casos, maior importância é o vale.

Ao estudarmos o vale vimos que, segundo a posição que ocupa em relação às linhas di-

retrizes do relevo, se classifica em *vale longitudinal* e *vale transversal*.

O primeiro, isto é, aquele que acompanha a linha diretriz do relevo, si paralelo á direção das operações, oferece condições muito favoráveis á defensiva, não só por ser em regra muito longo, como por apresentar na generalidade dos casos, possibilidades de manobra ao longo de suas encostas, sobre uma tropa que procure progredir no fundo do vale.

O vale longitudinal longo, cortado, de quando em vez, por pequenos vales transversais, ramificações e contrafortes das cadeias que o ladeiam, oferece excelentes condições favoráveis á defesa contra um partido que procure progredir no sentido da sua linha diretriz, retardando a fase crítica das operações de passagem das zonas montanhosas. ação retardadora essa que mais se acentua com o maior alongamento e apertura do vale.

Se se apresenta porém normalmente á direção das operações e pertence ao partido que defende, ocupando este os cólos (*gargantas*, *passos*) que atravessam a linha de cristas do relevo, utilizará o vale como linha de comunicações ou de roada de suas reservas, podendo assim alimentar a defesa nos pontos mais ameaçados.

A ofensiva terá a vantagem de ameacar simultaneamente todos os cólos e escolher o que mais lhe convier para exercer o esforço principal.

Exemplo recente dessas modalidades da guerra na zona montanhosa são as operações do Vale do Paraíba, executadas em 1932 pelo Destacamento do Exército de Leste: a penosa progressão da massa principal ao longo do vale e o ataque simultâneo dos cólos da Mantiqueira com o esforço principal no de Passa Quatro.

Examinemos agora as variantes que se podem apresentar, decorrentes das diversas posições que ocupam os vales em relação uns aos outros:

a) — Si dois ou mais vales longitudinais são paralelos entre si e normais á direção das operações, os relevos que os separam oferecem linhas de defesa sucessivas, que obrigam o atacante a ações frontais, pois a manobra envolvente se apresenta muito difícil e só po-

derá ser realizada, talvez, por desbordamentos de grande amplitude.

b) — Si os vales longitudinais são, não somente paralelos entre si, mas também em diversas zonas de operações e as forças da defesa, sendo obrigadas a guardar todos os vales, se dispersarão, a menos que não se quiseram manter reunidas no plano, prontas a manobrar por linhas interiores contra os atacantes que desemboquem das saídas.

O partido que ataca é, por sua vez, obrigado a progredir por varias zonas, com ligações laterais muito precárias e por vezes impossíveis, marchando assim com as forças separadas.

c) — Si dois ou mais vales seguem direções convergentes e os grupamentos de ataque conseguem progredir simultaneamente, as distâncias que os separam vão diminuindo gradativamente, permitindo ás vezes, nas saídas, apresentar frentes envolventes; os defensores, no entanto, si se colocam face ás saídas, têm facilidade de manobrar por linhas interiores.

d) — Si os vales são divergentes (irradiantes) obrigam a ofensiva a separar suas forças em diversos grupamentos, os quais, á medida que progredem, mais se vão distanciando uns dos outros, distâncias essas que tocam o maximo ao atingir as saídas, conduzindo assim á dispersão: por seu lado a defesa, si situada no plano, terá maiores dificuldades para manobrar por linhas interiores contra as saídas, pelas grandes distâncias que as separam.

Outro elemeto da montanha que apresenta real importancia no estudo do terreno sob o ponto de vista militar é o *côlo*.

Como já vimos o seu estudo está intimamente ligado ao dos vales.

Sob o ponto de vista estrategico ha grande interesse no estudo da distribuição dos cólos, pois será ele que indicará ao comando os limites da praticabilidade da zona montanhosa, limites esses que terão grande influencia no estabelecimento do plano de operações, mormente se grandes massas de forças tiverem de transpor uma cadeia de montanhas.

Si a distribuição dos cólos não constar da carta, a sua procura poderá ser facilitada pelo conhecimento do andamento das linhas tetônicas, da natureza do terreno e da aplicação das leis de Huber.

Quanto à forma dos cólos interessa particularmente à ação tática e sob esse ponto de vista pôdem os cólos ser assimilados aos estrangulamentos dos vales, com os quais apresentam muita analogia.

O conceito do valor militar do terreno, como já dissemos, reside na maior ou menor influencia que ele possa exercer na destruição das forças adversas, pois "a batalha é o unico argumento da guerra, o unico fim a dar ás operações estratégicas". (Marechal Foch).

Dizia Clausevitz que o conceito absoluto da guerra, no seu sentido ideal, consiste em:

- destruir o exército inimigo;
- conquistar o seu território, sem o que ele poderá levantar-se e organizar novas tropas;
- obrigar o governo e o povo adverso a aceitar a paz.

"Desses tres fins o primeiro é — destruição do exército — sendo evidentemente o que uma estratégia forte se deve propôr realizar e prosseguir sem descanso, porque o seu sucesso conduzirá aos outros dois."

Sendo assim, si um país é levado a eventualidade de uma guerra, por mais modesta que seja a sua política, orientada unicamente no sentido de manter a integridade do solo e a sua independência, só tem um meio eficaz de defender-se — é atacar —. Para atacar precisa, porém, no menor tempo possível, de reunir suas forças, operação essa que um adversário bem organizado e ativo procurará, por todos os meios ao seu alcance, perturbar e retardar.

Em consequencia a concentração dos meios disponíveis, isto é, das massas de homens e materiais, deverá ser feita:

a) — em local seguro, a salvo das surpresas estratégicas que lhe possa causar o adversário e que permita aparar os seus golpes antes de procurar desferi-los, si este, devido a condições mais favoráveis de mobilização e de concentração, partir ao ataque primeiro;

b) — em um local que assegure o ulterior desembocar para a ofensiva numa zona préviamente reconhecida como favorável.

No primeiro caso surge a necessidade do estabelecimento de uma linha de cobertura e aí intervém o *terreno* com os seus obstáculos mais ou menos apreciaveis.

No segundo caso a delimitação da zona de concentração e a orientação do centro de gravidade das forças vão depender da escolha da base de partida e do primeiro objetivo geográfico a atingir, em vista de um plano ofensivo préviamente estabelecido. No traçar desse plano o avanço das massas empregadas na procura sistemática da batalha ofensiva, buscando a destruição dos exércitos inimigos, terá ainda de ser condicionado pela natureza do terreno a percorrer. Os objetivos geográficos favoráveis e mesmo imprescindível à boa marcha das operações terão de ser conquistados e sua perda para o adversário por vezes o atingirá gravemente, tanto material como moralmente.

Mas as forças que se reuniram, sob a capa protetora de uma linha de cobertura, ao lançar-se ao ataque poderão ser batidas pelo adversário, e então terão, como primeira urgência, de escapar aos golpes destruidores da perseguição e reorganizar-se, o que deverá ser realizado sob um abrigo.

Será ainda o *terreno* que lhes irá proporcionar esse abrigo, principalmente pelas suas grandes linhas d'água.

Exemplo: na Grande Guerra os italianos lançam sua cobertura sobre o Isonzo e sob a proteção desse rio iniciam a reunião dos seus meios; terminada a concentração atacam as linhas austro-húngaras, mas são batidos em Caporetto; retiram-se então precipitadamente para detrás do Piave, onde ao abrigo da grande linha d'água se reorganizam e contra-atacam.

Finalizando estas considerações gerais sobre a influencia que exerce o terreno nas operações estratégicas convém frisar que, como ensina o marechal Foch, a estratégia busca e prepara e a tática procura conduzi-la racionalmente, o que quer dizer que o desenvolvimento do plano estratégico é feito pela tática.

Assim sendo, embora o que interesse diretamente à concepção da manobra estratégica, sob o ponto de vista terreno, seja a *região geográfica*, não poderá o alto comando despre-

sar o seu exame circunstanciado, assim de prever o seu campo de batalha, pois que só a natureza desse poderá assegurar a coordenação dos esforços.

"Antes de 1914, diz o Ten. Cel. Pugens, no seu estudo intitulado *Du rôle joué par le terrain à la bataille des Ardennes*, tínhamos muito estudado a guerra de 1870; para reagir contra os erros cometidos nessa campanha infeliz, chegamos insensivelmente a englobar no mesmo descredo os *objectivos geográficos*, as *lidas posições e o terreno*. A formula *attaquer l'ennemi partout où on le rencontre*, quer dizer em definitivo: atacar não importa onde e não importa como."

"Na batalha das Ardennes fizemos a triste experiência porque não adaptamos o nosso dispositivo de aproximação às circunstâncias do terreno, ou a uma de manobra inspirada nas *exigências do terreno*".

O Ten. Cel. Pugens explica o fracasso da ofensiva francesa, na Batalha das Fronteiras, indo buscar como causa principal a ofensiva do 4º exército no terreno das Ardennes.

A região das Ardennes é formada por um grande massão coberto de florestas densas, apresentando apenas duas clareiras em forma de corredores, orientadas no sentido da direção do ataque francês, uma de 45 quilometros, de Munro a Arlon, tendo 6 quilometros de largura média; a outra numa extensão de 60

quilometros, de Gedine a Bastogne, com a largura média de 20 quilometros.

No mais a região se compõe de florestas espessas e emaranhadas, gargantas estreitas de flancos escarpados, trechos de planaltos pantanosos — terreno difícil, muito acidentado e entalhado de ravinhas profundas.

Os franceses visavam um sucesso rápido, completo, definitivo e era na região de Luxemburgo e das Ardennes que o alto comando francês contava fazer o seu esforço principal, com o fim de ameaçar as comunicações das forças alemãs que haviam passado o Mosa entre Namur e a fronteira Holandesa.

Desde o inicio, no entanto, a ofensiva francesa foi completamente detida.

Diante das florestas emaranhadas e dos planaltos pantanosos das Ardennes o ataque do 4º exército fracassará por completo.

As dificuldades do terreno haviam quebrado a energia e a eficácia que convém a uma manobra decisiva, impedindo a coordenação dos esforços e o estreito concerto das diferentes armas.

A batalha das Ardennes é um exemplo frisante do *jugo despotico que exerce o elemento terreno na guerra*.

Bibliografia: Marechal Foch, Gen. Dufour, Cel. Loizaud, Ten. Cel. Carlos Porro, Ten. Cel. Pugens.



## *A guerra é nacional...*

A compreensão dos problemas militares pelo maior numero possível de cidadãos aumenta a força militar da nação. Um Exercito, mesmo muito forte mas isolado do meio civil que vive indeferente aos problemas militares, será como um gigante de pés de barro.

A indeferença pelas questões de ordem militar é um perigo e uma diminuição da força do Exercito, seja em tempo de paz, seja em tempo de guerra.

(Do livro I. Celeri - Gen. Otávio Zoppi)

# O Centenario de von Schlieffen

Pelo 1.º Ten. HEN. OSCAR WIEDERSPAHN

Em nossos meios militares passou, lamentavelmente, quasi desapercebido o centenario do nascimento de um dos maiores soldados que jamais existiu, segundo os dizeres de Ludendorf. Aquelle formidavel plano de que resultou a marcha surpreendente atravéz da Belgica e Norte da França, saiu de seu cerebro de militante incançavel que tudo fizera pela gloria imortal das tradições forjadas por Derßlinger, Frederico, Bluecher e o velho Moltke de 1870 nos campos de batalha para o exercito da entao renascente Nação Alema em torno da Prussia.

Esta personalidade, que mesmo ás orlas da morte trabalhava sua inteligencia infatigavei pela solução do problema que empolgara toda sua vida de homem e soldado, é o conde Alfredo von Schlieffen, autor da planejada Canas estratégica que, atravéz da Belgica, deveria destroçar os exercitos franceses, em caso de guerra.

Originario de uma familia da pequena nobreza, mas de ascendentes ilustres entre militares e servidores de estado do antigo remo da Prussia, Alfredo von Schlieffen nasceu em Berlim, em 28 de fevereiro de 1833. Dedicou-se á carreira das armas, sendo em 1854 nomeado 2.º tenente dos Hussares da Guarda Real.

Profissional dedicadissimo, dotado de um grande sentimento de dever e de ancia de aperfeiçoamento, fez seu curso na antiga Escola Superior de Guerra, prestou serviços no Levantamento Topografico da Prussia, foi chefe de secção no Grande Estado Maior, Quartel Mestre General , por fim, chefe do Grande Estado Maior por mais de quinze anos.

Chegou a tão elevados cargos e aos mais altos postos da hierarquia militar por seus indispensaveis méritos e relevantes serviços ces indispensaveis méritos e relevantes qualidades, que podem ser sintetizados nos lemas de sua vida:

PRODUZIR MUITO, APARENTAR POUCO; MAIS SER QUE PARECER!

NO CAMINHO DA GLORIA, A NATUREZA COLOCOU INILUDIVELMENTE O TRABALHO E O SUOR!

Sua atividade, que apenas veiu repercutir fóra dos muros daquèle laboratorio, que desde Scharnhorst e Clausewitz vinha formando o carater e a doutrina de comando que faria vingar o desastre de Iena na memorável vitória decisiva de Sedan, tivera como guias intelectuais a História Militar, as obras daquelles dois chefes, os ensinamentos diretos de Moltke (o de 1870), as observações concretas nas campanhas de Sadowa e a franco-alemã de 1870 a 1871, nas quais tomara parte, e as guerras que se deram em seu tempo até 1913.

Coube a von Schlieffen preparar aquela maquina sem par que um ano após a sua morte de nossas eras.

"Ao cerrar, em 4 de Janeiro de 1913, os olhos, nos deixou o generalfeldmarechal conde von Schlieffen, como legado, o segredo da vitória na guerra das tre sfrontes... Sete anos antes havia deivado o ambiente de sua ação no Koenigsplatz — o Estado Maior — certo de já possuir o tão almejado lema da vitória..."

"Os feitos dos exercitos alemães ilustram já as paginas da História. Mas, nós que ainda vivemos, somos obrigados a baixar a orgulhosa frante ante os designios da Divina Providencia e reconhecer que não soubemos nem guardar, nem conservar o precioso legado do conde Schlieffen. Esquecemo-nos do adagio: "Para que de fato possas possuir a herança de teus maiores, aprende a adquiri-la!"

"O exercito mais brilhante da História transpôz, em agosto de 1914, o Reno, cheio de entusiasmo guerreiro e de convicção no triunfo. Quebrado e reduzido, embora invencido, tornou a atravessar o mesmo para depois desaparecer numa louca dissolução".

Estas palavras do general Groener, antigo ministro da Defesa nos governos anteriores a

Hitler, em sua magistral obra "A GUERRA MUNDIAL E SEUS PROBLEMAS", publicada em 1920, encerram uma profunda verdade que foge ao alcance dos detratores de von Schlieffen e do jacobinismo de certas correntes gaulêsas, que não as do valor e envergadura de Foch e Joffre.

Aquêles espalharam aos quatro ventos, e tem adeptos, que o famoso plano estava ca-duco. O primeiro que assim julgou foi o sucessor de von Schlieffen, que o adulterou querendo em 1914 tudo cobrir e ficar igualmente forte desde a Holanda até a Suiça. O sobrinho do vencedor de Sedan, se assustara ao sentir que naquèle ano iria comandar exercitos de milhões. Sem confiança em suas aptidões, não pôde enlaçar os francêses em Charleroi, pois não comandava de fato. Desviou o eixo de manobra e foi caír num tão condenavel ataque frontal ás massas inimigas na frente Paris-Verdun, que veiu permitir o desastre do Marne.

No entanto "simples e clara é a concepção que encerrava o segredo da vitória:

"Decisão rapida e grandiosa na guerra contra os nossos adversarios de Oeste, os mais terríveis. Uma Canas formidável e estratégica. A ala esquerda, com o flanco levemente retraído, desenvolvida e fortemente apoiada na linha Mosela-Metz-Diedenhofen. A ala direita em poderoso "bataillon-carré" com direção de marcha sobre Bruxelas para Aberville-Amiens, dai á esquerda — a maneira de Frederico o Grande — do mar ao Mosella — sob as melodias do "Pariser Einzugsmarch" (Marcha da entrada em Paris, 1814). Então para além do Sena, su-

ficientemente forte, não só para envolver Paris por Oeste, como também para continuar a operar contra o flanco e a retaguarda do exer-cito francês ou agir sobre Orleans e Le Mans. Se o "bataillon-carré" da ala direita esbarra em sua marcha com tropas ingênsas, faz momentaneamente alto. Neutralizados e batidos os britânicos, a marcha prosegue. Para o bom exito de todas as missões da ala direita, esta é dotada de todos fuzis, todos canhões, todos homens, moços e velhos, de que a Patria pôder dispõe.

"Se os francêses penetrarem na Alsacia e na Lorena e mesmo transporem o Reno, ameaçando o Sul da Alemanha, tanto melhor. Elementos inimigos serão, para isso, forçosamente desviados do campo da luta, onde de-verá surgir a decisão.. (Groener, ibidem):

Para glória imortal deste grande soldado que, mesmo na inatividade militar, doutrinava com suas obras, entre as quais sobressai "CANNAE", continua sendo até hoje o mentor da oficialidade germanica e empolga, presente-mnte, o Estado Maior americano. Foi mestre de Hindenburg, Ludendorf, Kuhl, Groener e tantos outros chefes militares alemães que brilharam na Grande Guerra.

Para maior glória daquèle grande soldado, seus ensinamentos são cultivados com carinho pelos corpos de oficiais da Alemanha, Argentina e Estados Unidos, pois "os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos!", apezar de todos estorços dissolven-tes e ante-nacionalistas da casta sem patria.

C. Alta, em fevereiro de 1934.

## ASPECTOS GEOGRAFICOS SUL AMERICANOS

Pelo Major **Mario Travassos**

Prefacio de **Pandiá Calogeras**

A VENDA NESTA REDAÇÃO

**Preço: 5\$000**

**Assinantes: 4\$000**

**Socios: 3\$000**